

Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Sociais e Educação  
Curso de Pós-Graduação em Educação Mestrado



**ADRIENE SUELLEN FERREIRA PIMENTA**

**EDUCAÇÃO DE MENINAS NO ORPHELINATO  
PARAENSE (1893 -1910)**

Belém-PA  
Dez/2012

**ADRIENE SUELLEN FERREIRA PIMENTA**

**EDUCAÇÃO DE MENINAS NO ORPHELINATO  
PARAENSE (1893 -1910)**

Texto apresentado à Banca Examinadora como requisito de defesa da Dissertação de Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

Belém-PA  
Dez/2012

Dados Internacionais de Catalogação na publicação  
Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Educação da UEPA

---

Pimenta, Adriene Suellen Ferreira

Educação de meninas no Orphelinato Paraense. / Adriene Suellen Ferreira Pimenta.  
Belém, 2013

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013.  
Orientação de: Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

1. Educação feminina. 2. Mulheres – Educação. 3. Educação – Belém (PA). 4. Educação  
– História – Belém (PA). I. França, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de  
(Orientador). II. Título.

CDD: 21 ed. 376

---

**ADRIENE SUELLEN FERREIRA PIMENTA**

**EDUCAÇÃO DE MENINAS NO ORPHELINATO PARAENSE (1893 - 1910)**

Texto apresentado à Banca Examinadora como requisito de defesa da Dissertação de Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

Examinado em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França – Orientadora - UEPA  
Dr<sup>a</sup>. em História, Filosofia e Educação – Unicamp

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Maria Helena Câmara Bastos - Examinadora (membro externo) – PUC/RS  
Dr<sup>a</sup>. em Educação - USP

\_\_\_\_\_  
Prof. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa– Examinador (membro externo) - UFPA  
Dr. em Educação – PUC - SP

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Sonia Maria da Silva Araujo - Examinadora (membro externo) - UEPA  
Dr<sup>a</sup>. em Educação - USP

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Tânia Regina Lobato dos Santos - Examinadora (membro interno) - UEPA  
Dr<sup>a</sup>. em Educação pela PUC-SP

Belém-PA  
Dez/2012

Aos meus pais, Maria Sueli Ferreira Pimenta e Artemis da Silva Pimenta, que com amor e dedicação me confortam e sempre me incentivam a lutar por meus objetivos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus sobre todas as coisas por ter me concedido a vida e a oportunidade de realizar esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação, *stricto sensu* da Universidade do Estado do Pará - UEPA, por dar oportunidade às pessoas que se interessam em pesquisar a educação na Amazônia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que me possibilitou por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD, realizar o “mestrado sanduiche”.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS que me acolheu para que eu pudesse realizar o “mestrado sanduiche”.

À minha Orientadora que de forma humana sempre soube me conduzir com responsabilidade, dedicação e generosidade, não só nos caminhos da academia, mas nos caminhos da vida. Seus ensinamentos foram fundamentais para a construção deste trabalho. Além disso, o amor com o qual desenvolve seu trabalho é contagiante. Tudo isso, fez com que ela se constituísse uma referência positiva em todos os aspectos da minha vida.

Aos meus pais, Artemis da Silva Pimenta e Maria Sueli Ferreira Pimenta, pelo amor incondicional, que sempre me dedicaram. Eles são a minha base fundamental, o meu alicerce, minha inspiração. Nos momentos de fraqueza são eles que acalmam meu coração e me dão força para continuar.

Às minhas irmãs, Artemisa, Adrielle, Adriellen e Sabrina, amigas fiéis, sempre presentes, com quem compartilho minhas experiências diárias. Obrigada pelo amor, carinho e compreensão.

Ao Rafael Souza, meu namorado, que sempre me incentivou, compreendeu e muitas vezes, abdicou de seus afazeres para me fazer companhia e ajudar na pesquisa das fontes nos arquivos. Ele tornou os meus momentos nos arquivos mais divertidos e prazerosos, além de compartilhar comigo as incertezas e as alegrias da produção da dissertação.

À professora Leda Lísia da PUC/RS, a mãezinha, que me acolheu no Rio Grande do Sul de forma calorosa e amorosa amenizando o frio gaúcho e a saudade de casa.

À professora Maria Helena Câmara Bastos da PUC/RS, pelos ensinamentos, durante a disciplina *Prática de pesquisa: pesquisando a cultura escolar*, os quais contribuíram de forma significativa na construção deste trabalho.

Às companheiras Daniele, July e Eliane por terem compartilhado comigo os momentos de alegria e de saudade durante os seis meses em que estivemos no Rio Grande do Sul.

Aos professores Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, Sônia Araujo e Tânia Santos pelas valiosas contribuições dadas durante a realização do exame de qualificação.

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização de mais esse sonho.

## RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar a educação de meninas no Orphelinato Paraense, no período de 1893 a 1910, identificar qual sua concepção de educação, bem como verificar o que era ensinado às órfãs. Para isso, utilizei como metodologia a pesquisa documental elencando como fontes os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* dos anos de 1898 a 1910, *Atos e decisões do Governo do Estado do Pará*, publicados nos anos de 1897 e 1899, bem como os jornais *A Província do Pará* dos anos de 1893 a 1910 e *Caridade* de 1893. Essas fontes apresentam uma gama de informações sobre o Orphelinato como a procedência das órfãs, rotina, alimentação e práticas educativas que lá ocorriam. Além disso, esses documentos trazem características do contexto sociocultural de Belém nesse período, bem como informações sobre a criação desse Orphelinato. Como fundamentação teórica, utilizo autores como Buffa e Nosella (2009), Bourdieu (2011), Foucault (2010), Manoel (1996), Rocque (1977), Sarges (2002), dentre outros que dão base para esse estudo. O Orphelinato Paraense foi criado 1893, por Lauro Sodré, com o objetivo de amparar e educar meninas órfãs. Essa instituição era mantida por sócios e doações. No entanto, em 1902, passou para o âmbito municipal, com a ajuda de Antônio Lemos, Intendente Municipal de Belém. Quatro anos mais tarde, o Intendente institui a lei 433 de 15 de março de 1906, a qual autorizou uma reforma no prédio do estabelecimento e mudou o seu nome para Orfanato Antônio Lemos. No Orphelinato ensinava-se as primeiras letras, literatura, prendas, economia doméstica, canto coral, piano, ginástica, dentre outros. O Orphelinato era dirigido internamente pelas Filhas de Sant'Ana, mulheres religiosas de origem Italiana. Eram essas mulheres, juntamente com alguns professores externos, que educavam as órfãs.

**PALAVRAS CHAVE:** Instituição educativa. Educação de meninas. Orfanato.

## ABSTRACT

This study has the objective of analyzing the education of girls at *Orphelinato Paraense*, in the period from 1893 to 1910, of identifying what was their conception of education, as well as of verifying what was taught to the orphans. For that, I used as methodology the documental research, listing as sources *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* (Reports of the Municipal Intendancy of Belém) from the years 1898 to 1910, *Atos e decisões do Governo do Estado do Pará* (Acts and decisions of the Government of the State of Pará), published between the years of 1897 and 1899, as well as the newspapers *A Província do Pará* (The Province of Pará) from the years of 1893 to 1910 and *Caridade* (The Charity) of 1893. These sources present a range of information regarding the *Orphelinato*, such as the provenance of the orphans, the routine, the alimentation and the educational practices that took place therein. In addition, these documents bring characteristics of the socio-cultural context of Belém at this period, as well as unusual information about the creation of this *Orphelinato*. As theoretical foundation, I use authors such as Buffa and Nosella (2009), Bourdieu (2011), Foucault (2010), Manoel (1996), Rocque (1977), Sarges (2002), among others that provide the basis for this study. *Orphelinato Paraense* was created in 1893, by Lauro Sodré, with the purpose of supporting and educating the orphaned girls. This institution was maintained by associates and donations. However, in 1902, it passed over to the municipal sphere, with the help of Antônio Lemos, Municipal Intendant of Belém. Four years later, the Intendant institutes Law 433 of 15<sup>th</sup> of March of 1906, which authorized a reformation of the establishment building and changed its name to *Orfanato Antônio Lemos* (*Antônio Lemos Orphanage*). At the *Orphelinato* were taught the first letters, literature, abilities, home economics, choir singing, piano, and gymnastics, among others. The *Orphelinato* was internally directed by the Daughters of Sant'Ana, religious women of Italian origin. It was these women, along with a few external teachers, that educated the orphans.

**KEYWORDS:** Educational institution. Education of girls. Orphanage.

## LISTA DE QUADROS

|   |            |
|---|------------|
| <b>Quadro I</b> – Ensino Primário: Disciplinas e conteúdos.....               | <b>97</b>  |
| <b>Quadro II</b> – Resultado da classificação das órfãs no exame de 1893..... | <b>110</b> |
| <b>Quadro III</b> – As órfãs em 1894 .....                                    | <b>119</b> |
| <b>Quadro IV</b> – As Filhas do Orphelinato 1900.....                         | <b>121</b> |

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 01:</b> Fachada do Colégio Antônio Lemos em Santa Izabel do Pará.....  | 12 |
| <b>Figura 02:</b> Corredor do Colégio Antônio Lemos.....   | 13 |
| <b>Figura 03:</b> Capa do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1905.....   | 22 |
| <b>Figura 04:</b> Capa do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1907.....   | 22 |
| <b>Figura 05:</b> Capa do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1908.....   | 22 |
| <b>Figura 06:</b> Capa do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1910.....   | 22 |
| <b>Figura 07:</b> Capa do caderno de Atos e decisões do Governo do Estado do Pará, 1900 .....  | 23 |
| <b>Figura 08:</b> Contracapa do caderno de atos e decisões do Governo do Estado do Pará, 1900.....   | 23 |
| <b>Figura 09:</b> Nota do jornal <i>A Província do Pará</i> convocando o Conselho da Associação Protetora dos Órfãos para reunião, 1893..... | 24 |
| <b>Figura 10:</b> Primeira página do jornal <i>Caridade</i> , junho de 1893.....   | 24 |
| <b>Figura 11:</b> Prédio do Orphelinato Municipal na São Jerônimo, 1902.....   | 79 |
| <b>Figura 12:</b> Planta da fachada do prédio do Orphelinato, que estava sendo construído na Vila de Santa Izabel.....                       | 87 |
| <b>Figura 13:</b> Planta da lateral direita do prédio do Orphelinato, que estava sendo construído na Vila de Santa Izabel.....               | 87 |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 11  |
| <b>1 A CRIAÇÃO DO ORPHELINATO PARAENSE</b> .....  | 29  |
| 1.2 A Associação Protetora dos Órfãos e o Orphelinato Paraense.....                         | 31  |
| 1.3 Os preparativos para a inauguração do Orphelinato Paraense.....                         | 37  |
| 1.4 A inauguração do Orphelinato Paraense.....  | 42  |
| 1.5 A criação do Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos e do Orphelinato Paraense..... | 44  |
| 1.6 O Orphelinato Paraense e o contexto higienista .....                                    | 51  |
| <br>  |     |
| <b>2 A MUNICIPALIZAÇÃO DO ORPHELINATO PARAENSE</b> .....                                    | 61  |
| 2.1 Uma breve biografia de Antônio Lemos .....  | 72  |
| 2.2 De Orphelinato Paraense a Orfanato Antônio Lemos .....                                  | 76  |
| 2.3 De Belém à Vila de Santa Isabel: o projeto ideal .....                                  | 80  |
| <br>  |     |
| <b>3 O ENSINO PRIMÁRIO EM BELÉM E A EDUCAÇÃO DAS FILHAS DO ORPHELINATO PARAENSE</b> .....   | 89  |
| 3.1 Os livros utilizados no ensino primário .....   | 93  |
| 3.2 As Filhas de Sant'Ana e a educação das meninas do Orphelinato Paraense.....             | 102 |
| 3.3 A educação das filhas do Orphelinato Paraense .....                                     | 108 |
| 3.4 O destino das filhas do Orphelinato Paraense .....                                      | 122 |
| <br>  |     |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 125 |
| <br>  |     |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 131 |

## INTRODUÇÃO

A pesquisa *Educação de meninas no Orphelinato Paraense (1893 – 1910)* está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação *Stricto sensu* – PPGEd, da Universidade do Estado do Pará - UEPA e faz parte da linha de pesquisa *Saberes Culturais e educação na Amazônia*, a qual investiga temas educacionais relacionados ao contexto brasileiro e amazônico.

O interesse em pesquisar a educação de meninas no Orphelinato Paraense iniciou-se ao cursar o Mestrado em Educação, na UEPA, pois até então, eu almejava pesquisar a cerâmica no Liceu de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso em Icoaraci, com vistas a dar prosseguimento ao estudo desenvolvido no curso de graduação em Pedagogia da UEPA. O que é evidenciado pelo fato do meu projeto de pesquisa apresentado à banca de seleção do PPGEd, *stricto sensu*, da UEPA intitular-se “Saber ceramista e identidade: desdobramento de práticas educativas no Liceu Escola de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso.”

Embora me propondo a pesquisar as práticas educativas no Liceu, já havia um certo interesse, enquanto educadora, em investigar as instituições mais antigas de Belém. Tal interesse originou-se ao cursar a disciplina “Patrimônio Histórico”, no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Pará, que possibilitou o conhecimento dos vários prédios tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentre eles estavam várias instituições educativas como o Colégio Paes de Carvalho, Colégio Gentil Bittencourt, Colégio Antônio Lemos, dentre outras instituições.

Entretanto, a possibilidade de pesquisar no campo da história da educação e, sobretudo, debruçar-me sobre fontes históricas começou durante uma orientação que tive com minha orientadora. Falávamos das lacunas que há na pesquisa em história das instituições educativas no Pará. Comentávamos sobre as instituições educativas mais antigas existentes em Belém, que ainda estão por ser pesquisadas, na perspectiva da história da educação, dentre elas estava o atual Colégio Antônio Lemos, localizado em Santa Izabel do Pará, distante 38 km da capital Belém.

Tal conversa me instigou a ir ao Arquivo Público do Pará para saber mais sobre essa instituição. Lá, encontrei um jornal impresso *A Província do Pará* (1991), em que no caderno *Educação* havia um artigo que tratava da importância do Orfanato Antônio Lemos, atual Colégio Antônio Lemos, bem como trazia um breve resumo da história dessa instituição e uma foto do prédio. Esses dados me instigaram a querer pesquisar este Orfanato, mas por

outro lado estava insegura em deixar de pesquisar algo que já me era familiar, a cerâmica, para estudar algo novo. Foi quando decidi visitar o Colégio.

Ao conhecer o local, onde atualmente funciona o Colégio Estadual Antônio Lemos, constatei a grandiosidade do prédio, que foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no ano de 1979, como mostram as fotos a seguir.



**Figura 01:** Fachada do Colégio Antônio Lemos em Santa Izabel do Pará, 2010.



**Figura 02:** Corredor do Colégio Antônio Lemos, 2010.

Ao caminhar por seus espaços e por seus longos corredores, não tive mais dúvidas, reafirmei o desejo de conhecer a fundo a história dessa instituição e, assim, contribuir com a história da educação na Amazônia.

Expus para minha orientadora o desejo de pesquisar essa instituição e quis saber a possibilidade, bem como a viabilidade de iniciar um novo estudo. Esta que sempre soube me conduzir, mostrando-me possíveis caminhos a serem seguidos, ao mesmo tempo deixando-me livre para fazer minhas escolhas, apoiou-me.

Assim, passei a desenvolver meus estudos voltados para o Orfanato Antônio Lemos e, para saber mais sobre essa instituição, continuei a pesquisar documentos no Arquivo Público do Pará e no setor de obras raras da biblioteca do Centro Cultural Tancredo Neves – CENTUR. Procurei por fontes escritas que me apontassem indícios sobre a criação deste orfanato.

Dentre os primeiros documentos pesquisados encontrei o *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1904), o qual dizia que o Orfanato teve sua construção iniciada em 1903, quando o município de Santa Isabel do Pará ainda denominava-se Vila de Santa Isabel. Esse documento apontou-me uma data e um local, tais indícios foram fundamentais para dar continuidade na busca de dados sobre o Orfanato.

Além desse documento, tive contato com a obra *Memórias do Velho Intendente*, de Maria de Nazaré Sarges (2002), que trata da trajetória do intendente Antônio Lemos, idealizador e responsável pela construção do Orfanato Municipal Antônio Lemos. De acordo com Sarges (2002, p. 162), o Orfanato teria sido inaugurado por seu patrono e intendente da época, em 1908, e “o lugar escolhido seria ideal para a educação de meninas órfãs”.

Nesse primeiro momento, a partir desses dados, visualizei meu possível objeto, o *locus* e o recorte temporal da pesquisa que pretendia desenvolver. Então, decidi por pesquisar a história da educação de meninas no Orfanato Municipal Antônio Lemos, em Santa Isabel, optando pelo recorte temporal de 1900 a 1915.

No entanto, deparei-me com outras fontes que me levaram a caminhos diferentes. Refiro-me à obra *História do Município de Santa Isabel*, de Nestor Ferreira (1984), disponível na Biblioteca Pública Municipal de Santa Isabel. De acordo com essa fonte, o Orphanato Antônio Lemos teve sua construção iniciada em 1903, mas as órfãs só foram transferidas para lá em 1930 e que até então teriam permanecido em Belém.

Diante desses dados controversos, que implicavam diretamente na escolha do *locus* de pesquisa, fiz uma busca incessante nos *Relatórios da Intendência Municipal de Belém*, a fim de encontrar indícios, pistas, datas, dados. Constatei assim, no *Relatório da Intendência Municipal de Belém* publicado no ano de 1913, que as educandas continuaram em Belém. A partir desses dados, e considerando que tais relatórios constituem uma das principais fontes dessa pesquisa, precisei redimensionar esse estudo. A nova proposta era analisar a História da educação de meninas no Orfanato Antônio Lemos em Belém no período de 1900 a 1915.

No entanto, as fontes nos instigam e nos levam a percorrer caminhos inusitados, fazendo nossas pesquisas ganharem novas dimensões. Foi o que novamente me ocorreu ao analisar o *Relatório da Intendência Municipal de Belém* do ano de 1902, o qual afirmava que o Orfanato Municipal Antônio Lemos teve suas origens em Belém no ano de 1893 e chamava-se Orphelinato Paraense, tendo sido criado por uma associação denominada Associação Protetora dos Órfãos, com o objetivo de abrigar e de educar meninas órfãs. Diante desses

dados não pude me conter, quis saber mais sobre as origens dessa instituição e sobre a educação dessas meninas nesse período.

A partir desse momento, voltei-me para a pesquisa nos arquivos do ano de 1893, que era o provável ano de criação do Orfanato, foi então que me deparei com uma infinidade de informações, surpreendentes para mim, sobre a criação da referida instituição e sobre a educação das órfãs. Para atender às minhas inquietações, mais uma vez redimensionei esse estudo. Decidi por pesquisar a educação de meninas no Orphelinato Paraense, no período de 1893 a 1910, esse recorte dava-me a possibilidade de saber mais sobre a criação dessa instituição, bem como sobre as transformações que nela ocorreram para que se tornasse Orfanato Antônio Lemos e, sobretudo, sobre a educação das meninas órfãs nesse período, o que não me impede de fazer considerações sobre outros períodos, mesmo porque a história de uma instituição não é linear.

Foi então que elenquei o seguinte questionamento para nortear esse estudo: Como eram educadas as meninas no Orphelinato Paraense, no período de 1893 a 1910? Essa problemática não está desvinculada de inquietações que me ocorreram tais como: Qual a concepção de educação do Orphelinato? O que era ensinado às órfãs?

Em face disso, o presente estudo tem por objetivo analisar a educação de meninas no Orphelinato Paraense, no período de 1893 a 1910, identificar qual sua concepção de educação, bem como verificar o que era ensinado às órfãs.

Esses objetivos me levaram a traçar um percurso teórico metodológico cujas características consideram o particular articulado com a compreensão mais geral, mais ampla. Diante disso, o Orfanato Paraense será percebido como uma instituição que está inserida em um contexto local, que faz parte de um contexto regional e que, por sua vez, faz parte de um contexto nacional, bem como de um contexto mais geral. É dessa maneira que lanço meu olhar nesse objeto de estudo, sempre relacionando o contexto micro ao macro, não de forma dicotômica entre o particular e o universal, mas de forma dialógica.

Ester Buffa e Paolo Nosella (2009), estudiosos do campo da História da Educação no Brasil, na obra intitulada *Instituições escolares: por que e como pesquisá-la*, utilizam uma perspectiva metodológica que propõe uma investigação que parte do particular sem desconsiderar uma compreensão mais ampla e articulada do objeto investigado.

Nessa perspectiva, pressuponho que a compreensão da história da educação de meninas no Orphelinato Paraense não está dissociada de um sistema educativo mais amplo, que precisa ser levado em consideração. Essa afirmação fundamenta-se ainda em Magalhães

(1996), ao dizer que uma instituição educativa é multidimensional, de forma que para compreender ou explicar sua existência histórica é necessário integrá-la a um sistema educativo mais amplo, tendo como base o contexto local e suas transformações, nesse sentido é possível reconstituir parte de seu trajeto, conferindo-lhe um sentido histórico.

Para Dermeval Saviani (2007), uma instituição é construída pelo homem para atender as suas necessidades humanas, necessidades essas que são permanentes. Apesar disso, a instituição não pode ser concebida como algo estático, pois esta também é histórica possuindo, assim, um caráter transitório. Saviani (2007, p. 5) ainda afirma que “sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico.” Podemos compreender assim que uma instituição vai se modificando de acordo com as necessidades do homem, podendo ter sua finalidade transformada.

Ainda de acordo com Saviani (2007, p. 5),

Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por eles perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no próprio funcionamento, uma vez que se constitui como conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a qual servem.

Dentre as instituições criadas pelo homem estão as instituições educativas, concebidas aqui de forma ampla, não especificamente com função educativa baseada em um plano pedagógico, mas com função educativa que de algum modo tratam do processo ensino e aprendizagem e da transmissão de saberes.

Esse pensamento fundamenta-se em Sergio Castanho (2005 p. 40), quando afirma que “instituição educativa é um termo mais amplo e abrange não somente a escola, como a conhecemos, no seu envolver histórico, mas também outras formas sociais duradoras em que se desenrola o processo de transmissão cultural”. É o caso do Orphelinato Paraense, em Belém, que além de abrigar meninas órfãs também, tinha como finalidade educá-las.

De acordo com Sanfelice (2007, p. 77), “uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações de variadas instâncias como política, cultural, religiosa, ideológica, dentre outras, que agem e interagem entre si.” Dessa forma, ao se analisar uma instituição educativa é necessário levar em consideração as várias instâncias que por ela

perpassam. Fundamentada nesse pensamento percebo que o Orphelinato deve ser assim analisado.

Analisar dessa forma a educação de meninas no Orphelinato Paraense, no período de 1893 a 1910, é também dar visibilidade às características da cultura escolar que havia no Orphelinato nesse período. A cultura escolar que trato aqui se baseia no entendimento de Dominique Julia (2001), que pressupõe a cultura escolar como um conjunto de normas, ou práticas que definem conhecimentos e condutas a serem transmitidas, de forma que leve a um remodelamento do comportamento dos que compartilham dessa cultura, que passa a disciplinar o corpo e a conduzir a própria consciência.

Essa pesquisa, que trata da análise da história da educação de meninas, se insere no campo temático da história das instituições educativas, que por sua vez está inserido no campo analítico mais abrangente, que é o da História da Educação. Para Stephanou e Bastos (2005, p. 422), a História da Educação não possui um campo analítico exclusivo, visto que sua riqueza teórica e metodológica está justamente no fato de tratar-se de um espaço fronteiriço, de pesquisas que se situam entre a História e a Educação, sendo que “da História partem as questões relativas à produção do conhecimento historiográfico e da educação a necessária análise da complexidade dos fenômenos educativos”.

Dentro desse campo analítico mais abrangente, ocorreram várias transformações que influenciaram nos estudos das instituições educativas. Essa afirmação baseia-se em Galvão e Lopes (2010), quando afirmam que nas últimas três décadas ocorreram mudanças significativas no campo da História da Educação, tanto no que diz respeito aos caminhos teóricos metodológicos como na ampliação de objetos e fontes.

Tais autoras reiteram que essas mudanças na pesquisa em História da Educação, que são visíveis principalmente em relação à ampliação de fontes e de objetos, ocorreram a partir dos anos de 1960 na Europa, por influência de outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Antropologia, a Linguística e a Teoria Literária. No Brasil, esse movimento se desenvolveu nos meados dos anos de 1980, quando surgiram espaços para as discussões sobre a produção do campo da História da Educação tais como: as associações científicas, os eventos e os periódicos especializados.

Essas estudiosas afirmam que o que contribuiu de forma significativa para essas mudanças foram três tendências historiográficas que são: a história cultural, a história social e a micro-história. Cada tendência dessas tem toda uma história de criação e de desenvolvimento, debatida por vários autores de diferentes correntes teóricas.

Em síntese, a história cultural, como corrente da historiografia, é identificada por Galvão e Lopes (2010) como parte da terceira geração dos Annales em meio ao movimento denominado Nova História. Para Peter Burke (1992, p. 10), “a nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional.” Essa forma de pensar se interessa por toda atividade humana e leva em consideração que tudo tem uma história.

A partir da ótica da Nova história tudo o que era considerado imutável, estagnado, passa a ser concebido como uma construção cultural, que se transforma, se reconstrói, sofre variações no espaço e no tempo. Nesse sentido, Burke (1992, p. 11) assevera que “a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social, ou culturalmente construída”.

A história social, de acordo com Galvão e Lopes (2010), busca compreender como e em que condições os sujeitos coletivos vivenciam e experienciam o mundo. Esta, também, foi influenciada pelos Annales, porém está vinculada à tradição historiográfica anglo-saxônica fortemente influenciada por E. P. Tompson com o debate sobre a história vista de baixo.

A micro-história, segundo Galvão e Lopes (2010, p. 34), “está fundamentada na hipótese de que a observação microscópica pode revelar ao pesquisador fatores previamente não observados.” Nessa ótica, por meio do estudo de um objeto que para outras teorias pode parecer insignificante, é possível fazer uma análise dos aspectos culturais, políticos, sociais do contexto em que este objeto está inserido sem deixar de relacioná-lo ao contexto mais geral e universal.

Características da micro-história são evidentes na obra *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg (2006), que ao analisar por meio de documentos a história de Menocchio, um moleiro, que viveu no Norte da Itália no século XVI, apresenta vários aspectos que contextualizam aquele período histórico. Esse autor parte de aspectos micros para os fatores macro realizando um diálogo entre ambos.

Essas tendências historiográficas provocaram mudanças significativas que contribuíram para uma inovação em relação aos objetos e as fontes da pesquisa em história da educação, o que contribuiu para introduzir renovação nos aspectos teóricos e metodológicos nesse campo de pesquisa, no qual se inserem os estudos sobre a história das instituições educativas.

Gatti Junior (2002) afirma que com as novas tendências da historiografia ocorreu um processo de renovação teórica e metodológica nesse campo de pesquisa em detrimento da tradição positivista. Nesse sentido, Gatti Junior destaca que a história das instituições educativas se insere em um processo de renovação da história da educação, de forma que, essa

temática integra uma tendência recente da historiografia, que busca dar visibilidade e maior relevância epistemológica à análise das singularidades.

Essas mudanças tornaram as pesquisas nessa área mais inovadoras e imaginativas, o que não significa que muitas das investigações realizadas atualmente não apresentem posturas positivistas ou românticas no tratamento de objetos e fontes. Reitero ainda a possibilidade de o pensamento positivista estar arraigado em nossa forma de pensar e de ver nossos objetos de pesquisa. Por muito tempo, esse pensamento foi tido como verdade absoluta e inquestionável, moldando nossa forma de agir e de pensar.

De acordo com Buffa e Nosella (2009), os estudos sobre instituições escolares ficaram evidentes no Brasil a partir dos anos 90, que até então possuía estudos esporádicos. Entre os anos de 1970 a 1980 ocorreu a expansão dos programas de pós-graduação, que contribuíram para que aumentasse os estudos sobre essa temática.

Nesse período, na perspectiva de Buffa e Nosella (2009, p. 16), “o tema instituições escolares, se não ausentes, era pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral”. Podemos compreender que os estudos que se intitulavam de “instituições escolares” não tratavam de analisar propriamente a instituição, mas sim outros fatores, tais como sociedade de classe, atividade ideológica, que passavam distante dessa temática tendo o título ilustrativo.

Para esses autores, nos anos 1990, quando os cursos de pós-graduação se consolidaram, começaram a se acirrar discussões sobre a chamada crise dos paradigmas. Nesse momento, passou a ser debatido o pluralismo epistemológico e temático, privilegiando assim o estudo de objetos singulares. Ainda para esses autores, os estudos atuais quase sempre ocorrem nos cursos de pós-graduação em Educação, nos quais os pesquisadores levam em consideração a materialidade e os vários aspectos das instituições.

Ao consultar o banco de teses e as dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no período de 2008 a 2012, verifiquei que há muitos estudos no campo da história da educação no país, mas não encontrei nenhum trabalho que trate da educação de meninas no Orphelinato Paraense, no período aludido na minha investigação.

Em relação aos caminhos metodológicos para realizar o estudo *Educação de meninas no Orphelinato Paraense (1893 -1910)*, os trilhei pela pesquisa documental fundamentada na perspectiva da história cultural. Para Chartier (1990, p. 17), “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” Considera que

as percepções do social são determinadas por interesses de grupos que a forjam, ou seja não há discurso neutro.

Para Julia (2001, p. 15), as fontes que dispomos enquanto pesquisadores precisam ser recontextualizadas para não cairmos na ideia simplista, nas afirmações que dizem não haver inovações no campo educacional, ou simplesmente dizer que tudo é novo, pois mudanças pequenas podem “invisivelmente transformar o interior do sistema”, ou seja, o que nos parece novo pode não ser tão novo assim, e o que pensamos ser velho pode não ser tão velho assim. Nesse sentido, trabalhar com fontes documentais escritas pode ser mais difícil.

Segundo Simões e França (2010, p. 60), documentos são registros históricos, “testemunhos, monumentos, artefatos, de que o historiador se apropria para tornar inteligível seu objeto de estudo”. Assim, ao pensar em fazer pesquisa documental, cito Bacellar (2005, p. 51), pois este afirma que “o iniciar de uma pesquisa exige a localização de fontes. De modo geral, é preciso verificar, ao se propor um tema qualquer, quais conjuntos poderiam ser investigados em busca de dados.” Nessa perspectiva, ao optar por trabalhar com pesquisa documental precisei localizar e eleger minhas fontes.

Desse modo, elegi para pesquisa e análise documentos tais como: os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* dos anos 1898 a 1910, documentos denominados “Atos e decisões do Governo” do Estado do Pará, publicados nos anos de 1897 e 1899, ressalto que apenas esses anos estavam disponíveis nos arquivos, o *Jornal A Província do Pará* dos anos de 1893 a 1910, bem como *Caridade* de 1893.

Os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* e os *Atos e decisões do governo* tratam de forma mais específica das regulamentações, leis, resoluções, códigos que foram instituídos, no período de 1897 a 1913, pela Intendência Municipal de Belém e pelo Governo do Estado do Pará. Tais documentos versam também sobre o registro legal do Orfelinato Paraense e sobre a sua transformação em Orfanato Antônio Lemos, bem como a atuação dos governos em relação à essa instituição, sobretudo, em relação à educação que esses órgãos idealizavam para as órfãs. Esses dados justificam a escolha desses documentos para compor o conjunto de fontes dessa pesquisa.

Sarges (2002), ao discutir a composição e publicação dos relatórios municipais pelo Intendente Lemos, pressupõe que esta ferramenta, de certa forma, era um meio que o Intendente tinha de divulgar as suas benfeitorias e conquistar aliados políticos.

Ainda na opinião da historiadora (2002, p. 103), Lemos foi inovador ao mandar publicar todos os anos de seu governo um Relatório Municipal contendo os feitos

administrativos. Esses relatórios ao serem publicados eram enviados como presentes às autoridades locais, às instituições científicas, aos jornais, às embaixadas estrangeiras em Belém e a monarcas europeus.

Penso, sobretudo, os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* como *escritas de si*, pelo fato desses relatórios conterem uma escrita produzida pelo próprio Lemos sobre seu governo, na qual ele escrevia o que melhor lhe convinha, ou seja, o que ele queria que os outros soubessem de si e de seus feitos enquanto Intendente.

Ângela Gomes (2004) afirma que *escritas de si* assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela uma verdade, ou seja, a sua verdade. Seguindo essa linha de pensamento o que vai importar para o pesquisador é exatamente a perspectiva assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Nesse sentido, os documentos tratam de dizer o que seu autor viu, sentiu e experimentou em relação a um acontecimento, o que é diferente de tratar apenas do fato ocorrido.

Para Gomes (2004), nesse tipo de escrita há a construção de forma consciente, ou inconsciente do próprio “eu”, isto é, ao escrever os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* Lemos construiu o seu próprio “eu”, o “sujeito” que de forma pensada ou não queria que todos conhecessem, vissem. Nesse sentido, segundo Simões e França (2010, p 61), “na análise documental, é preciso considerar que nenhum documento é neutro. É preciso compreender o documento no contexto em que foi produzido”. Para Diehl (2007, p. 28),

a compreensão histórica ocorre não apenas no texto ou nas fontes, mas em toda ação humana do passado capaz de ser reconstruída dos documentos e das fontes orais. Nesse sentido, os restos de expressão das ações humanas no passado, contidos nas fontes recebem interpretações compreensíveis a partir de tradições, representações de valor, significações e de perspectivas de futuro.

Nesse sentido, a compreensão histórica leva em consideração as experiências vividas pelo pesquisador, bem como o lugar de onde se fala. Nesse caso, eu como mulher, paraense, pedagoga, turismóloga, educadora da rede pública de ensino básico do Estado Pará, as literaturas a que tive acesso, ou seja, a pré-compreensão adquirida do lugar de onde falo, de certa forma, está presente nas minhas análises.

Em relação à materialidade, os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* estão dispostos no formato de papel A4, contendo cada um em torno de 470 páginas, em meio a texto e ilustrações. Essas características podem ser observadas nas fotografias a seguir.



**Figura 03:** Capa do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1905.



**Figura 04:** Capa do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1907.

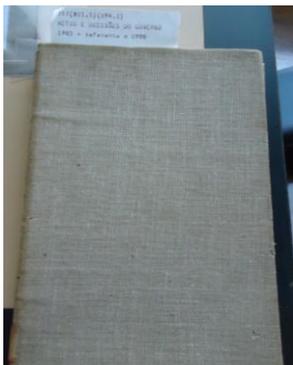


**Figura 05:** Capa do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1908.

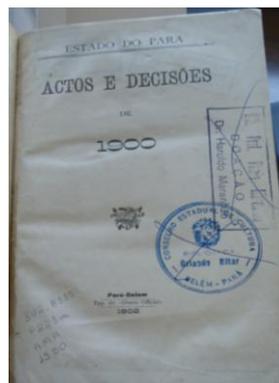


**Figura 06:** Capa do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1910.

Já os cadernos de Leis e Resoluções da Intendência são em formatos 202x140 mm contendo em média 160 páginas cada um, apresentando apenas texto. E por último o *Livro de atos e decisões* do Governo do Estado, não apresentava ilustrações, com tamanho 202x140, mm, tinha em média 170 páginas cada um.



**Figura 07:** Capa do caderno de Atos e decisões do Governo do Estado do Pará, 1900.



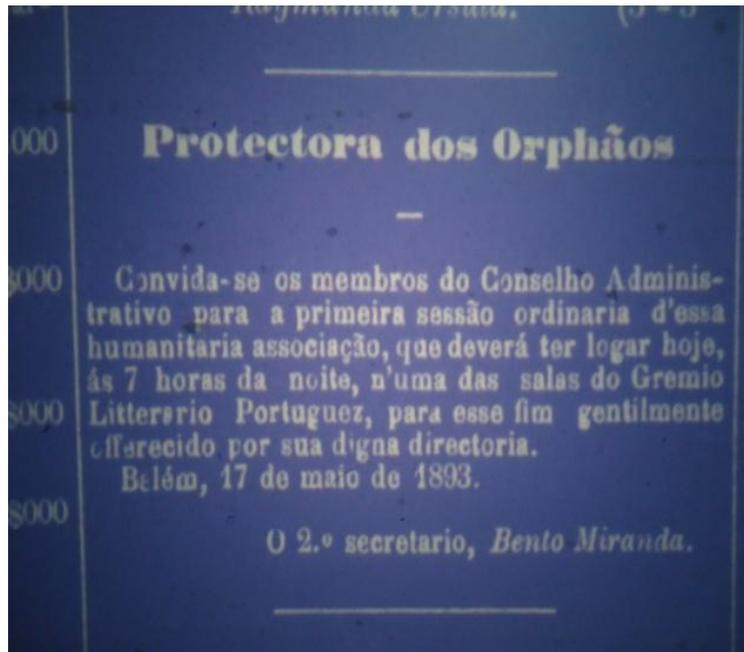
**Figura 08:** Contracapa do caderno de atos e decisões do Governo do Estado do Pará, 1900.

Reitero que tive acesso a esses materiais no Arquivo Público do Pará e na Biblioteca Pública do Centro Cultural Tancredo Neves – CENTUR. Como instrumento facilitador dessa pesquisa utilizei a máquina fotográfica, tendo em vista que tais materiais não podiam ser emprestados, muito menos xerocados, e sabendo do cuidado que se deve ter ao manuseá-los, optei por fotografá-los<sup>1</sup>, para fazerem parte do *corpus* desta pesquisa.

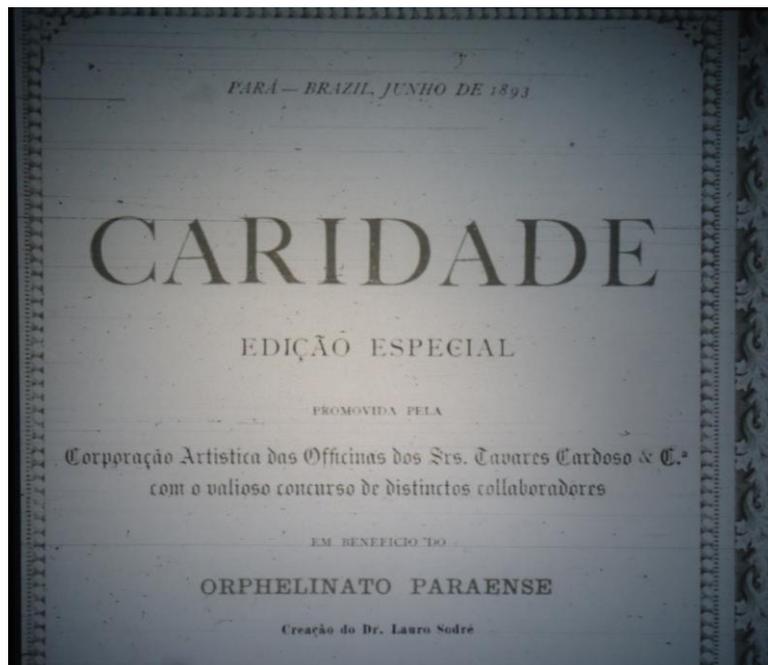
Além dos documentos governamentais, elegi os jornais, *A Província do Pará* dos anos de 1893 a 1910, que publicaram matérias relacionadas ao Orfanato, no período estudado, e *Caridade*. Esse último jornal foi localizado no decorrer das pesquisas, ou seja, não fazia parte das fontes elencadas até então, porém não podia ficar de fora desse estudo, visto que é um jornal específico sobre o Orphelinato Paraense, produzido em 1893, em um único número. Tais fontes foram obtidas no setor de Microfilme do CENTUR. As fotografias abaixo possibilitam a visualização da materialidade dessas fontes.

---

<sup>1</sup> Informo que no dia 13 de fevereiro de 2012 a gerência do CENTUR instituiu uma norma interna, sem aviso prévio, que proibia a utilização da máquina fotográfica na *Sala Aroldo Maranhão*, setor de obras raras, local onde estavam disponíveis todos os documentos citados acima. Nesse período, as pesquisas nesses documentos já estavam quase sendo finalizadas, no entanto, ainda faltavam alguns deles como os *Cadernos de Lei da Intendência Municipal de Belém*.



**Figura 09:** Nota do jornal *A Província do Pará* convocando o Conselho da Associação Protetora do Órfãos para reunião, 1893.



**Figura 10:** Primeira página do jornal *Caridade*, junho de 1893.

No entendimento de Gil (2008), o jornal é um documento de comunicação de massa, que se constitui em uma importante fonte de dados para a pesquisa, o qual possibilita ao pesquisador conhecer os mais variados aspectos da sociedade. Este autor reitera ainda que, ao

lidar com o passado histórico, esta fonte nos possibilita conhecer dados que são difíceis de ser encontrados em outras, pois cada jornal tem sua perspectiva sobre determinado fato.

Carlos Rocque (1977), em sua obra *História de A Província do Pará*, traça a história de cem anos desse jornal, o qual foi criado em 1876. O autor nos leva a conhecer aspectos do contexto que perpassavam aquela época, principalmente quando cita os anúncios, os avisos e as narrativas que eram publicadas no jornal analisado.

Ainda de acordo com Rocque (1977), no ano de 1876, Belém ainda possuía cerca de 90 mil habitantes, e nela circulavam cerca de 10 jornais, dentre os quais seis eram diários, produzidos por órgãos de partidos políticos, de associações literárias e de congregações religiosas. Este autor descreve um por um desses periódicos, dimensionando o tempo de vida de cada um.

De acordo com o referido autor, Antônio Lemos, Intendente de Belém, fazia parte do jornal *A Província do Pará*, enquanto que Lauro Sodré fazia parte da *Folha do Norte*, ambos eram inimigos partidários, o que gerou em Belém uma forte divisão política partidária, sendo que, de um lado estavam os Lemistas e de outro os Lauristas. No entanto, para compor as fontes documentais desta pesquisa elegi dentre esses, apenas o jornal impresso, *A Província do Pará*, que tiveram publicações sobre o Orfanato no período estudado, visto que analisar os dois jornais demandaria um tempo muito maior do que o previsto para este estudo.

O objetivo de analisar esses documentos é coletar informações sobre o contexto político social e econômico que se dava em Belém, entre os anos de 1893 a 1910, sobre a história do Orphanato Paraense, bem como sobre o cotidiano das órfãs, quem eram essas meninas, de onde vinham e que educação o Orfanato propiciava a elas.

Ressalto aqui a importância de termos nos arquivos do CENTUR e do Arquivo Público esses documentos salvaguardados, possibilitando pesquisas como essas, visto que muitos documentos históricos ainda hoje são descartados, ou ainda aos próprios arquivos não é dada a devida importância. Conforme Bacellar (2005, p. 49), “é muito comum um arquivo ser denominado de arquivo morto, como que ignorando a preciosidade de muitos documentos ali esquecido”. Assim como ele, compartilho da ideia que os arquivos não são arquivos mortos, ao contrário, são arquivos vivos, pois são documentos que retratam a história, a cultura de uma época, de um grupo, guardam informações, registros valiosos que nos permitem analisar a história de uma instituição, e juntamente com esta os saberes educativos que ali perpassaram, enfim, nos permite conhecer, através do olhar do pesquisador, características da cultura de uma sociedade em determinada época, a fim de compreendê-la.

É como um arquivo “vivo” que percebo os arquivos. Ao lado dessa concepção de arquivo, está o meu interesse em fazer pesquisa documental, pois é algo que me instiga, que me move e que me é prazeroso. Como assevera Bacellar (2005, p. 49), “encontrar documentos que servem ao tema trabalhado é uma sensação de prazer que nos move para retornar à pesquisa.” Isso reafirma a opção de realizar essa pesquisa que consiste em analisar a história da educação de uma instituição por meio de documentos.

Utilizo também a fotografia, que “para além da sua dimensão plástica, nos coloca em contato com um sistema de significação das sociedades, com suas formas de representação, com seus imaginários”, a qual possui uma “natureza polissêmica”. Pensada dessa forma, a fotografia possui uma variedade de sentidos, que dependem de quem a produziu, quem a emitiu e com que finalidade. (BORGES, 2008, p. 79).

Nesse trabalho utilizo a fotografia com o intuito de proporcionar ao leitor a visualização da materialidade dos documentos pesquisados, uma vez que utilizei, como recurso para coletar a maior parte dos dados, a máquina fotográfica. Além das fotografias dos documentos, utilizo outras que captei durante a visita ao atual Colégio Antônio Lemos.

Considero que essas fontes me darão base suficiente para a realização dessa pesquisa, que se justifica, também, em querer contribuir com o estudo de uma instituição educativa e com história da educação de meninas na Amazônia.

Desenvolver esse estudo sobre o Orphelinato Paraense é uma forma de fortalecer o campo de pesquisa sobre história da Educação na Amazônia, já que recentemente, no ano de 2010, foi criado, na Universidade do Estado do Pará, o Grupo de Pesquisa e História da Educação na Amazônia – GHEDA, do qual faço parte.

Enfim, realizar a análise da história da educação de meninas nessa instituição, no período de 1893 a 1910, possibilita-me compreender o contexto social, político e econômico que se passava em Belém, nesse período, o que leva a constituir a história do próprio local. Além do mais, esse estudo possibilita a percepção de características singulares dessa instituição contribuindo com a reafirmação de sua própria identidade.

Para tanto, trago três seções para este estudo, é necessário ressaltar que ao longo destas já construo minhas análises, realizando o cruzamento das fontes, bem como apresentando resultados, dessa forma, não haverá uma seção específica para esses itens, pois compreendo que esses dialogam e, portanto, não podem estar dispostos de forma dicotômica.

Na primeira seção, *A criação do Orphelinato Paraense*, trato da origem da referido instituição, desde o momento em que foi criada pela Associação Protetora dos Órfãos. A

referida seção é composta por seis subseções, dentre as quais estão: *A Associação Protetora dos Órfãos e o Orphelinato Paraense*, na qual disserto sobre a origem dessa Associação e de sua iniciativa para a criação do Orphelinato Paraense. A segunda tem como título *Os preparativos para a inauguração do Orphelinato Paraense*, na qual trago aspectos dos eventos que foram realizados em Belém, bem como a mobilização da sociedade paraense para a criação do Orphelinato. A terceira aborda *A inauguração do Orphelinato Paraense*, sobre o dia da inauguração da referida instituição e como esta se materializou depois de tantos preparativos. Em *A criação do Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos e do Orphelinato Paraense*, quarta subseção traço como ocorreu a criação do Estatuto que regia tanto a Associação Protetora dos Órfãos como o Orphelinato Paraense, e sobre a legalização dessas instituições; e por último, em *O Orphelinato Paraense e o contexto higienista*, trago características do contexto higienista que havia na época, no qual estava inserido o Orphelinato.

A segunda seção *A Municipalização do Orphelinato Paraense* é composta por quatro subseções que são: *Uma breve biografia de Antônio Lemos*, na qual discorro sobre a sua vida e trajetória política. Nesta, disserto ainda sobre as políticas públicas instauradas por este Intendente em Belém, enfatizando o contexto econômico, social e político no qual estava inserido o Orfanato. Em *De Orphelinato Paraense a Orfanato Antônio Lemos*, discorro sobre a atuação do intendente Antônio Lemos junto ao Orphelinato Paraense e sua articulação política para que esse fosse transferido para o âmbito municipal e, mais tarde, viesse a ser Orfanato Antônio Lemos. Na subseção, *De Belém à Vila de Santa Isabel: o projeto Ideal*, escrevo a cerca do desejo e da articulação política do intendente Antônio Lemos em construir um prédio, na Vila de Santa Izabel, e suas intenções em transferir o Orfanato, moldando-lhe uma nova configuração.

Já na terceira seção, *O Ensino Primário em Belém e a educação das filhas do Orphelinato Paraense*, trago características do contexto escolar que havia em Belém naquele período. Tal seção é composta por quatro subseções, que são: *Os livros utilizados no ensino primário*, na qual trago os livros utilizados no ensino primário e que, provavelmente, eram utilizados pelas órfãs no Orphelinato. Em *As Filhas de Sant'Ana e a educação das meninas do Orphelinato Paraense*, trato sobre a referida ordem religiosa, que era encarregada de administrar o Orfanato e educar as órfãs que lá eram abrigadas. Desse modo, disserto acerca da chegada dessas religiosas no Brasil e no Orfanato. Na subseção *A educação das filhas do Orphelinato Paraense* apresento vários aspectos da educação das órfãs desenvolvidas no

Orphelinato. Na última subseção, *O destino das filhas do Orphelinato Paraense*, retrato alguns dos caminhos que eram seguidos pelas órfãs, depois de serem amparadas e educadas pelo Orphelinato.

Nas considerações finais retomo alguns dos principais pontos abordados neste trabalho e faço alguns questionamentos que surgiram durante a sua realização. Esses questionamentos apontam outros caminhos, que poderão ser trilhados em futuras pesquisas.

## 1 A CRIAÇÃO DO ORPHELINATO PARAENSE

O Orphanato Paraense foi criado pela Associação Protetora dos Órfãos no ano de 1893, em Belém, sendo assim denominado inicialmente, passou por várias transformações até tornar-se *Orfanato Antônio Lemos*, em 1906. Ao ser criado, o Orphanato era mantido por associados e por doações, no entanto, no ano de 1900, os recursos arrecadados passaram a ser insuficientes para manter a instituição, foi quando a diretoria do Orfanato pediu ajuda a Intendência Municipal de Belém, que tinha como principal representante na época, o intendente Antônio José Lemos.

Parafraseando Saviani (2007), compreendo que a instituição não pode ser concebida como algo estático, visto que, esta também é histórica possuindo, assim, um caráter transitório. Com o Orphanato Paraense não foi diferente, pois essa instituição passou por várias transformações ao longo de sua história e é sobre sua criação e sobre essas transformações que tratarei nessa seção.

Início pela definição da palavra “orfanato”, apresentada por Houaiss (2009, p.473), em seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, que significa “estabelecimento assistencial, público ou particular, que tem por finalidade abrigar e educar órfãos, ou crianças abandonadas”. Esse estabelecimento assistencial possui toda uma trajetória que foi se configurando ao longo do tempo, de acordo com as necessidades humanas desde a Idade Média.

Marcílio (1998) afirma que durante a Idade Média a preocupação com o destino das crianças “enfeitadas” passou a ser institucionalizado, de forma que os mosteiros passaram a aceitá-las, para que seguissem a carreira sacerdotal. No século XII, passa a existir um maior engajamento em relação à proteção dos meninos e das meninas desvalidas<sup>2</sup>. Já no século XVIII e XIX surge a “Roda dos Expostos<sup>3</sup>” como forma de assistência a essas crianças.

Para Trindade (1999), o primeiro local construído para abrigar crianças foi em Milão, no ano de 787, construído pelo padre Datheus, denominado de albergue. Este tipo de instituição, que não foi assumido diretamente nem pelo Estado, nem pela Igreja, foi difundida por toda a Europa.

---

<sup>2</sup> Eram meninas ou meninos que não possuíam “condição” alguma (MARCON, 1992).

<sup>3</sup> A Roda dos Expostos tem a forma de uma roda cilíndrica com uma divisória ao meio. Esse artefato era alocado na parede, ou no muro das instituições que cuidavam de crianças abandonadas, de forma que ficasse móvel, girando. Assim, uma parte ficava acessível para a rua e a outra para dentro da instituição, sem que os dois lados pudessem ter contato visual. A criança enjeitada era deixada do lado externo do cilindro e próximo havia um sino, que deveria ser tocado para avisar a instituição, que havia uma criança sendo abandonada (MARCÍLIO, 1998).

Na visão de Karine Delobbe (2000), em sua obra *Des enfants du XVI au XVIII siècle*, ao retratar a infância em Paris, explica que no ano de 1633, na França, foi criada uma instituição por Saint Vicent de Paul denominada “Companhia das Filhas da Caridade”, que tinha como missão cuidar e educar todas as crianças encontradas nas ruas. A autora explica ainda que neste ano aumentou o número de crianças abandonadas nas ruas, nos hospitais e nas igrejas de Paris. Mesmo assim, só em 1793 o Estado passou a dar mais atenção a esses menores, ao baixar um decreto que afirmava que as crianças abandonadas seriam apoiadas pelo estado e seriam chamadas de “d’enfants naturels de la Patrie” (filhos naturais da Pátria). Nesse sentido, as comissões administrativas dos hospitais e a assistência pública passaram a dar maior atenção aos pequenos abandonados.

No entendimento de Rizzo (2003), os orfanatos e asilos foram criados para dar assistência às crianças órfãs de pai e mãe, crianças filhas de viúvas que precisavam trabalhar, ou até mesmo de mães solteiras, que queriam esconder da população a gravidez indesejada, já que o fato de ser mãe solteira era vergonhoso perante a sociedade.

Por outro lado, Marcílio (1998), ao produzir a obra *História Social da Criança Abandonada*, ressalta que a miséria se constituía como um dos principais fatores para o abandono de crianças. Essa afirmação se contrapõe a imagem generalizada que se criou em relação aos pais que abandonavam seus filhos, visto que estes eram tidos como irresponsáveis e, muitas vezes, promíscuos e desumanos.

Quanto à finalidade dessas instituições, em geral foram criadas para amparar órfãos e, no início, não tinham um plano com objetivos educacionais e profissionalizantes. Hilsdorf (2005, p. 52) afirma que “o início da fase filantrópico-científica da assistência dataria de meados do século XIX, quando a simples atividade de abrigo foi reorientada pela ideia utilitária de tirar as crianças da ociosidade”. Nesse sentido, com o passar dos anos, os orfanatos foram ganhando novas configurações e passaram não só a abrigar crianças como também a educá-las para um ofício, ou no caso das meninas, para serem “boas mães” e excelentes “donas de casa”.

No Brasil, a criação de abrigos para crianças estava ligada à filantropia. Grande parte dessas instituições estava vinculada à “Santa casa de Misericórdia”. De acordo com Hilsdorf (2005), os locais que abrigavam meninas pobres eram conhecidos por “Rodas de Expostos e Recolhimento”. Para essa autora, um dos primeiros locais em terras brasileiras destinados a abrigar e educar meninas foi o “Seminário de Educandas de São Paulo”, autorizado para funcionar em 08 de janeiro de 1825 pelo Imperador. De cunho filantrópico, o objetivo dessa

instituição era abrigar e formar meninas desamparadas, pobres e órfãs deixadas por militares mortos em combate, porém, muitas crianças eram deixadas na Roda de Expostos.

No Pará isso ocorreu alguns anos antes, pois, conforme Socorro França e Samara França (2011), em 1804 foi criado o Recolhimento das Educandas pelo bispo Manoel de Almeida Carvalho. A instituição objetivava amparar e educar meninas índias. Esse espaço tornou-se mais tarde o “Colégio Nossa Senhora do Amparo” que, de acordo com seu regulamento, passou a proteger e educar meninas órfãs, pobres e desvalidas.

E só ano de 1893, na cidade de Belém, foi criado o “Orphelinato Paraense” pela “Associação Protetora dos Órfãos” com o intuito de amparar meninas órfãs. Com caráter assistencialista, o Orphelinato era mantido por associados e por doações, de forma que, nesse primeiro momento, não se caracterizava como público, nem como privado, mas como uma instituição filantrópica sem fins lucrativos. Para compreendermos a criação desse Orfanato é necessário saber sobre a associação que o criou e como foi articulada a sua criação.

## **1.2 A Associação Protetora dos Órfãos e o Orphelinato Paraense**

Para Hilsdorf (2005, p. 53), no século XVIII, fundamentado no pensamento iluminista, passou a ser concebida uma mentalidade de que a assistência aos necessitados não era apenas atribuição da Igreja, mas também uma responsabilidade pública. Tais ações deviam ser mais ativas, de maneira que fosse “ao encontro dos pobres e infelizes para assisti-los e educá-los”. Tais ações, de maneira geral, passaram a ocorrer através de associações voluntárias que criaram hospitais, asilos, maternidades e orfanatos.

Nesse contexto, insere-se a Associação Protetora dos Órfãos que, de acordo com o *Relatório da Intendência Municipal de Belém*, publicado em 1902, fundou o “Orphelinato Paraense”, no dia 13 de maio de 1893. Ele foi instalado em 15 de agosto do mesmo ano e, em 1906 tornou-se Orfanato Antônio Lemos. Tal associação era composta por membros associados que, por meio de doações e trabalhos voluntários, atuavam em prol dos órfãos e dos desvalidos de Belém. Dessa forma, para se compreender a criação do Orphelinato faz-se necessário dissertar sobre a origem dessa associação.

*A província do Pará*, do dia 10 de maio de 1893 (p.1), dizia que a Associação Protetora dos Órfãos “é uma sociedade cuja iniciativa pertence ao honrado governador Lauro

Sodré e que devendo ser fundada no dia 13 do corrente, podemos desde já chamá-la filantrópica tal o fim a que se destina”. O referido jornal, do dia 24 de junho de 1894 (p. 1), explica ainda que “Lauro Sodré é natural do Pará, cuja capital nasceu em 17 de outubro de 1858, sendo seus pais legítimos Antônio Fernandes Sodré e Silva, funcionário público, ex-oficial de artilharia e Dona Anna Nina Sodré e Silva.” Matriculou-se no Liceu no mês janeiro de 1871 e em novembro de 1876 foi para a Escola Militar do Rio de Janeiro, onde em 1883 recebeu o grau de bacharel em Ciências físicas e Matemática. Essa fonte descreve que durante sua carreira na escola militar, Sodré “foi promovido a alferes-aluno em 1879, a 2º tenente em 1882 e a major em 1890.” Nesse mesmo ano foi nomeado catedrático da Escola Militar para a cadeira de Economia política e estatística, recebendo o grau de Doutor ainda nesse ano.

Ainda segundo essa fonte, Sodré já era antigo nas lutas políticas, visto que desde 1885 escrevia artigos nos jornais *A Província do Pará* e *A República*, nos quais se identificava respectivamente com os pseudônimos de DANTOS e DIDEROT. Logo após a Proclamação da República, Sodré foi nomeado secretário do Ministro da Guerra, Benjamim Constant, e em seguida secretário do Ministro da Instrução Pública, momento em que foi criado esse novo ministério, no qual passou a atuar também Benjamim Constant. É visível assim a parceria que havia entre Lauro Sodré e Benjamim Constant.

Para Rocque (1996), Lauro Sodré foi o primeiro governador constituinte do Pará, tendo com vice Gentil Bittencourt. De acordo com *A Província do Pará* de 24 de junho de 1894 (p. 1), Sodré “foi eleito, pelo estado do Pará, membro do congresso constituinte da República em 1890, e em 1891 por unanimidade de votos, governador do dito estado.” Segundo Rocque (1996), Sodré assumiu o governo dia 24 de junho de 1891, logo após a aprovação da primeira Constituição do Pará, aos 32 anos de idade.

Esse autor informa que Sodré foi membro do Clube Republicano<sup>4</sup>, partido que tinha como proposta não apoiar nem o Partido Liberal, nem o Partido Conservador, mas se opor aos dois e aos partidos que defendessem o regime monarquista, visto que desde quando escreveu nos jornais, demonstrando-se a favor dos ideais republicanos, “deu prova da firmeza de suas convicções, tendo de sofrer os golpes dos ferros gumes do alfanje das perseguições monárquicas.” (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 24 de junho de 1894, p. 1).

---

<sup>4</sup> O Clube Republicano foi fundado em Belém, no dia 11 de abril de 1886, pelo civil Francisco Raimundo Guedes e o major Antônio Pedro Borralho. O primeiro manifesto do Clube foi feito por Lauro Sodré, no qual afirmara “a republica, que era um reinado de Luz, não poderia deixar de ser autora da libertação dos cidadãos brasileiros e para quebrar o trono do rei, tornava-se necessário quebrar o trono do algozes.” (ROCQUE, 2001). Tal clube foi extinto ao ser decido por seus membros organizar o Partido Republicano (BORGES, 1986).

Coelho (2006), ao realizar sua dissertação intitulada “A ciência de governar: positivismo, evolucionismo, e natureza em Lauro Sodré”, observa que Sodré fundamentava suas ações nas ideias positivistas, de forma que desde 1878, ao escrever artigos para a *Revista Acadêmica e Phoenix Literária*, órgãos literários dos alunos da Escola Militar, já tinha se convertido à doutrina positiva, ideais que absolveu de seu professor de cálculo, Benjamin Constant, o que explica a relação próxima entre ambos.

Para Coelho (2006, p. 76), as primeiras referências à chegada do positivismo<sup>5</sup> no Brasil foram em 1840 e 1850, no entanto, esse pensamento só ganhou força a partir de 1868, no momento em que Benjamin Constant retornou da Guerra do Paraguai, fundando uma sociedade de estudos do positivismo, bem como introduziu o positivismo na Escola Militar, a partir de 1872. É importante lembrar que essa filosofia positivista abordava uma grande discussão em relação ao progresso<sup>6</sup>, de forma que este se tornou “um dos pontos fundamentais para a problemática positivista”.

Rocque (2001), considera que o idealista Sodré realizou uma “excelente administração”, auxiliado, também, por um contexto econômico favorável, visto que o ciclo da borracha começava a atingir seu auge trazendo divisas para o Pará. Assim, nesse primeiro momento, governou o Pará até o ano de 1896, quando reuniu seu partido para escolher um candidato que concorreria à substituição de sua vaga, juntamente com o candidato da oposição. O escolhido dessa vez foi Paes de Carvalho<sup>7</sup>.

Para Rocque (2001, p. 90), Lauro Sodré, no Pará, “promoveu a colonização, principalmente na zona Bragantina; reorganizou a Escola Normal, o Liceu Paraense; firmou a discriminação dos impostos de selos e de exportação, promulgara a lei orgânica dos

---

<sup>5</sup> O pensamento positivista fundamenta-se na chamada lei dos três estados, o primeiro estado era o teológico, no qual o homem tentava explicar a Natureza através da ação de seres sobrenaturais, estudada através da imaginação. No segundo, o estado metafísico, o homem continuaria a buscar a natureza íntima das coisas, mas passaria a trabalhar com a argumentação abstrata levando à substituição dos seres sobrenaturais por ideias ou forças naturais como explicação da Natureza e, o terceiro, o positivo, a explicação da Natureza estaria subordinada à observação e à experimentação, passando o homem a buscar compreender suas leis que seriam, na verdade, relações constantes entre fenômenos observáveis. (COELHO, 2006, p. 52).

<sup>6</sup> A ideia de progresso seria como uma necessidade específica, que não explicando nada pretende explicar tudo; o progresso seria o desenvolvimento do que está envolvido, o explicitamento do que está implícito; a ideia de progresso para os positivistas era, em suma, a inteligência distendendo-se no tempo, a Razão no seu próprio devir. As sucessivas manifestações de inteligência, a ciência e a passagem dos estados teológico e metafísico para o estado positivo. Ao trazer essa ideia para o contexto brasileiro podemos pensar o progresso como diz o próprio autor, quando o Brasil passar de um estágio de monarquia à república (COELHO, 2006, p. 76).

<sup>7</sup> José Paes de Carvalho nasceu em Belém em 1850, onde concluiu o curso de Humanidades. Diplomou-se médico na Universidade de Coimbra e retornou a Belém em 1889, espaço que estavam sendo fortemente difundidas as ideias republicanas. Tornou-se o primeiro presidente do Clube Republicano. Tomou posse como governador do Estado do Pará no dia 01 de fevereiro de 1897, juntamente com seu vice Antônio Nicolau Monteiro Baena, visto que foram eleitos no primeiro pleito direto na escolha do governador e vice do Pará (BORGES, 1896, p.176)

municípios, triplicou as rendas do Estado”. Além disso, “contratara Emílio Goeldi<sup>8</sup> para organizar o museu”, o qual hoje denomina-se Museu Emílio Goeldi<sup>9</sup>; “contratara Carlos Gomes<sup>10</sup> para o Conservatório; fundara a Academia de Belas Artes; reformara o Teatro da Paz; criara o liceu Benjamin Constant (...)” e a Associação Protetora dos Órfãos, que veio a fundar Orphelinato Paraense para educação das órfãs desvalidas.

Para criar a Associação Protetora dos Órfãos, o jornal *A Província do Pará* de 10 maio de 1893 relatou que foi distribuída uma circular, dirigida a grande número de cidadãos reconhecidos por seu espírito protetor para que viessem a fazer parte da Associação como sócios. Cabia a eles contribuir mensalmente com uma quantia em favor dos pobres e desamparados. A folha circular deveria ser preenchida e em seguida entregue no palácio do governo.

Lauro Sodré justificou sua iniciativa em relação a criação da Associação Protetora dos Órfãos e do Orphelinato ao dizer,

bem sabeis que só pela cultura da inteligência e pelo trato esmerado do coração pode o homem, no seio da coletividade, em que vive, ser um elemento realmente útil à sociedade. E nas nações regidas pelo sistema político republicano, que dá ao povo o direito de governar-se, é de necessidade primordial inculcar nos espíritos a grande verdade da ciência, os sagrados princípios da moral, sob cujo benefício influxo podem formar-se sólidos caracteres, cidadãos capazes de compreender e defender os direitos inamissíveis que a Constituição e as leis lhes asseguram. (SODRÉ *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 10 de maio de 1893, p. 1).

É necessário frisar que o Brasil acabara de tornar-se um país republicano e seus ideais assumiam novas características que, de certa forma, também se arraigavam em instituições como o Orphelinato, pois era necessário preparar o homem e a mulher para viver em uma sociedade “livre”, para isso precisariam ser educados para obedecer e seguir às leis da República para que tudo pudesse ter ordem. Assim, o governador ao falar sobre a criação do

---

<sup>8</sup> Cientista e zoólogo Suíço (1859-1917), chegou a Belém em 1894, e juntamente com sua equipe transformaram uma residência de férias ou temporadas, localizada na periferia da cidade de Belém, no jardim zoológico, o qual em agosto de 1895 foi transferido para uma nova sede, onde iniciaram-se várias obras. O referido museu tornou-se o primeiro e mais importante jardim zoológico do Brasil. O Zoólogo Goeldi gerenciou tal instituição por 13 anos, a qual na época denominava-se Museu Paraense de História Natural e Etnografia. (SANJAD, *et al.*, 2012, p. 197).

<sup>9</sup> Jardim zoológico criado pelo cientista Suíço Emílio Goeldi.

<sup>10</sup> Músico, que nasceu em 1836, na cidade paulista de Campinas. Compôs sua primeira obra em 1854, denominada *a Missa de São Sebastião*. Estudou música no Rio de Janeiro. Chegou a Belém no dia 14 de maio de 1896 para presidir o futuro Conservatório de Música do Estado, a convite do então governador do Estado, Lauro Sodré. O compositor vinha da Itália, onde passou uma longa temporada fez grandes sucessos com a apresentação de óperas como *O Guarani* (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

Orphelinato busca colocar os ideais republicanos em prática, já que defendia a implantação do sistema republicano e a filosofia positivista de Augusto Comte.

Por outro lado, podemos pensar as instituições como uma forma de controle do Estado em relação à sociedade, de maneira que a criação do Orphelinato seria por meio do amparo e da educação, uma forma de controlar as órfãs e de fazê-las úteis à própria sociedade. Como descreve o jornal *Caridade*<sup>11</sup> (1893, p. 6):

Criar uma casa de educação para órfãos desvalidos, para esse grupo de pequeninos desgraçados ali ir beber as benéficas luzes da instrução e aprender o caminho verdadeiro do Bem, significa: desviar da estrada escura do vício e da depravação, um punhado de futuros vagabundos e desordeiros: significa tornar de temulentos e bandidos talvez, - homens honestos, cidadãos prestantes a si e a sociedade. Quer dizer ilustrar a pátria, ilustrando seus filhos (CARIDADE, 1893, p. 2).

A partir desse excerto, podemos perceber o jornal como um meio formador de opinião. Foucault (2010) compreende a interpretação do documento como um discurso. Nesse sentido, tais fontes não se propõem apenas a transmitir informação, mas também se constitui um produtor de sentido, um formador de opiniões.

Cruz (2011, p. 37) afirma “os formadores de opinião a que me refiro são pessoas que, por meio da mídia, comunicam juízos sobre temas, fatos, personalidades, ou valores a ampla parcela da população ou a um grupo específico”. Nesse sentido, o jornal do Orphelinato queria formar ou reforçar na sociedade paraense a ideia sobre a importância de se construir um espaço para amparar e educar órfãs. Não podemos esquecer que a pretendida construção dependia da generosidade das pessoas que apoiavam tal iniciativa. As instituições que davam assistência às crianças desamparadas, como o Orphelinato, eram bem vistas pela sociedade paraense. De acordo com Socorro França e Samara França (2011, p. 2), “as famílias não viam o recurso à assistência como um ato de desamor, mas uma possibilidade de proteger seus filhos do infanticídio”.

Para Pallares-Burke (1998), a imprensa recém-emancipada da ordem política absolutista passa a ser vista como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública. Seguindo essa linha de pensamento, podemos pensar nos jornais que

---

<sup>11</sup> A *Caridade* foi um jornal do Orphelinato, que teve apenas um número, no entanto sobre essa fonte tratarei a seguir.

circularam no ano de 1893, estando entre eles *A Província do Pará* e *Caridade*, os quais utilizo como fonte nessa pesquisa.

*A Província do Pará*, de 07 de setembro de 1893 (p. 3), com o intuito de conseguir sócios para compor a Associação Protetora dos Órfãos argumentava que havia várias instituições de amparos às órfãs existentes no Brasil e no mundo, como uma na “França, que depois da desastrosa guerra de 1870 que arrojou impiedosamente milhares de crianças à orfandade.” Nesse momento, uma Senhora teve a ideia de juntar vários amigos para a fundação de um Orphelinato, o qual contava com mais de mil sócios. Ainda de acordo com esse jornal, no Rio de Janeiro dava-se outro exemplo, visto que “uma respeitável comissão de Senhoras caridosas projetou fundar um grande asilo de órfãs desvalidas. [...] onde possam estas infelizes dedicar-se exclusivamente aos mistérios ufanos da vida doméstica”.

Com a mesma finalidade foi criada a Associação Protetora dos Órfãos, que segundo o jornal *A província do Pará*, de 11 de maio de 1893, (p. 2), anunciava “são convidados os cidadãos que abraçaram a ideia de criação do Orphelinato Paraense para inscreverem-se como membros da Associação Protetora dos Órfãos para uma reunião prévia, no dia 11 de maio, à noite em uma das salas do palácio do governo”.

O jornal explica que no dia 13 de maio de 1893 houve um grande número de adeptos, os quais compareceram à reunião, na qual Sodré expôs pessoalmente os benefícios de se construir um Instituto Protetor dos Órfãos Desvalidos, na cidade de Belém. Ainda durante a reunião, foi composta a diretoria provisória da Associação da qual fazia parte como presidente o Dr. José Henrique Cordeiro de Castro<sup>12</sup>, como secretários ficaram Phileto Bezerra e Dr. Bento Miranda, e compondo o conselho administrativo estava Dr. José Paes de Carvalho, A. Berneaud, Dr. Theotônio de Brito, capitão E. Ponte, Dr. Paes de Andrade, Antonio Pinho, Dr. F. Hardmann, Leandro campos, Emilio Martins e Visconde de São Domingos.

Logo, no dia 19 de maio passou a ser anunciado o valor das mensalidades de 1\$000 (mil reis), que poderiam ser pagas em período trimestral ou, um valor único de 100\$000 (cem mil reis), pelos sócios. A previsão de instalação do Orphelinato estava marcada para o dia 15 de agosto e tudo deveria ser agilizado. A população de Belém se preparava para receber a nova instituição de caridade, a qual passou a receber doações de várias partes do Estado para que em sua inauguração pudesse receber as meninas órfãs.

---

<sup>12</sup> José Henrique Cordeiro era professor de português, advogado e funcionário do Tesouro Nacional de Belém (PANTOJA, 2012, p. 17).

### 1.3 Os preparativos para a inauguração do Orphelinato Paraense

Quem dá aos pobres empresta a Deus (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 16 de novembro de 1983, p. 2).

Para a inauguração do Orphelinato Paraense ocorreram várias mobilizações em Belém, com o objetivo de arrecadar fundos financeiros e de preparar tal instituição para receber as meninas órfãs, visto que o próprio Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos (1893) afirmava que a instituição daria às órfãs “casa, mesa, luz, vestuário, instrução primária, ensinando-se aos do sexo feminino toda sorte de costura, chá, prendas de agulha, e serviços domésticos.” Essa preparação não seria possível sem as generosas contribuições dos sócios e contribuintes.

A maior parte das pessoas que faziam doações ou algum feito em benefício do Orphelinato eram comerciante, políticos, médicos, donos de seringais, artistas famosos. Essas pessoas tinham seus nomes publicados nas páginas de *A Província do Pará* e de certa forma, elas queriam ser bem vistas pela sociedade. Podemos pensar essas ações como um jogo de interesse entre o jornal, os doadores e o governo, visto que o referido jornal fazia parte, até então, dos aliados políticos do governador, de quem partiu a iniciativa, cujo representante e redator chefe era Antônio Lemos, que como Senador na época também contribuiu com doações para o Orphelinato. Alguns anos depois da criação do Orphelinato Paraense, o Senador Lemos passou a ter uma relação mais direta com a história dessa instituição. No entanto, sobre isso tratarei mais adiante. Além disso, a Igreja afirmava quem “dá aos pobres, emprestava a Deus”, ou seja, mais um motivo para que a Associação fosse ajudada.

O *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902) explica que o Orphelinato foi recebido com entusiasmo pela população paraense, notícia que era constantemente veiculada pelos principais jornais locais da época, o que contribuiu para que a nova instituição conseguisse vários sócios e muitos donativos. O número de sócios desta associação era de 535, dentre eles 405 homens e 130 mulheres.

É importante ressaltar que havia em número menor, mulheres sócias, que exerciam o mesmo papel que os homens, o de pagar uma mensalidade ao Orphelinato. Essas sócias também tinham seus nomes veiculados em *A Província do Pará*.

Além desses sócios, a instituição recebia doações em dinheiro, em bens, em joias, em alimentos, em objetos como máquina de costura *Singer*, aparelho telefônico, flores, perfume,

leite, café, açúcar, farinha, feijão, água, fogos de artifício para o dia da festa, etc, de forma que *A Província do Pará* anunciava em suas páginas as várias doações vindas de todo o Estado, bem como feitos curiosos como o de Paulino de Brito e o do maestro Gama Malcher<sup>13</sup>, que se encarregaram de compor um Hino<sup>14</sup>, com o propósito de que as Órfãs no dia da inauguração pudessem pedir bênçãos para seus protetores. Nas fontes até então pesquisadas não foi possível encontrar a letra do Hino composta pelos referidos autores, porém *A Província do Pará* de 10 de fevereiro de 1895 (p. 2) traz um poema de autoria de Paulino de Brito dedicado às órfãs:

Senhores, neste momento, a ideia que nos consagra é a liga do sentimento contra um déspota – a desgraça: há no mundo uns entesinhos sem lar, sem pão, sem carinhos, sem pais e sem mães também. Nos batem chorando à porta: quem tem a fibra de tão morta que lhe não abra? Ninguém!

Além dos feitos e das doações, o conselho administrativo da Associação tratou de indicar, como se referia o próprio jornal por “distintos cavalheiros e damas da sociedade em todos os distritos encarregadas de promover quermesses, concertos e donativos” tudo para a fundação do Orphelinato. (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 19 de maio de 1893, p. 03).

Outras ações eram feitas pela cidade, como a ação dos moradores do bairro do Reduto que organizaram uma “feira de abundantes frutas e flores para ser o produto aplicado ao Orphelinato”, o qual teve grande repercussão na cidade e o bazar de caridade organizado “por presidentes e sócios do Club Euterpe e Atheneu Comercial”, os concertos musicais preparados pelo Tenente Coronel Aureliano Guedes, que “serão cabalmente desempenhados nas belas noites de luar de junho e julho nas três principais praças da d’esta cidade.” (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 21 de maio de 1893, p.3).

Apesar de grande parte das doações e ações serem realizadas por pessoas influentes social, política e economicamente pertencentes à sociedade paraense, no entanto,

o fim do Orphelinato é humanitário, grandioso, civilizador e os seus benéficos resultados serão em proveito da coletividade. Ninguém tem o direito de negar o seu auxílio à tão proveitosa obra: rico ou pobre, grande ou pequeno, nobre ou plebeu, todos tem o indeclinável dever de ajudar com todo o impulso que forem capazes essa caridosa, útil e necessária instituição. (*OCTÁVIO PIRES in CARIDADE*, 1893, p. 4).

<sup>13</sup> José Candido da Gama Malcher era paraense, filho do médico e político José da Gama Malcher, iniciou-se nos estudos de música no Pará. Estudou Engenharia nos Estados Unidos e, em seguida, voltou a seguir os estudos de música em Milão. (MOURA, 2008, p. 103).

<sup>14</sup> O jornal *A Província* (1893) faz referência ao hino, porém, não publica a letra, e nas fontes consultadas até então não foi possível encontrá-la.

As fontes demonstram que praticamente todas as camadas da sociedade paraense colaboraram para a instalação do Orphelinato. As alunas e as professoras da escola normal organizaram um bazar no mês de agosto em favor do Orphelinato. Na prisão de São José, os presos João Evangelista Ibiapina e Mauricio José do Nascimento, que diziam ser porta voz dos demais presos, também queriam contribuir com as doações. “Pedimos permissão para daqui também concorrermos com alguns mesquinhos produtos do nosso parco trabalho”, ao mesmo tempo em que se colocavam como pobres desamparados pediam ajuda a Associação “somo também órfãos, banidos do seio da sociedade, sem o aconchego do lar e as doçuras da família, pedimos da Protetora dos Órfãos sua válida proteção.” (A PROVÍNCIA DO PARA, 07 de junho de 1893, p. 3).

Os cocheiros que trabalhavam na empresa de carros de Belém também se reuniram para contribuir com a Associação, pois “somos humildes cocheiros, não há dúvidas, pobre e sem educação, mas para fazer o bem, socorrer o órfão, coitadinho, um vintém que a gente tenha não há de fechar na mão.” Outra doação foi de Zulmira e Georgeta da Silva Reis, que diziam ser filhas de um humilde operário que recebia um pequeno salário e que precisavam trabalhar para socorrer suas maiores necessidades, mas que mesmo assim não podiam deixar de ajudar os operários da caridade, doando assim cinco mil reis para o Orphelinato (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 07 de junho de 1893, p.13).

Para organizar as manifestações em favor do Orphelinato eram eleitas várias comissões como: comissões para angariar donativos, comissão para decoração da praça, comissão para entender-se com redações e associações, comissão do pavilhão destinado as refeições, um tesoureiro e uma comissão central. É interessante observar que apenas a primeira comissão era formada em sua maior parte por mulheres, as demais eram todas compostas por homens.

Nesse sentido, podemos perceber a importância do papel que a mulher exercia na organização dos eventos que visavam angariar fundos para o Orphelinato, visto que elas ficavam responsáveis por uma das principais comissões, a que era encarregada de angariar os donativos. Ora, sem donativos não haveria festa, quitutes, leilões e com isso arrecadação de valores, pois era por meio dos donativos e das doações que se obtinham os recursos para a organização das festas, dos leilões, das vendas, vindo daí grande parte da arrecadação financeira desses eventos.

Como a festa *Petit concert* para crianças, realizado no dia 29 de junho, no jardim do Largo das Mercês, “será uma espécie de tómbola, ou da tradicional árvore de natal, para os meninos, que entrando alegres e acompanhados de seus pais nesse mimoso jardim, encontrarão aí esparsos por entre variadas flores, as *poupees* e os bombons”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 18 de junho de 1893, p 2). Nessa mesma data, também é festejado o dia de São João pela Igreja Católica e nos terreiros juninos.

E assim,

O mimoso jardim do Largo das Mercês constitui-se na tarde do dia 29 do passado, um verdadeiro paraíso povoado de formosas, elegantes e respeitáveis senhoras, de amáveis cavalheiros, de loiras e interessantes criancinhas, que instintivamente atraem dos circunstantes, em honra dos embevecidos pais, todos os afagos, todos os carinhos e cuidados. (...) Enfim, estamos todos no melhor da festa, esquecidos das agruras deste mundo e somente atentos ao combate incruento das crianças contra a sorte (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 02 de julho de 1893, p. 2).

No entanto, marcar uma boa data para a realização dos eventos e das festas não era o suficiente para se ter sucesso de público e de arrecadações, pois esses fatores dependiam das variações climáticas locais, como descreve *A Província do Pará* de 27 de junho de 1893 (p. 2), “devido o grande aguaceiro que desabou por volta das sete horas da noite”, referindo-se a pouca arrecadação e a quantidade de pessoas que compareceram um bazar no dia 25 de junho de 1893, “em virtude de tão prejudicial incidente” o bazar continuará em outra data. Podemos perceber nesse trecho características do clima de Belém, e constatar que a quantidade de arrecadações em um evento, ou uma festa, dependia de fatores climáticos como as chuvas, visto que geralmente as festas beneméritas ao Orphelinato eram realizadas em praças e espaços abertos.

Porém, havia algumas manifestações feitas em locais fechados como é o caso do concerto apresentado no Teatro da Paz, na noite de 22 de junho, momento em que arrecadou-se 1:151\$840 - mil cento e cinquenta e um, oitocentos e quarenta contos de reis, que compunha, nesse momento, um saldo de arrecadação total no valor de 10:446\$750 reis, valor que veio a aumentar, visto que faltava mais de um mês para a inauguração do Orphelinato (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 05 de julho de 1893).

Outro evento ocorrido em favor do Orphelinato foi uma corrida de cavalos no Jockey Club Paraense no dia 23 de julho de 1893. Nesse evento havia vários cavalos inscritos para disputar as apostas, cuja renda foi doada para o Orphelinato.

Em meio a tantas manifestações ocorreu uma inusitada que foi a criação de *Caridade*.

Com o nobre intuito de concorrermos com o nosso fraco contingente, nós, humildes operários das oficinas dos Srs. Tavares Cardoso e Cia resolvemos dar a luz da publicidade esta pequena gaveta, cujo produto aplicar-se-á em favor do Orphelinato. (CARIDADE, 1893, p.1).

No dia 29 de junho de 1893, data próxima da inauguração do Orphanato, circulou em Belém, em uma única publicação, o jornal *Caridade*, cujos valores de arrecadação seriam destinados ao Orphanato. Essa publicação foi promovida pela corporação artística do Sr. Tavares de Castro, membro da diretoria do Orphelinato. Trata-se de um Jornal específico sobre o Orphelinato, o qual eu não poderia deixar de dissertar nesse trabalho.

Em fevereiro de 2012, ao pesquisar a revista Educação e Ensino, de junho de 1893, no setor de obras raras do CENTUR, para me cercar de mais dados sobre o contexto educacional existente na época da criação do Orphelinato deparei-me com uma pequena nota intitulada *Caridade*, a qual dizia:

A corporação artística do Sr. Tavares Cardoso e Cia, no intuito de concorrerem com o seu óbolo para a fundação do Orphelinato Paraense fizeram publicar no dia 29 do corrente uma edição especial do jornal *Caridade*, cujo produto reverterá em benefício do referido estabelecimento. *Caridade* publicada em fascículos e luxuosamente impressa, trás bons artigos e belas poesias (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, junho de 1893, p. 95).

Esses indícios levaram-me a concluir que o jornal *Caridade* existiu, porém, a dúvida era se esse jornal tinha sido preservado, onde estaria e ainda se era possível acessá-lo. Muitas vezes, nós pesquisadores temos que contar com a sorte para que em meio a cultura do descarte nossos impressos sejam salvaguardados. Decidi partir para o setor de micro filmagem do CENTUR, e para a minha surpresa lá estava *Caridade*, já disponível para acesso, composto por 09 páginas, de papel branco e escrita em letras preta.

De acordo com *A Província do Pará* (1893), a mesma corporação que criou e publicou o jornal foi quem promoveu sua venda, a qual ocorreu durante o dia e de forma atípica, pois os operário saíram em bandos acompanhados de várias senhoras e duas bandas de música, oferecendo o jornal pelas ruas e solicitando apoio ao Orphelinato. *Caridade* não tinha

um preço fixo ou exato para ser vendido, os interessados em adquirir o jornal contribuía com o valor que julgassem justo e que estivesse ao seu alcance.

O próprio excerto do jornal explicava o porquê de se chamar a *Caridade*. Vejamos:

Dentre as virtudes, que mais enaltecem o homem, a caridade é, sem dúvida, uma das mais sublimes, pela fecundidade dos seus benefícios resultados. Ela estreita os corações, confraternizando-os, levando arrimo à fraqueza, instrução à ignorância e sustento à miséria. (CARIDADE, 1893, p. 4).

Ao mesmo tempo em que anunciava os eventos para angariar economias para Orphelinato e as doações realizadas por membros da sociedade Paraense da capital e do interior *A Província do Pará*, também anunciava como as órfãs deviam proceder para pleitear uma vaga na nova instituição. Dessa forma, foi no dia 05 de julho que *A Província do Pará* passou a anunciar aos interessados que a caixa postal de número 497, do correio do Estado, estava disponível para os que quisessem e estivessem em condições de ocupar uma vaga no Orphelinato. Pelo correio era possível adquirir mais informações e estabelecer comunicação com a diretoria da instituição. Com isso, tudo parecia estar organizado para o grande dia restava, então, a Associação Protetora dos Órfãos inaugurar o Orphelinato, e é sobre esse assunto que traço as próximas linhas.

#### **1.4 A inauguração do Orphelinato Paraense**

A inauguração do Orphelinato ocorreu no dia 15 de agosto de 1893, mesma data em que se comemorava a adesão do Pará à República. Podemos dizer que, nesse período, havia uma forte tentativa de se construir uma memória Republicana nos paraenses por meio de datas comemorativas. E a inauguração do Orphelinato era uma forma de reafirmar a República.

Segundo Coelho (2006), havia nesse período uma forma de pedagogia cívica, com o objetivo de fazer com que os cidadãos legitimassem as instituições republicanas, uma tentativa de criar um imaginário republicano na sociedade paraense. Utilizar essas estratégias de inaugurar monumentos e realizar eventos nas datas significativas para o regime republicano, como ocorreu com o Orphelinato, pode ser entendido como um recurso estratégico utilizado por Lauro Sodré, adepto das ideias republicanas, na época governador, e o criador da Associação Protetora dos Órfãos.

O Estado do Pará comemora hoje o grandioso acontecimento político, em virtude do qual a antiga Província aderiu ao brado – Independência ou morte repercutido no Ypiranga. As festas consagradas a essa patriótica comemoração alia-se ao fato da inauguração do Orphelinato Paraense, caridosa instituição cuja iniciativa partiu do ilustre Governador do Estado Lauro Sodré. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de agosto de 1893, p. 1).

Para realizar a inauguração foi eleita uma comissão com mais de vinte homens para promover os festejos do dia 15 de agosto, realizado na Praça Batista Campos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 05 de agosto, 1893). Nesse dia, o governador do Estado, Lauro Sodré, recebia as congratulações de autoridades políticas de todo o Brasil, por sua iniciativa de amparar, educar e instruir órfãs desvalidas, ação que iria contribuir para o desenvolvimento e o progresso do Pará. Assim, a festa de inauguração do Orphelinato Paraense ocorreu na Avenida São Mateus, nº 102, esquina com a Rua Santo Amaro, no dia 15 de agosto de 1893, às 9 horas da manhã.

Segundo Ferreira (1984), a instalação do prédio foi na Avenida São Mateus, atual Padre Eutíquio. Em seguida, passou a funcionar na rua dos Mundurucus, número 30. Neste primeiro momento, o Orphelinato era administrado pela diretoria da “Associação Protetora dos Órfãos”. Tal diretoria era composta por um diretor, um tesoureiro e um secretário, que eram Dr. José H. Cordeiro de Castro, Manoel Ignácio da Cunha<sup>15</sup> e Euclides de Farias<sup>16</sup>.

A materialidade do prédio que iria abrigar as órfãs é descrito pelo jornal *A Província do Pará*, de 16 agosto de 1893 “foi inaugurado em um vasto prédio, que dispõe de espaços e confortáveis acomodações, um excelente pátio ensombreado por vigorosas árvores frutíferas.” Nesse imóvel, vivia o paraense Conselheiro Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade, que ao morrer doou o imóvel para caridade. Por outro lado, em *A província do Pará* do dia 31 de agosto de 1893 (p. 3) é mencionado que o aluguel do prédio em que estão abrigadas as órfãs só passará a ser cobrado “do dia 01 de setembro em diante”. Nesse sentido, um mês de aluguel seria doação dos senhores comandantes Sebastião Rêgo Barros<sup>17</sup> e do comerciante Joaquim José Pereira Soares.

Não foi possível saber quem era o real proprietário do prédio onde alocava-se o Orphelinato, no entanto, as fontes apresentam dados que demonstram que os espaços para funcionamento do Orphelinato eram alugados, obtendo prédio próprio somente ao ser

<sup>15</sup> Deputado do Congresso Constituinte do Estado do Pará e 1º Tenente da Armada (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1896, p. 306).

<sup>16</sup> Poeta Maranhense que viveu em Belém, o qual compôs o hino de Nossa Senhora de Nazaré “Vós sois o Lírio Mimoso” cantado no dia em que foi colocada a pedra fundamental da nova Igreja de Nazaré. (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2012).

<sup>17</sup> Era tenente-coronel, atuou como ministro da guerra e presidiu a Província do Pará entre os anos de 1853-1855. (PARÁ – PROVÍNCIA- PRESIDENTE – REGO BARROS - Exposição de 29 de maio de 1856).

transferido para a Vila de Santa Izabel anos mais tarde, porém, sobre isso tratarei mais adiante.

O Diretor José Henrique Cordeiro Castro, presidente da Associação Protetora dos Órfãos, transcreveu o discurso em *A Província do Pará* do dia 17 de agosto de 1893, (p. 3) e agradeceu a todos que contribuíram para viabilizar aquela inauguração e reafirmando o objetivo de tal instituição que era “proporcionar, pelos meios ao seu alcance, proteção aos órfãos desvalidos, indistintamente, dando-lhes a par de modesta educação e instrução, confortável agasalho, mesa, vestuário e tudo mais relativo às principais necessidades domésticas.” Em meio ao seu discurso para, animar a festa, duas bandas de música tocavam no pátio do asilo<sup>18</sup>.

É importante ressaltar que a Associação tinha a pretensão de instalar outras instituições de caridade, sendo a primeira o Orphelinato Paraense, pois de acordo com *A Província do Pará* do dia 17 agosto de 1893 (p. 3) “acha-se inaugurado nesta cidade o primeiro dos asilos de órfãos desvalidas que a Associação Protetora dos Órfãos pretendia estabelecer nesta cidade”.

Antes da data de inauguração, ocorreu a “seleção” das órfãs, segundo parâmetros que eram veiculados pelo jornal *A Província do Pará* de 26 de julho de 1893 (p. 3), os encaminhamentos de pedidos poderiam ser uma simples “nota com a declaração de seus nomes, idade, paternidade sendo conhecida, se foram vacinadas e na companhia de quem se achavam”. A casa onde podiam ser entregues os pedidos das órfãs era de propriedade de Cordeiro de Castro, presidente do Orphelinato. Poderiam ser enviados pelo correio, ou ser entregue à direção do Orphelinato. Mas quem eram essas primeiras órfãs educadas e amparadas pelo Orphelinato? Sobre essas órfãs tratarei a seguir.

### **1.5 A criação do Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos e do Orphelinato Paraense.**

O movimento para arrecadar recursos para o Orphelinato iniciou-se no mês de maio de 1893, pois a inauguração estava marcada para agosto do mesmo ano e tudo devia estar preparado para receber as meninas Órfãs. O Orphelinato foi inaugurado no dia marcado

---

<sup>18</sup> Como também eram denominadas as instituições que amparavam, educavam, ou assistiam à órfãos, mendigos, idosos, doentes, ou seja um lugar onde se está em segurança.

depois de ter recebido as várias doações, bem como o pagamento das mensalidades dos sócios.

No período de instalação do Orphelinato Paraense, havia um número limitado de nove órfãs. De acordo com *A Província do Pará*, de 30 de janeiro de 1898 (p. 2), Maria Pinho foi a primeira órfã a ser amparada pela instituição. Com o passar dos dias muitas meninas foram progressivamente sendo admitidas. Segundo *A Província do Pará*, de 15 de setembro de 1893, um mês depois da inauguração já havia um número de 20 meninas à encargo do Orphelinato. Ainda, conforme a referida fonte, foi estipulado primeiramente um número de 20 meninas para serem recebidas no Orphelinato, entre 8 e 12 anos de idade.

Dentre os critérios de aceitação das órfãs a serem amparadas pelo Orphelinato seria que “em primeiro lugar no Orphelinato serão admitidas órfãs de pai e mãe, qualquer que seja a idade, religião e nacionalidade, em segundo lugar e nas mesmas condições, as órfãs de pai, e finalmente as de mãe, cujos pais nada tenham para mantê-las e educá-las.” (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, de 30 de janeiro de 1893, p. 3). Como foi o caso das Juliana do Monte e Maria José, que conseguiram uma vaga no Orphelinato, por meio da influencia do Sr. Dr. Nina Ribeiro. O jornalista e pai das órfãs, denominado Herculano Dias, redigiu uma carta que dizia: “no dia 30 próximo passado tive a desventura de perder minha mulher, à meia noite desse dia fatal, mas andando bem doente como sabe, talvez pouco tempo tenha a sobreviver e pelo que peço-lhe, não se descuide de cercar as minhas filhas de carinho.” O pai refere-se a data de 30 de outubro de 1897, sendo que no dia 01 de abril de 1898, também faleceu. (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 27 de abril de 1898, p. 1).

Mesmo tendo critérios para a aceitação das órfãs, o Orphelinato não tinha um estatuto próprio que o regesse desde a inauguração. Dessa forma, o estatuto que passou a regê-lo só foi criado em 12 de novembro de 1893, ou seja, três meses após a instituição ter sido inaugurada.

A articulação para a criação do Estatuto se deu a partir do dia 08 de novembro de 1893, quando Bento Miranda, 2º secretário da Associação Protetora dos Órfãos, por meio de *A Província do Pará*, convocou todos os membros da Associação Protetora dos Órfãos para uma reunião, no dia 11 do recorrente mês, em uma das salas do Orphelinato, para discutir e aprovar o estatuto da referida instituição.

O referido Estatuto a ser criado seria baseado no Decreto Federal de nº 173 de 10 de setembro de 1893, o qual regulava a organização das associações que viessem a ser fundadas

para fins religiosos, moraes, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição<sup>19</sup>.

O referido decreto instituía em seu primeiro artigo que “as associações que se fundarem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos, ou de simples recreio, poderão adquirir individualidade jurídica, inscrevendo o contrato social no registro civil da circunscrição onde estabelecerem a sua sede”, ou seja, o decreto visava ter o controle dos vários tipos de instituição e essas por sua vez, ao serem registradas, tornar-se-iam legítimas.

O segundo artigo informava que “a inscrição far-se-á vista do contrato social, compromisso ou estatutos devidamente autenticados, os quais ficarão arquivados no registro civil”. Assim, para registrar a Associação Protetora dos Órfãos, bem como o Orphelinato estes deveriam possuir um Estatuto, o qual de acordo com o terceiro artigo deve conter:

a denominação, fins e sede da associação do instituto, bem como o modo pelo qual a associação é administrada e representada ativa e passivamente em Juízo, e em geral nas suas relações para com terceiro e ainda, se os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações que os representantes da associação contraírem expressa ou intencionalmente em nome desta.

Ainda segundo o Decreto Federal de nº 173, artigo 7º, “os diretores ou administradores reputam-se revestidos de poderes para praticar todos os atos de gestão concernentes ao fim e ao objeto da associação”. Os diretores “serão obrigados a prestar contas anualmente à assembleia geral”, além disso, “todos os associados terão direito de votar na assembleia geral, sendo as resoluções tomadas por maioria dos votos dos membros presentes”.

Em relação ao término da Associação, o referido decreto afirma que estas se extinguirão “pela terminação do seu prazo, si forem por tempo limitado; por consenso de todos os seus membros; cessando o fim da associação ou tornando-se impossível preenchei-o; perdendo a associação todos os seus membros; nos casos previstos nos estatutos”. Ao ocorrer a extinção, os bens existentes seriam divididos entre os membros, e em caso de morte dos membros, os bens ficariam para a União.

---

<sup>19</sup> Refere-se à Constituição Federal de 1891 em que os termos do art. 72, § 3º diz “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”.

E assim, fundamentado nesse Decreto foi criado o Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos, que além de legalizá-la viria regulamentar e definir as ações desenvolvidas no Orphelinato, inclusive o horário de visitas, visto que

depois da aprovação dos nossos estatutos serão fixadas as horas em que aos domingos e por ocasião do recreio possa ser o Orphelinato Paraense livremente visitado por todas as famílias que quiserem dignar-se e levar aquelas infelizes meninas o consolos, a animação, os afagos e os carinhos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11 de novembro de 1893, p. 2).

A reunião para tratar do estatuto foi propositalmente marcada nas dependências do Orphelinato, às 9 horas da manhã do dia 12, domingo, para que as órfãs viessem a conhecer pessoalmente seus protetores. No entanto, criou-se um Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos e não um estatuto específico para o Orphelinato, o qual de certa forma, regia tal instituição.

De acordo com o referido Estatuto, a finalidade dessa Associação era “proporcionar aos órfãos desvalidos amparo e proteção, por todos os meios ao seu alcance”, mas não só em Belém, visto que poderia “constituir, por intermédio da sua diretoria, associações filiais, ou comissões em todas as comarcas, distrito e circunscrições do interior.” Nesse sentido, a intenção da Associação era expandir e fundar várias instituições como o Orphelinato que já estava em funcionamento. Dessa forma, ao criar outras instituições a Associação pretendia, também, atender meninos órfãos. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11 de novembro de 1893, p. 2).

O Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos afirmava ainda que os órfãos receberiam da Associação benefícios como “casa, mesa, luz, vestuário, instrução primária, ensinando-se aos do sexo feminino toda sorte de costura, chá, prendas de agulha, e serviços domésticos.” Podemos observar também, nesse excerto, que a educação para as meninas órfãs era pensada de forma distinta da educação para os meninos órfãos. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* A PORVÍNCIA DO PARÁ, 28/12/1893, p. 2).

Ainda segundo o Estatuto “se por alguma circunstância nem todos os órfãos puderem ser abrigados nesses estabelecimentos”, ou seja, nos estabelecimentos criados pela Associação para tal fim, “a Associação tomando-os a si colocá-los-á, sob sua imediata vigilância, em casas de famílias, oficinas públicas, ou particulares, em fazendas rurais bem conceituadas onde mantidas sua estabilidade, preparar-se-ão nos conhecimentos mais úteis, especialmente

no melhoramento da indústria, das artes e da lavoura.” (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* APROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de 12 de 1893, p. 2).

A *Província do Pará*, de 01 de maio de 1894 (p. 2), descreve a situação de dois órfãos que por meio da instituição foram abrigados por terceiros, “abrigamos ontem aos cuidados do Sr. Eduardo Antônio de Freitas, estabelecido com oficina de serralheiro, ao lado oriental da praça da Independência o Órfão menor de nome Mathias, de 11 anos de idade, que veio por intermédio de sua mãe Maria da Silva pôr-se ao abrigo da Associação Protetora dos Órfãos”.

Por meio desses dados, é possível perceber que a Associação Protetora dos Órfãos não se limitava apenas a amparar e educar meninas, visto que mesmo ainda não tendo construído uma instituição para abrigar meninos, a Associação criava estratégias a fim de ampará-los, educá-los e mantê-los sob seu controle.

Os órfãos, assim colocados, poderão formar depois de três anos de aprendizagem e conforme sua idade e aptidão, um pecúlio constituído por salários recolhidos mensalmente à Caixa Econômica, e que lhes será entregue ao chegar a sua maior idade, se não falecerem antes, caso em que reverterá esse pecúlio em benefício da Associação. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de dezembro de 1893, p. 2).

Com relação aos sócios, o Estatuto descrevia que poderia associar-se qualquer pessoa que voluntariamente desejasse “sem distinção de sexo, idade, classe, nacionalidade, crença, quer sejam residentes na capital, quer no interior do Estado”. É possível perceber que grande parte dos sócios eram pessoas influentes da sociedade paraense que tinham certo poder econômico e social. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de dezembro de 1893, p. 2). No entanto, as doações vinham de todas as camadas sociais. Sobre essas doações retomarei mais adiante. Ressalto, porém, que eram definidos três tipos de sócio, sendo assim denominados: os sócios contribuintes, os sócios remidos e os sócios beneméritos.

Para ser um sócio contribuinte era necessário “entrar para os cofres da Associação com uma joia pecuniária de quantia indeterminada, pagar a mensalidade de 1000 libras por trimestre adiantado e aceitar o cargo para qual for eleito”. Já para tornar-se um sócio remido era necessário pagar de uma só vez para a Associação a quantia de 10.000 réis. Por último, eram considerados “benemérito os que prestassem serviços relevantes à Associação”, o que deveria ser definido pelos membros do conselho. Entretanto, “os sócios remidos e

beneméritos teriam os mesmo direitos dos sócios contribuintes”. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de dezembro de 1893, p. 2).

Em meio aos membros da Associação, estava o Presidente Honorário Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará, o qual era assim considerado por ter tido a iniciativa de criar a Associação. Além desse presidente, foi criada uma diretoria para administrar a Associação, a qual foi formada na primeira reunião da Associação. Tal diretoria era formada por um presidente, um secretário e um tesoureiro.

Segundo *A Província do Pará*, de 29 de dezembro de 1893 (p 2), o primeiro presidente da Associação Protetora dos Órfãos foi José Henrique Cordeiro de Castro, e Phileto Bezerra da Rocha Moraes o primeiro secretário. Dentre as funções exercidas pelo presidente estava a de

presidir as seções do conselho administrativo e da assembleia geral, cujas ordens executará e fará executar; Providenciar sobre tudo o que for relativo à fiel observância dos presentes estatutos; promovendo os meios necessários à prosperidade da Associação; exercer imediata fiscalização sobre os serviços dos estabelecimentos criados, no que será auxiliado pelos demais membros da diretoria; autorizar o pagamento das despesas ordinárias, mediante documentos aos fornecedores; convocar reuniões extraordinárias dos sócios, quando julgar conveniente. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de dezembro de 1893, p. 2).

Já ao secretário competia substituir o presidente em suas faltas e fazer toda a parte de escritura da associação, exceto a do livro caixa, a qual já seria função do tesoureiro. A este último cabia ainda receber e escriturar devidamente todas as importâncias pertencentes à Associação; pagar todas as contas, os salários de empregados e quaisquer outras despesas legalizadas com o *Pague-se* do presidente, além de depositar quantias em estabelecimentos de crédito e retirá-las ao julgar conveniente e quando for autorizado pelo presidente. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de dezembro de 1893, p. 2).

Além desses funcionários citados acima, seria criado um conselho de nove membros, os quais deveriam fiscalizar e exercer um poder superior sobre todos os ramos de serviços da Associação, de forma que decidiria “sobre a admissão de órfãos no estabelecimento e suas retiradas do mesmo.” Além disso, era responsável “pelas nomeações dos diretores e do corpo docente dos estabelecimentos e arbitra-lhes seus respectivos vencimentos.”, ou seja, era o

conselho quem definia quem deveria exercer essas funções no Orphelinato Paraense, bem como o salário dos professores e dirigentes daquele estabelecimento. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de dezembro de 1893, p. 2).

Tal documento regulamentava as eleições para os funcionários da Associação, de forma que estas seriam realizadas anualmente, no dia e local a ser determinado pelo presidente, sendo os jornais o meio de comunicação utilizado para divulgar essas informações aos sócios. Caso não comparecesse um número de sócios suficientes para o pleito na primeira convocação, seria marcada uma segunda assembleia na qual se decidiria a eleições com o número de sócios presentes. As eleições eram para eleger novos funcionários, sendo um presidente, um secretário, um tesoureiro e os seis membros do conselho administrativo, os quais deveriam tomar posse no dia 13 de maio, ou seja, no aniversário de instalação da Associação. Já os antigos funcionários deveriam, durante a reunião para votação, apresentar um relatório de sua administração e prestar contas à assembleia geral. Por último, o Estatuto dos bens e valores adquiridos pela Associação de maneira que joias, remissões, mensalidades e donativos formavam os “fundos da Associação”, os quais seriam utilizados em benefício dos órfãos recolhidos.

Reitero que o Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos só foi publicado no dia 28 de dezembro, quatro dias depois da eleição da nova diretoria, ocasião em que foram apresentadas as finanças do Orphelinato pelo tesoureiro, que constava com um saldo de 20.848\$844 reis (vinte mil, oitocentos e quarenta e oito contos de reis e oitocentos e quarenta e quatro centavos de reis), um saldo positivo e um valor bastante elevado. Os sócios resolveram então aumentar o número de órfãs amparadas pelo Orphelinato Paraense, nesse caso de 20 passaria para 30.

Nesse mesmo período, o Orphelinato passou por mudanças administrativas, pois no dia 24 de dezembro foram convocados todos os sócios membros da Associação Protetora para que pudessem decidir por uma nova diretoria. Logo após a eleição da nova diretoria da Associação Protetora dos Órfãos foi publicado seu estatuto. Assim, esse documento passou a reger as ações tanto da Associação como as do próprio Orphelinato. No entanto, tal eleição só ocorreu, segundo *A Província do Pará* (1893), depois que o presidente honorário, Lauro Sodré, ao inspecionar o local, mostrou-se satisfeito com o asseio e a ordem do estabelecimento.

Dessa forma, a diretoria ficou composta por um Presidente, Cordeiro de Castro; um secretário, Bento Miranda; e um tesoureiro, capitão Euclides Faria. Além da diretoria, foi formado um conselho administrativo que ficou composto pelos seguintes membros: Dr. Paes de Carvalho, E. Pontel, Dr. Feliciano Hardman, Comendador Antônio Pinho, Dr. Teotonho de Brito e comendador Leandro Campos. A diretoria e o conselho ficariam no cargo até abril de 1895, quando seria realizada outra votação para substituir a presente, prazo esse instituído no Estatuto do Orphelinato. Portanto, pressuponho que a publicação do Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos veio legitimar perante as leis da República brasileira a referida Associação, bem como o Orphelinato Paraense.

Além do Estatuto criado para reger as ações do Orphelinato e do Decreto Federal 173, havia outras regras que deveriam ser seguidas pela instituição. Dentre essas regras estavam as relacionadas à higiene do orfanato, com características que perpassavam pela materialidade do prédio, que abrigava às órfãs, até o comportamento das meninas. Sobre esse assunto discorro na subseção a seguir.

## 1.6 O Orphelinato Paraense e o contexto higienista

Vestir bem é fácil: basta para isso irmos ao nosso alfaiate, que se encarregará de nos encantar a vista com uma série de tecidos, qual deles mais interessante pela sua cor e pela fantasia do seu padrão. Vestir higienicamente é, porém, difícil, porque se necessita de ter conhecimentos especiais sobre a natureza dos tecidos, a fim de escolhermos aqueles que mais convém a saúde (A PROVINCIA DO PARÁ, 03 de setembro de 1893, p. 2).

Havia nesse período uma grande preocupação com a higiene e com a saúde, dessa maneira as normas de higiene perpassavam também pelas vestimentas da época, tanto que existia uma seção em *A Província do Pará* (1893) denominada *A ciência do vestuário*, a qual ensinava quais eram os tecidos mais higiênicos e os não higiênicos. Segundo esses conhecimentos, a lã e a flanela absolviam a umidade e a transpiração, mas por outro lado se impregnavam dos cheiros, retendo-os. Já o linho, quando úmido, era bom condutor de calor tornando-se o mais frio dos tecidos, sendo considerado menos higiênico que o algodão no calor. Do mesmo modo a seda era considerada anti-higiênica e prejudicial à saúde, pois sua

conservação sobre a pele gerava uma espécie de “*banho a vapor*” dificultando depois a transpiração.

A *ciência do vestuário* também ensinava como deveriam ser as vestimentas, visto que “o chapéu deveria variar segundo a estação e o clima. [...] os largos de palha convém nos países tropicais”. Já as camisas não deveriam ser “ásperas, nem demasiado finas: as primeiras irritam, as finas impregnam-se com facilidade das secreções e secam rapidamente provocando arrefecimento súbito”, ou seja, uma mudança brusca de temperatura no corpo. Enfim, eram descritas como deveriam ser todas as vestimentas dos chapéus aos sapatos, tudo era moldado, havendo um padrão para ser seguido, considerado o “correto”. Além dos moldes que deveriam ser seguidos, as matérias da *ciência do vestuário* sempre traziam receitas como, por exemplo, a de como impermeabilizar a roupa que dizia “banhem-se pelas duas faces em uma solução de 40 gramas de sulfato de alumina em um litro de água...mais 50 gramas de acetato de chumbo mergulha o pano neles durante meia hora, pondo-os depois para secar”. (A PROVINCIA DO PARÁ, 03 de setembro de 1893, p. 2). Entretanto, a preocupação com a higiene nesse período ia além dos tecidos e roupas, de forma que havia uma questão de higiene pública inserida nas ações políticas dos governos. Vale ressaltar que, a origem das ideias relacionadas à higiene nessa época ia além das políticas públicas.

Segundo Gondra (2010, p. 521), a higiene foi o “ramo da medicina que se ocupou da descrição e redescricao dos objetos sociais” em conformidade com os cânones da “ciência médica”, “ramo que se preocupou, sobretudo, com uma medicina do social”. Para esse autor, houve ao longo do século XIX elementos forjados por médicos que passaram a constituir o projeto educacional brasileiro, uma tentativa de legitimar a medicina enquanto ciência. Tais elementos fundamentavam-se na ciência médica e na racionalidade.

Ainda de acordo com Gondra (2010, p. 525), os médicos, formados em um curso legítimo<sup>20</sup>, “eram homens responsáveis pela adoção de uma tecnologia da cura,” o que lhes permitiria também serem identificados como cientista do social, o qual “poderiam integrar à lógica da razão médica outros saberes como a estatística, a geografia, a topografia e a história”. Nesse sentido, o médico poderia se tornar um “planejador urbano”.

Em Belém, as ideias relacionadas à higiene podem ser percebidas em vários aspectos urbanos do século XIX, como o código de postura da cidade, o qual instituía as ações para os moradores, multas ou até punições para os que eram pegos desobedecendo ao código, o que pode ser observado a seguir.

---

<sup>20</sup> Reconhecido pela sociedade médica.

Pelo sr. dr Intendente Municipal tem sido ativada a fiscalização do serviço que entende com a higiene pública. Convém que a população esteja d'isto bem prevenida, para evitar a infração das posturas, deixando assim de incorrer em multas, que serão rigorosamente observadas (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 27 de agosto, de 1893).

Podemos perceber ainda que a responsabilidade de aplicação do Código de Postura, bem como a fiscalização de seu cumprimento, era de responsabilidade da Intendência Municipal de Belém. Estava intrínseco, nesse pensamento higienista, o sentido de colocar ordem nas vias públicas de forma que tudo deveria ser controlado, polido e estar aos moldes da civilidade.

Ao ilustre cidadão presidente da Intendência Municipal, a bondade de ordenar o quiosque à doca do Imperador, pois está servindo de abrigo aos vendedores de café e de garapa. Todos os dias se dão ali cenas impróprias e repugnantes; e sendo aquele lugar transitado por muitas famílias pela manhã e à tarde, se vêem coagidas a não aparecer por aquele Boulevard”.

Nesse excerto, é possível constatar que as ações eram realizadas em favor das famílias, da moral e dos bons costumes; podemos pensar, também, na nova burguesia que se formava em Belém, devido a economia da borracha, que exigia essa “limpeza” por parte do poder público.

Por outro lado podemos pensar sob a perspectiva de Amaral (2006, p. 32), ao afirmar que, em 1904, defendia-se a persuasão enquanto método eficaz do higienismo por compreender-se que, “através do ensino ou educação, as campanhas de profilaxia poderiam obter melhor êxito a serviço da higiene”. Nesse sentido, “a educação estaria associada a leis coercitivas ou legitimação do ensino através da força”.

O que é visível, nas normas em relação a limpeza da cidade, como o Art. 62 do Código de Posturas sob o qual era “proibido lançar nas ruas, praças, poços e mais lugares públicos da cidade, água servida<sup>21</sup>, materiais fecais, animais mortos, lixo, vidro, ou quaisquer imundices.” Quem cometesse essa infração deveria pagar um multa de 10 réis, além disso o infrator seria obrigado pela Inspetoria Geral de Fiscalização Municipal, cujo inspetor geral era Nabuco d'Oliveira, a remover, quando possível, o objeto ou material com o qual cometeu a infração. A Inspetoria informava “aos srs. munícipes que só depositem o lixo...às nove horas da noite”, visto que nesse horário o “arrematante” daquele serviço o transportaria em vasilhas

---

<sup>21</sup> Refere-se à água já utilizada e não serve para nenhum outro tipo de consumo, precisando ser despejada.

próprias. Portanto, jogar o lixo depois desse horário significava infração do Código de Posturas (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 27 de agosto, 1893, p. 2).

A difusão das ideias higienistas, em Belém, também pode ter sido fortalecida pela ocorrência de várias doenças que apareceram nesse período e rapidamente dizimaram a população. Dentre essas doenças estava a Cólera. De acordo com *A Província do Pará*, de 27 de agosto de 1893 (p. 2), essa doença teve seu primeiro caso registrado na cidade de Santos, em São Paulo. Depois que foi constatado esse caso, a República do Brasil ficou em alerta máximo. Em Belém todas as embarcações que aportavam passaram a ser inspecionadas. Recomendou-se, também, pela Inspetoria Municipal a lavagem dos porões, de escotilhas e de quilhas das embarcações, tudo para evitar a propagação da doença.

Devido suspeitas de contaminação do *Cholera-morbus* muitos navios vindos de outros países deixaram de aportar no Brasil. Portos como da Bélgica e da Holanda foram declarados infectados, assim como navios vindos da Itália, os quais traziam muitos imigrantes. Tais navios para poderem ser recebidos nos portos brasileiros precisavam dirigir-se ao Lazareto da Ilha Grande para fazer quarentena.

O referido Lazareto, como o próprio nome menciona, foi construído em 1884 em Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro, com o objetivo de proteger a população brasileira das epidemias que poderiam ser trazidas por navios estrangeiros. Navios vindos de portos declarados infectados por doenças deviam permanecer por quarenta dias no local para poder conseguir autorização e só então aportar nos portos brasileiros (SANTOS, 2007).

Dentre os navios que ficaram retidos e foram proibidos de atracar em portos brasileiros estava um italiano, que segundo *A Província do Pará* de 31 de agosto de 1893 (p. 2), “chegou a dias o vapor Carlo, procedente de Nápoles, trazendo coléricos. Foi-lhe negada a entrada em portos brasileiros.”

Outra doença que assolava Belém, nesse período, era a varíola, pois “pela inspetoria de saúde, foi rigorosamente desinfetada a barraca de n. 117, de onde foi removido há pouco um indivíduo acometido de varíola. Estão em observação as pessoas que moram naquele perímetro.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 18 de janeiro de 1896, p. 1). Havia ainda uma “enfermaria de isolamento” para as pessoas acometidas da Varíola, o que pode ser observado no momento em que:

o sr. Cipriano Santos, inspetor da repartição de saúde terrestre, mandou ontem, remover de uma casa, à rua Bernal do Couto, para a enfermaria de isolamento, à travessa Barão de Mamoré, Camila Alves, de 11 anos de idade,

natural do Ceará que fora acometida da Varíola. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 18 de janeiro de 1896, p. 1).

Além de remover os doentes das casas e desinfetá-las, a repartição de saúde aplicava a vacina contra a varíola, como fez “o farmacêutico desinfetador da repartição de saúde terrestre, que vacinou ontem na travessa 14 de abril às suas proximidades 24 pessoas.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 25 de janeiro de 1896, p. 1). Ainda, segundo o referido jornal de 01 de abril de 1896 (p. 1), no mês de março “foram vacinadas 959 pessoas” contra varíola. As estatísticas do referido mês demonstraram 225 óbitos causados por patologias como varíola, sarampo, coqueluche, beribéri, tuberculose, febre amarela, meningite dentre outras moléstias.

Na cidade de Belém, além dessas medidas adotadas para manter a higiene, havia a limpeza e saneamento constante de todas as embarcações do porto, a remoção dos lixos das habitações para ser transportado para o forno crematório. Havia ainda as visitas domiciliares com instruções organizadas pela repartição de saúde pública. Tais visitas eram realizadas por médicos já instruídos, ou que faziam parte da referida repartição, para que examinassem o estado de limpeza das residências.

Essas ações, de acordo com Gondra (2010, p. 525), decorrem da “expansão da medicina, a escola não é esquecida, nem a educação de um modo mais geral, pois para formar a nova geração seria necessário uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas também no espaço privado da casa”. E assim, *A Província do Pará* de 31 de agosto de 1893 (p. 2), explica que os médicos deveriam “examinar as residências de forma a alcançar seus objetivos, sem vexame para os moradores.”, bem como “ter especial cuidados com as latrinas mandando limpá-las e desinfetá-las. [...] no caso de maior necessidade mandar fazer outra, observar a encanação dos materiais fecais e a água consumida”.

De acordo com o jornal, do dia 31 de agosto de 1893 (p. 2), os médicos durante as visitas deveriam “aconselhar as pessoas sobre os meios profiláticos mais eficazes contra a infecção, usado na mais severa higiene individual e doméstica”. É possível perceber, nesse trecho, que em meio às medidas executadas pelos médicos estava uma proposta educativa, visto que eles eram encarregados de levar, por meio dessas visitas até as residências, informações sobre higiene, prevenção e saúde.

De acordo com Gondra (2010), “a ignorância é, pois o argumento fabricado e mobilizado de modo a fornecer legitimidade para as intervenções na esfera educacional, realizado em nome e favor da ordem médica, que interferirá nas representações a cerca da infância, da família, da casa, da escola, e dos mestres”. Nesse sentido, em Belém os médicos,

ao inspecionarem as casas e as instituições, levariam a “luz” para que esses seguissem os moldes dos civilizados.

Ao final das visitas eram contabilizadas a quantidade de casas dentre elas as que estavam em boas condições, as intimadas para fazer concertos, as que deveriam ser fechadas por estarem sem condições de habitação, e ainda as que estavam em construção, em concertos, em ruínas e as abandonadas.

Na descrição de *A Província do Pará*, de 27 de setembro de 1893 (p. 2), para seguir os padrões de higiene das casas havia alguns indicativos, como ser preferencialmente no campo, onde haveria mais espaço e ar mais puro e saudável. No entanto, na impossibilidade de morar no campo e viver na cidade deveria ser escolhida uma rua larga e bem arejada, evitando-se “morar no rez-do-chão”, devido a umidade e o ar impuro, preferindo-se assim “os andares superiores, porque quanto mais nos elevamos, mais puro ar respiramos, e por conseguinte melhor saúde teremos.” A ação do “planejadores urbanos”, citado por Gondra (2010), são evidente nas ações higienistas que ocorriam em Belém. Esse era o ideal de casa para os “planejadores urbanos”, porém tais casas eram encontradas nas partes nobres da cidade, diferente das periferias, onde era visível o crescimento desordenado e a pobreza espalhada por cortiços lotados e acanhados.

Além das visitas às casas residenciais, havia visitas com maior frequência nos estabelecimentos comerciais, principalmente, os que vendiam gêneros alimentícios como açougue, padarias, quitandas, e em locais como cortiços, hospitais, asilos, orfanatos e escolas.

Em relação ao pensamento educacional na perspectiva higienista, segundo Gondra (2010, p. 527) fundamentava-se na razão médica que buscava tirar do espaço privado, nesse caso religioso ou familiar, o monopólio da formação de meninos e de meninas. Os argumentos utilizados pelo pensamento higienista para que os espaços escolares saíssem desse monopólio eram

problemas de localização dos edifícios escolares, a necessidade de uma edificação própria e apropriada, o ingresso dos alunos, o tempo escolar, os saberes escolares, a alimentação, o sono, o banho, as roupas, o recreio, a ginástica, as percepções da inteligência, da moral e, inclusive, das excreções corporais. (GONDRA, 2010, p. 527).

Ainda de acordo com o referido autor (p.528), para instalar um espaço escolar era necessário levar em consideração as condições físicas do lugar, como “condições

topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas de ventilação, de iluminação, salubridade, das águas e de proximidades ou não das aglomerações urbanas”.

Esse contexto higienista que se estabelecia na época perpassava pelos orfanatos, visto que para esse tipo de instituição foram criadas normas específicas, que deviam ser seguidas para que o estabelecimento viesse a funcionar, ou para os que já estavam em funcionamento permanecessem.

A *Revista de Educação e Ensino*<sup>22</sup>, de fevereiro de 1892 (p.17), apresenta os parâmetros de como deveria ser um prédio adequado para abrigar um Orfanato e para que tivesse educandos “robustos e saudáveis era necessário que a pedagogia invocasse “o potente auxílio da medicina”. A referida fonte afirma que a higiene na educação tem duas formas, sendo elas a “higiene nos internatos, referente aos estabelecimentos onde moram os educandos e a higiene dos externatos, ou mais propriamente higiene escolar, que diz respeito às casas onde os alunos passam apenas uma parte do dia.”

Nesse caso, havia uma atenção especial aos internatos por esse ter duplo fim, ser casa de moradia e, ao mesmo tempo, de instrução e educação, como ocorria com o Orphelinato Paraense, que abrigava e educava meninas. Para instalar uma instituição com essa finalidade era necessário escolher

um lugar elevado, separado de qualquer habitação insalubre; onde o ar seja mais puro, mais seco, mais fácil e constantemente renovado; de onde as águas se escoem naturalmente, sem embaraço; de onde seja possível, onde seja possível orientar as diversas construções, conforme às várias exigências da higiene particular aos estudo, às aulas, aos dormitórios; onde o isolamento mais perfeito que ser possa do estabelecimento, não permita comunicações com o exterior, etc. (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, fevereiro de 1892, p.18).

Esse pensamento higienista fica mais evidente em relação à materialidade do Orphelinato Paraense, quando o Intendente Antônio Lemos se propôs a construir um novo prédio<sup>23</sup> para abrigar tal instituição. Isso não quer dizer que no prédio alugado para alocar o Orphelinato não havia medidas de higiene, pois existia um médico para cuidar das meninas.

A *Província do Pará*, de 07 de julho de 1895 (p. 2), destaca que “o Sr. Francisco Chermont & Cia, sabendo pelo distinto médico do Orphelinato, o Sr. dr. Ó de Almeida, que uma das meninas causava-lhe cuidados atacada pelas febres, imediatamente mandaram-nos

<sup>22</sup> Revista editada pela Tavares Cardoso e C<sup>a</sup>. editores, tinha publicação mensal, sendo que nos arquivos do CENTUR estão disponíveis dos anos de 1891 a 1896.

<sup>23</sup> Sobre esse novo prédio trato na próxima seção.

um termômetro, que muito lhes agradecemos.” Podemos perceber que as meninas do Orphelinato também sofreram com as doenças que se alastrava na época, como foi o caso da órfã Maria Ataliba Pereira no dia que,

o anjo da morte acaba de tornar sombria a humilde habitação das filhas do Orphelinato, entrando sorrateiramente aí para depois da reunida luta com os esforços da ciência, desgostar desapiedadamente dessa adorável ninhada uma das mais meigas e inteligentes companheiras. (...) quando estava essa pobre criança na escola, na quinta-feira 1º do corrente mês, queixou-se dos primeiros sintomas dessa terrível enfermidade, que mirava-lhe o corpinho, para torna-lo sem vida em menos de cinco dias. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 12 de agosto de 1895, p. 1).

Além do médico para atender as filhas do Orphelinato, no prédio da instituição havia uma enfermaria, o que fica evidente no dia que ocorreu a morte da órfã Maria Ataliba, a qual “foi afagada por sua jovem professora, a Sra. Dona Maria Damasceno, e imediatamente recolhida à enfermaria”. Suspeitava-se assim de um *beribéri galopante*. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 12 de agosto de 1895, p. 1).

O ano de 1897 foi o pior para o Orphelinato em relação à proliferação de doenças. Nesse ano, muitas alunas adoeceram, o que pode ser justificado pela quantidade de órfãs atendida pela instituição, que somava um total de 150 meninas. Preocupados com a situação, a administração decidiu não aceitar novas órfãs “salvo caso de extrema pobreza, senão órfã de pai e mãe inteiramente desvalida”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21 de maio de 1897, p. 1).

Em agosto do mesmo ano, o número de órfãs diminuiu para 70. Acredito que a diminuição significativa deu-se em grande parte devido aos óbitos, em decorrência das várias doenças recorrentes no período. *A Província do Pará*, de 14 de agosto de 1897 (p. 2), explica que

amanhã, sempre bem quisto e afagado completa quatro ano de existência o Orphelinato Paraense. Não haverá aí festa nesse memorável dia, porque inúmeros e grandes são os acontecimentos cruéis que ora oprimem de dor o grande coração da nossa Pátria. Mas as portas do estabelecimento estarão abertas de par em par, a receber em visita os amigos que quiseram honrá-los.

*A Província do Pará*, do dia 21 de setembro de 1897 (p. 2), afirma que:

Dona Marta Sesselberg, que não esquece nunca o Orphelinato, aí foi em peregrinação caridosa acompanhada de sua distinta amiga, Dona A.

Kanthack, levar consolações e carícias a umas sete inocentes órfãs, prostradas no leito do sofrimento pela tenaz varicela, que teria vitimado maior número, se não fosse as prevenções acertadas dos médicos da inspetoria do serviço sanitário do Estado.

O enterro das órfãs ocorria de forma suntuosa e a maior parte dos utensílios e serviços eram doados, como ocorreu no velório da órfã Maria Ataliba, que teve “um rico caixão de veludo azul celeste, rendilhado de prata e ouro, uma linda vestimenta de cetim branco, palma e capela entretecidas de mimosas rosas brancas”. Além disso, ocorreu de forma gratuita a missa realizada pelo vigário da Catedral da Sé, bem como o fretamento do bonde para o enterro e o escrivão do termo de óbito. (A PROVÍNCIA DO PARA, 22 de agosto de 1895, p. 2).

Outro momento marcado pelas doenças ocorreu em junho de 1906, quando a *gripe intestinal* deixou “acamada” cerca de 18 órfãs, das quais faleceram 3. Diante disso, foi necessária a remoção das órfãs para outro lugar.

Resolveu o sr Senador Antônio Lemos, de acordo com os médicos assistentes, que, com quanto já algo melhorada a situação higiênica sigam amanhã cerca de 80 alunas, acompanhadas de algumas religiosas para o Asilo da Mendicidade, e aí ficarão instaladas até que desapareçam as más condições atuais do Orfanato, onde permanecerão em tratamento as alunas já acamadas. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 25 de junho de 1906, p. 1).

Depois que as órfãs foram removidas foi providenciado a desinfecção dos prédios do Orfanato. O “sr Intendente providenciou para que comece já o saneamento geral nos dois prédios ocupados pelo Orfanato, à Avenida São Jerônimo, os quais receberão novo revestimento e pintura. Os leitos móveis e demais objetos do estabelecimento serão igualmente desinfetados.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26 de junho de 1906, p. 1).

O Orfelinato também pode ser entendido como um instrumento higienista, visto que iria retirar e livrar a sociedade de órfãos entregues ao vício e ao crime, por isso “enxugai as lágrimas da pobreza, suavizai a sorte da orfandade, erguei da miséria esses entesinhos, a quem a mão da fatalidade, por vezes arroja ao abismo dos infortúnios, no isolamento da vida entregues ao vício e ao crime.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24 junho de 1897, p. 1).

Ou como diz o poema, de autoria de Paulino de Brito, dedicado às órfãs e publicado em *A província do Pará*, de 24 de fevereiro de 1895 (p. 2), “oh! Quando a mão do inocente se estende, o pão a pedir, vejamos nela – ao presente, pedindo esmola o Porvir (...). Então, um

ceitil que caia, é maga aurora que raia entre horrenda cerração. Mas se a mão recai vazia, quem sabe? – talvez um dia será do assassino a mão.”

Além de livrar o órfão do vício e do crime, ajudá-lo era fazer um bem para a pátria e para a família, visto que

as mais insignificantes parcelas que destinardes aos órfãos valerá por um tesouro de benefícios futuros – Para a Pátria e para a família. Para a Pátria – aproveitando as inteligências e as aptidões que mais tarde vida entrarão em concorrência na vida social. Para a família abrigando-a da miséria e da desonra, pela educação dos filhos condenados ao infortúnio (A PROVINCIA DO PARÁ, 24 de junho de 1893, p. 1).

Podemos perceber, nesse excerto, o papel do Orphanato Paraense para a sociedade daquele período e a função que desenvolvia. Além disso, o discurso dos trechos acima já trazem os argumentos que fundamentavam a importância e o “dever” da doação. Doações essas que conseguiram inaugurar e manter o Orphelinato por vários anos.

No entanto, houve um período em que os sócios diminuíram e as doações ficaram insuficientes para manter o Orphelinato, foi quando a associação recorreu a intendência municipal de Belém passando a referida instituição para a responsabilidade do município. Mas que período foi esse? Porque os sócios se evadiram? O que contribuiu para essa evasão? E como ocorreu a passagem do Orphelinato Paraense para o âmbito municipal? Esses questionamentos são temas para a próxima seção.

## 2 A MUNICIPALIZAÇÃO DO ORPHELINATO PARAENSE

Era notável o número de 535 sócios no período de inauguração do Orphelinato (1893), porém estes foram esvaindo-se ao ponto que a instituição não conseguiu mais manter-se. Os recursos passaram a ser insuficiente para suprir as necessidades básicas das órfãs amparadas pela instituição. Foi então que a Associação Protetora dos Órfãos pediu ajuda ao Intendente Municipal de Belém, Antônio Lemos, que logo resolveu passar tal instituição para o âmbito municipal.

Algo que muito me instigou neste trabalho foi o fato de o Orphelinato ter sido, como descreve *A Província do Pará* de 15 de agosto de 1893, criado por Lauro Sodré e anos mais tarde Antônio Lemos ter interferido de forma decisiva nesta instituição, ao ponto de passá-la para o âmbito municipal, e mais tarde transformá-la em Orfanato Antônio Lemos. Qual o interesse de Lemos em ajudar o Orphelinato?

Início assim pelo ano de 1894, mais precisamente nos dia 23 e 24 de junho, quando comemorava-se no Orphelinato Paraense o terceiro aniversário da eleição e posse do primeiro governador constitucional do Estado do Pará, Lauro Sodré. Nesse ano as fontes consultadas não demonstram nenhuma relação direta de Antônio Lemos com o Orphelinato, e sim com Lauro Sodré.

É possível inferir que no ano de 1895 ainda havia muitas doações destinadas ao Orphelinato, visto que “o pio estabelecimento pretende elevar muito brevemente a cem o número das asiladas, caso continue a ser como tem sido, generosamente auxiliado por todas as classes sociais”, o que demonstra que tal instituição estava passando por uma boa fase financeira, tanto que almejava aumentar o número de órfãs, além disso o próprio jornal descreve as várias doações que estavam sendo destinadas ao Orphelinato. (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 09 de janeiro de 1895, p. 2).

Nesse mesmo ano,

vai ser convocado o brevemente o conselho administrativo da Protectora dos Orphãos, para resolver diversos assuntos do Orphelinato, que reclama antes de tudo, a pronta obtenção de uma casa maior, mais espaçosa e cômoda ao recebimento e abrigo de setenta e três meninas órfãs desvalidas, que, com as trinta e sete aí já existente, formarão o computo de cem. (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 18 de janeiro de 1895, p. 2).

Essas aspirações da Associação demonstram que o Orphelinato estava funcionando regularmente, tanto que em 1895 ocorreu uma nova eleição para os funcionários do Orphelinato Paraense presidida pelo presidente honorário Lauro Sodré. Nesse dia, segundo *A Província do Pará*, do dia 30 de abril de 1895 (p. 2), Sodré “percorreu o asilo das 44 órfãs abrigadas no Orphelinato e mostrou-se muito satisfeito pelo estado em que encontrou o estabelecimento”. Nessa data, foram reeleitos José Henrique Cordeiro de Castro como presidente e Euclides Farias como tesoureiro. Os funcionários reeleitos também inspecionaram a instituição no dia da posse, bem como os demais sócios, os quais “depois de prestada a afirmação da lei percorreram todos os compartimentos do estabelecimento, bendizendo a ordem e a regularidade do serviço”.

Por outro lado, o *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902, p. 242) afirma que o Orphelinato recebia ajuda da intendência de Belém desde 1895, visto que “acha-se incluída a soma de 5:000\$ réis, dada como auxilio da intendência de Belém no ano de 1985 e aplicada em cinco apólices de mil reis”, entretanto, afirma que com essa ajuda, uma soma aplicada em cinco apólices destinada ao Orphelinato, haviam muitos gastos imprevistos pela instituição como “consertos do edificio, compra de vestuários, calçados e outros artigos”, tais gastos somaram a importância de 60:000 (sessenta mil reis), soma que ultrapassava a renda arrecadada pelo Orphelinato.

De acordo com o *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902), três anos após sua inauguração, mais precisamente em fevereiro de 1896, os sócios efetivos reduziram-se para 102. Para se ter uma ideia da redução das contribuições, basta dizer que, neste ano juntando o valor pago pelos sócios e joias doadas, a arrecadação foi de 4:018 reis, a moeda da época. No entanto, em 1893, juntos, apenas 43 sócios contribuía com 4:300 reis.

De fato, no ano de 1896 *A Província do Pará* pouco publicou notícias sobre o Orphelinato, porém em nenhum momento fez referencia à redução dos sócios e doações, ou dificuldades enfrentadas pelo Orphelinato. No entanto, os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* (1902, p.141) mostram que, nesse mesmo ano, suspendeu-se a cobrança das mensalidades dos sócios efetivos, pois, “por motivos superiores, suspendeu-se desde essa ultima data a cobrança das mensalidades dos sócios efetivos, ficando a manutenção das asiladas unicamente adstrita ás outras fontes de receita”. O documento cita motivos superiores, mas não diz exatamente o que ocorreu para que tivessem sido suspensas a cobrança das mensalidades.

Nos relatos desse documento (1902, p. 242) pode-se observar as várias fontes das quais o Orphelinato Paraense adquiria recursos para se manter, como no trecho citado a seguir que diz que a renda era

Proveniente de donativos, benefícios, quermesses, remissões de sócios, jóias e mensalidades de sócios efetivos, trabalhos feitos pelas meninas, filhas do estabelecimento, renda de um terreno e açougue situado à Praça Chefe da Esquadra situado Pedro da Cunha, subscrições promovidas em diversas localidades, auxílios cedidos pela Intendência de Belém e pelo Estado.

Ainda segundo este documento, a receita arrecadada pelo Orphelinato foi suficiente até o ano de 1900, quando chegou a ter um saldo de 5:037\$950 (cinco mil, trinta e sete contos, novecentos e cinquenta centavos de réis). Neste ano a quantidade das despesas aumentou e os valores dos produtos também se elevaram.

É importante dizer que, no ano de 1897, Lauro Sodré terminou seu mandato de governador do Estado do Pará, seguindo para o Rio de Janeiro com sua família no dia 27 de fevereiro do mesmo ano. Antônio Lemos, enquanto redator chefe de *A Província do Pará* descreveu no referido jornal, de 18 de fevereiro de 1897 (p. 1), “o que foi a sua administração sabe-se o país inteiro, que se acostumou a admirá-lo como um dos espíritos mais cultos e retos da plêiade varonil de Republicanos investidos das funções de governo, na fase mais difícil das instituições”. Em meio a um longo discurso elogiando Sodré, Lemos continua “apesar de sua vitalidade moral, do seu gênio trabalhador e democrático, poucos progressos realizara”. Tais palavras podem ser indícios de um conflito político que estava se instalando no interior do Partido Republicano Paraense, o que mais tarde transformou-se em uma disputa política entre Lemistas e Lauristas.

Entretanto, antes de viajar para o Rio de Janeiro, Sodré despediu-se das órfãs, como relata *A Província do Pará* de 28 de fevereiro de 1897 (p. 2), “o exm. sr. dr. Lauro Sodré e sua virtuosa esposa estiveram anteontem no Orphelinato, onde foram fazer suas despedidas.” A diretoria da instituição considerou essa ocasião tão solene que resolveu distribuir prêmios para as órfãs que tiveram bom aproveitamento nos estudos do último exame. O prêmio consistia na distribuição de cem mil reis para cada órfã merecedora, tal prêmio foi denominado ainda de “prêmio Lauro Sodré”.

Ainda no dia de sua viagem Sodré foi “coberto de pétalas de rosas, arremessadas por uma turma de alunas do Orphelinato Paraense”, momento em que surgiu “um vislumbre de orgulho no olhar firme de republicano impecável”, visto que “aquelas órfãs lembravam-lhe a

generosa instituição que fora obra do seu espírito democrata e criativo”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28/02/1897, p. 1).

Paes de Carvalho, novo governador eleito, assim que assumiu o governo do Pará, resolveu fazer uma visita ao Orphelinato, a qual foi relatada por *A Província do Pará*, de 12 de março de 1897 (p. 2),

no domingo pela manhã, o exm. sr. dr. Paes de Carvalho foi em visita particular ao Orphelinato, onde esteve por muito tempo percorrendo todos os compartimentos do edifício, observando detidamente os dormitórios e banheiros, examinando os gêneros fornecidos, indagando da maneira de preparar a comida, das horas de refeição e do método empregado na distribuição do trabalho; enfim, sua exc. Informou-se de todas as minuciosidades, cuja fiel observância muito importa a boa marcha de um estabelecimento dessa ordem e a plena confiança do seu feliz resultado.

De acordo com o referido médico e governador, o prédio do Orphelinato já estava pequeno para acomodar tantas órfãs e estava disposto a trabalhar pela prosperidade da instituição.

Nesse mesmo ano começaram os tramites para as eleições municipais, momento em que cada eleitor deveria votar em quatro cédulas,

uma – para Senador Estadual, dr Diogo Holanda Lima; Uma – para Deputado Estadual, dr. Antonio Firmo Dias Cardoso Junior; Uma – para Intendente, Senador Antônio José de Lemos; Uma – para 4 Vogas do conselho municipal, dr. Virgilio Martins Lopes de Mendonça, Sabino Henrique da Luz, José Antônio Nunes. Para Senador Federal, dr. Lauro Sodré. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21 de junho de 1897, p. 1).

Ao descrever as cédulas de votação o jornal já indicava os seus candidatos preteridos para os cargos. Nesse ano, a eleição para a Intendência Municipal de Belém foi disputada por Antônio Lemos e Dr. Pontes de Carvalho. Assim, em Belém, Antônio Lemos recebeu 2.095 votos, contra 564 de seu oponente; nos distritos e vilas mais distantes, pertencentes a Belém, a vitória também foi de Lemos.

Ainda nesse mesmo ano, *A Província do Pará*, de 21 de setembro de 1897 (p. 2), publica as despesas mensais do Orphelinato.

que mantendo 70 órfãs, reclama por isso mesmo, todo e qualquer auxilio por parte da caridade pública. Ei-lás: aluguel da casa, 350\$; ordenado da diretora, 150\$; ordenado da professora, 13\$; ordenado da auxiliar, 50\$; salário da cozinheira, 50\$; ordenado da lavadeira, 50\$; carne verde, 20 quilos diários a 1\$200, 744\$; mercearia 629\$220; pão, 7 quilos diários a 50\$

reis, 105\$; verduras, 15\$500; lenha, 12\$; despesas miúdas, 20\$. Total 2:305\$720.

Além dessas despesas havia ainda gastos com a compra de sapatos e a confecção de roupas com o custo de 3:000\$ reis por mês.

No ano de 1898, o Orphelinato fazia as comemorações do ano novo e várias doações foram destinadas à instituição. No entanto, houve um silenciamento nas páginas de *A Província do Pará* em relação ao Orphelinato, visto que as reportagens de agradecimento pelas doações, anúncios de festas e reuniões realizadas em benefício da instituição, que eram diariamente publicadas, passaram a não mais ser veiculadas. Pressuponho, assim, que as doações não estavam sendo mais tão frequentes e generosas.

Cordeiro de Castro, diretor da Associação Protetora dos Órfãos, ao receber uma doação enviada ao Orphelinato escreveu para *A Província do Pará*, de 22 de janeiro de 1900 (p. 2), “peço-vos também que noticie, que a vista do estado precário de nossas finanças no estabelecimento, passei ás mãos do tesoureiro Euclides Faria a referida importância para os devido fins.”

No ano de 1900, *A Província do Pará*, de 21 de janeiro (p. 1) relatou que a casa de educação das órfãs vinha se mantendo a custa de sacrifício e dedicação. Ainda, nessa mesma matéria, foi relatada a situação que se encontrava o Orphelinato ao ser visitado por Lauro Sodré, “o exc. viu algumas órfãs de pé no chão”. A notícia relata que oito meses atrás “havia absoluta falta de disciplina, e a dedicação e esforços do sr. Cordeiro de Castro não conseguiram obter uma direção interna estável e forte, capaz de estabelecer a ordem e a disciplina tão necessárias”. O intendente explicou que a situação das órfãs piorou, e que tudo tinha melhorado depois que, por intermédio de Paes de Carvalho, “pode a diretoria obter que as irmãs de Sant’Ana tomassem assim o encargo pesadíssimo da direção interna”.

Nesse sentido, o *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1900, p. 254) afirma que, no dia 19 de julho de 1898, foi assinado um contrato entre a “Associação Protetora dos Órfãos” e a “Ordem das Filhas de Sant’Anna” para que essas cuidassem da administração do Orphelinato. Assim, no dia primeiro de novembro, do mesmo ano, o Orphelinato Paraense passou a ser administrado internamente por oito religiosas que faziam parte da referida Ordem. Essa Ordem religiosa estava vinculada a uma congregação religiosa proveniente da Itália, sobre a qual tratarei mais adiante.

Mesmo sob a administração interna da Ordem das Filhas de Sant’Anna, o Orphelinato continuou em crise com a insuficiência de recursos e a falta de suprimentos básicos. Assim,

de acordo com o *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902), a situação no Orphelinato era insustentável nos primeiros meses do ano de 1900.

A diretoria da “Associação Protetora dos Órfãos” recorreu ao “Conselho Municipal de Belém”, com o intuito de conseguir ajuda financeira para o Orphelinato. A decisão do Conselho pode ser observada no trecho do *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902, p. 244), citado a seguir:

O Conselho, em sua ultima reunião do ano citado, resolveu tomar sob o patrocínio da Intendência o caritativo instituto, ameaçado de supressão pela carência de recursos. A resolução do legislativo municipal, n’este sentido, acha-se consignada na Lei nº 283, de 27 de dezembro de 1900.

A lei mencionada, no referido excerto, autorizava a intendência a ajudar financeiramente o Orphelinato, porém não lhe repassava total responsabilidade. À frente das políticas públicas municipais estava o Intendente Antônio Lemos, que tinha todo um contexto social, político e econômico que lhe possibilitaram ajudar financeiramente o Orphelinato. Mais tarde, nesse mesmo ano, Lemos é reeleito Intendente de Belém.

Essa afirmação evidencia que a história dessa instituição não está dissociada do contexto sociocultural que vivia Belém nesse período. Nesse sentido, a análise da história da educação de meninas no “Orfanato Antônio Lemos” está atrelada à compreensão da história da construção dessa instituição, e ao entendimento desse contexto.

Reitero ainda, que essa análise confere um sentido histórico e uma identidade ao Orfanato, visto que, essa instituição possui características próprias mesmo que estando inserida em um contexto educacional local, que tem influências da esfera social, política e econômica, e que, por sua vez, está integrado a um contexto educacional mais amplo, fato que precisa ser levado em consideração. Este pressuposto fundamenta-se em Magalhães (1996, p. 1), quando este argumenta que

compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua dimensionalidade, conferindo-lhe um sentido histórico.

Uma das transformações mais evidentes que ocorreu no contexto Belenense, no período de 1900 a 1915, foi no campo econômico devido o aumento da procura pelo látex da

borracha na Amazônia. Essas mudanças por sua vez contribuíram para que houvesse modificações sociais e políticas.

No entendimento de Sarges (2010), a partir de 1840, a atividade econômica na Amazônia passou a voltar sua atenção para a economia da borracha. Convém observar, porém, que antes da economia da borracha havia em Belém uma economia baseada na agricultura e no extrativismo, é importante dizer que a extração da borracha não era significativa.

Sobre esse assunto, José Ubiratan Rosário (1986) trata em sua obra intitulada *Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Graão-Pará*. Nesta literatura, o autor retrata Belém desde o período colonial, descrevendo as transformações que nela ocorreram provenientes da economia daquele período.

De acordo com Rosário (1986), a economia de Belém girava em torno do extrativismo e da agricultura realizada na província. Tal economia baseava-se principalmente na plantação do cacau, que abarcava 55% das exportações. O apogeu dessa economia contribuiu para construções de prédios, como o Palácio dos Governadores, atual Museu do Estado, a extinta Casa da Ópera, construída por Landi em 1775 ao lado do Palácio, dentre outras edificações.

Conforme este autor a economia do cacau, também, contribuiu para a construção e manutenção de igrejas como a Nossa Senhora do Carmo, visto que, os religiosos dessa época sustentavam suas missões e realizavam construções por meio da plantação de cacau nas várias fazendas que possuíam.

Todavia, em meados do século XIX ocorre o fim da era do cacau<sup>24</sup>. Este produto, mesmo sendo mencionado nas listas de exportação, era embarcado nos navios, mas em poucas quantidades. Dentre os produtos que eram exportados estavam: castanha do Pará, baunilha, urucum, balsamo de copaíba, peixe seco, uma variedade de outras frutas secas e verdes. Para este autor, o ano de 1840 foi um ano de decadência econômica para Belém, em decorrência do declínio do cacau e da baixa na agricultura local.

Rosário (1986, p. 75) mostra o fim da era do cacau, e já menciona o início da exportação da borracha: “a borracha era, ainda palidamente enumerada na pauta das exportações”, ou seja, sua exportação ainda não era tão significativa para a economia local. Após a derrocada da era do cacau, Belém volta a ter seu apogeu econômico em função do

---

<sup>24</sup> “Era do cacau” refere-se ao momento em que a economia paraense sustentava-se na exportação de cacau. Havia uma vasta plantação de cacau no local, que era exportado nos grandes navios da época gerando renda até meados do século XIX (ROSÁRIO, 1896).

aumento da demanda na exportação da borracha. Assim, a extração do látex, que até então não era tão significativa na exportação local, passa ser a base da economia na Amazônia.

Na perspectiva de Sarges (2010), a borracha, mesmo sendo usada desde o início do século como matéria prima na Europa para a produção de bens de consumo e impermeabilização de calçados, torna-se base da economia na Amazônia a partir do século XIX, depois da descoberta do método de vulcanização do látex por Charles Goodyear<sup>25</sup>. Desde então, o Pará passa a adquirir maior desenvolvimento econômico devido à produção e exportação do látex por indústrias internacionais.

De acordo com Sarges (2010), em Belém estava o principal porto de escoamento do látex. Dessa forma, parte das riquezas produzidas pela extração do produto foi investida no setor público, mais especificamente, na infraestrutura urbana ou reorganização do espaço urbano local. Essa reorganização do espaço urbano ocorreu em função do desenvolvimento da economia da borracha. Assim, para Sarges (2010, p 87), nesse período ocorreram várias transformações, culminado em uma materialização da modernidade, que passou a se expressar por meio de construções, formação de elite, e “na construção de um modelo ideal de sociedade moderna isento de perturbação”. Ocorreu assim o calçamento de ruas, a construção de prédios como o do Arquivo Público e o Teatro da Paz, a criação de uma linha de bonde, a instalação de bancos e companhias seguradoras ligadas à nova economia da região.

Na opinião de Fábio Castro (2010, p. 176), a economia da borracha modificou Belém, que teve suas áreas centrais reformuladas e novos bairros abertos. Várias obras de infraestrutura baseadas nas mais modernas tecnologias passaram a ser desenvolvidas no local como, “iluminação a gás carbônico, transporte urbano, telefone, rede parcial de água e esgoto, pneumáticos, cabo de comunicação submarina...”. A partir da implementação dessas tecnologias é possível ter uma ideia das modificações ocorridas em Belém provenientes da economia da borracha.

Sarges (2010) reitera que ocorreu a expansão da própria área urbanizada de Belém, pois a nova burguesia, composta por famílias ricas, queria construir suas casas em locais confortáveis e afastadas do bairro comercial. Foi então que surgiram os bairros de Nazaré, Batista Campos, Marco e Umarizal. Nesse sentido, é possível perceber que ocorreram grandes

---

<sup>25</sup> Charles Goodyear foi um pesquisador americano, nascido no ano de 1800, que descobriu o processo de vulcanização da borracha, o qual consistia na mistura do látex, leite retirado da árvore seringueira, com enxofre à uma temperatura de 130° por um período aproximado de seis horas. Após esse processo a mistura ganhava consistência, tornando-se macia e seca, podendo ser utilizada na produção de calçados, roupas, pneus dentre muitos outros artefatos (REZENDE E LOPES, 2008).

transformações na estrutura social belenense, o que pode ser reiterado na afirmação de Sarges (2010, p. 125), quando afirma que

a economia da borracha determinou alterações acentuadas na estrutura social belenense. Surge, então, uma classe de homens políticos e burocratas formada por nacionais; os comerciantes, basicamente portugueses; os profissionais liberais, geralmente de famílias ricas e oriundos das universidades européias. Esta era a composição da elite dominante.

Concomitante a essas mudanças ocorreu, também, o surgimento de ofícios urbanos desenvolvidos pela camada pobre da população, em que se destacavam: o alfaiate, o sapateiro, o relojoeiro, os marceneiros, entre outras forças de trabalho.

Outro fator, que contribuiu para as mudanças urbanísticas e sociais de Belém foi a chegada de nordestinos, na década de 1870, e a necessidade de mão de obra para trabalhar nos seringais. De acordo com Sarges (2010, p. 143), muitos dos nordestinos que desembarcavam em Belém, não seguiam para os seringais, estes contribuíam para “um elevado número de subempregados e também desempregados na capital do Pará<sup>26</sup>”.

Essas estatísticas nos fazem perceber a dimensão do crescimento populacional e pensar sobre os impactos desse “desenvolvimento” acelerado. Sarges (2010, p. 147) afirma que o aparelho urbanístico não foi suficiente para atender ao crescimento populacional, agravando o problema de moradia e da disseminação da varíola. Como medida o presidente da província José Coelho da Gama Abreu (1880) pediu ao Ministro dos Negócios que “cada navio a vapor que deixasse o estado do Ceará não trouxessem mais de 200 retirantes”. Além disso, segundo Sarges (2010, p. 150), o desenvolvimento urbano que já ocorria acelerou com a implantação da república, pois esta “deu maior autonomia à aplicação dos impostos, além de conceder ao estado maior participação na renda concernente à exportação da borracha”.

É importante ressaltar que as transformações que ocorriam em Belém não eram para atender as necessidades básicas da maioria da população, mas sim às exigências do crescimento da economia e da nova elite belenense. Para Sarges (2010, p. 152),

a ação dinamizadora do ‘embelezamento do visual da cidade’ estava associado à economia, à demografia, mas também aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes, fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população da cidade segurança e acomodação.

---

<sup>26</sup> De acordo com os índices demográficos demonstrados por Sarges (2010), no ano de 1872 Belém tinha uma população de 61.997 habitantes, em 1900 haviam 96.560. Esse índice subiu para 236.402, no ano de 1920.

Esse desenvolvimento econômico era permeado por contradições sociais, pois concomitantes às transformações urbanas e à implementação de novas tecnologias para a época, também havia a miséria, a prostituição, o inchaço da área urbana, epidemias. Como retratou em *A Província do Pará* (02/09/1983) um morador vizinho à Travessa da Vigia, localizada entre a rua Dr. Assis e Cônego Siqueira, o qual pedia a atenção da repartição da Saúde sobre o “estado de asseio” da referida rua, visto que “na sua maior parte é formada por cortiços acanhados e sem condições higiênicas, ressentindo-se aquela rua da falta absoluta de limpeza.” Sarges (2010, p. 157), ao falar das contradições sociais, afirma que “esses fatores demonstram o fausto e o luxo de uma burguesia que consumia, fundamentalmente, o importado”.

Ao falar do consumo do que era importado, refiro-me ao movimento chamado de *Belle Époque*<sup>27</sup> ocorrido em Paris, França. Tal movimento estava ligado às aspirações de uma modernidade, possuía tendências culturais que envolviam a arte, a moda, a postura, as construções. Essas características estavam arraigadas no imaginário das pessoas, que passaram a ter a concepção de que tudo relacionado à França era sinônimo de modernidade, desenvolvimento, luxo e bom gosto. Essa concepção passou a fazer parte do imaginário paraense, levando a burguesia a reproduzir o modelo parisiense. Para Daou (2000), essas características ficaram evidentes nas construções arquitetônicas e em outras partes urbanizadas de Belém como logradouros, praças e parques.

Com o intuito de fazer de Belém uma cidade que seguisse os moldes da *Belle Époque*, ocorreram várias ações em busca do “embelezamento da cidade”. Surge assim, uma política de disciplina e de ordenação do espaço, no qual há o replanejamento urbano e a criação do *Código de Postura* para regulamentar a vida social no local. Sarges (2010) explica que essa política de desenvolvimento era direcionada a área central da cidade, onde estava a elite local e a classe média emergente.

Esse contexto de regulamentações e reordenação da cidade leva-me a refletir sobre o porquê da criação de vários espaços para abrigar pessoas desamparadas, como mendigos e órfãos, o que me leva a conjecturar que o objetivo da criação dessas instituições era uma maneira de “limpar” as vias públicas, tirando dessas as pessoas desvalidas que, de certa forma, “incomodavam” a elite que ali se firmava.

---

<sup>27</sup> Uma das literaturas que marcou a *Belle Époque* foi a de Charles Baudelaire, intitulada *Flores do Mal*, publicada em 1857. Esta obra dimensiona e faz uma crítica sobre as contradições entre a modernidade e as mazelas sociais que ocorriam na França em decorrências desse movimento.

A frente dessa política de governo estava Antônio José de Lemos, o qual veio assumir a intendência de Belém no período áureo da exportação da borracha. Nesse sentido, ele pode ser considerado a autoridade política da cidade que regia as ações governamentais do município, administrando os recursos para o “embelezamento da cidade”. O contexto político, social e econômico possibilitou à Intendência Municipal de Belém ajudar o Orphelinato, tornar-se responsável da Intendência.

A relação de Lemos com o Orphelinato Paraense iniciou-se no ano da fundação do Orphelinato, pois ele enquanto redator chefe do Jornal *A Província do Pará* publicava várias matérias em favor do Orphelinato. Entretanto, depois que Lemos tornou-se Intendente de Belém essa relação se estreitou, tanto que no dia 26 de dezembro de 1898, estando doente em sua residência foi surpreendido pela visita das órfãs.

Porém, considero o dia que Lemos teve seu retrato fixado na parede do Orphelinato como a data em que firma seus laços com a instituição, que até então tinha como patrono Lauro Sodré. Sobre esse dia *A Província do Pará*, de 13 de junho de 1899 (p. 2), informou “pendentes desta parede, cercado do mais vivo reconhecimento e da mais sincera amizade, acham-se aqui colocado o retrato venerado dos distintos cavalheiros, cujos nomes estão intimamente ligados à história da fundação e progresso desta casa de caridade”. Eram eles Lauro Sodré, Paes de Carvalho, Phileto Pires<sup>28</sup> e Urissis Pontet<sup>29</sup>. E, finalmente, “outro retrato que de cavalheiro igualmente merecedor, como prova também de gratidão, aqui fica hoje colocado. É o retrato do sr. Senador Antônio José de Lemos.”, que, como um dos proprietários e principal redator de *A Província do Pará*, “franqueou as páginas desse conceituado jornal ao Orphelinato. E agora como Intendente Municipal e fiel interprete do município, tem poderosamente contribuído para o melhoramento da casa e do bem estar das asiladas.”

Esse fato marcou e evidenciou o interesse de Lemos pelo Orphelinato Paraense. Tanto que, em 1902, com a justificativa de ajudar tal instituição, transfere-a para o âmbito municipal. Em 1903 inicia, em seu governo, a construção de um prédio na Vila de Santa Izabel para transferir tal Orfanato. Em 1906, baixa um decreto sob o qual o Orfanato passa a ser denominado de Orfanato Antônio Lemos.

---

<sup>28</sup> General Dr. Fileto Pires Ferreira (1866-1917) era republicano piauiense. Foi tenente do Exército. Em 1892 foi eleito deputado do congresso do Amazonas e em 1896 governador. (AZEVEDO, 1948).

<sup>29</sup> Nas fontes consultadas até então não consegui saber quem foi Urissis Pontet.

O Antônio Lemos teve várias influências nas transformações pelas quais passou o Orphelinato Paraense. Dessa forma, faz-se necessário uma melhor compreensão sobre a história de Antônio Lemos e o seu governo, no auge da exportação da borracha na Amazônia.

## 2.1 Uma breve biografia de Antônio Lemos

As transformações que ocorreram no Orphelinato Paraense, até tornar-se “Orfanato Antônio Lemos”, estão diretamente ligadas à história de governo do Intendente de Belém, Antônio Lemos, e ao contexto político instaurado naquele período, visto que era ele que estava à frente das políticas públicas de limpeza e reorganização do espaço belenense. Assim, para uma melhor compreensão da história dessa instituição, tratarei neste tópico sobre a história de vida de Lemos<sup>30</sup>, sua trajetória política e seu desempenho em relação ao Orfanato Municipal.

Conforme Carlos Rocque (1977), Antônio José de Lemos nasceu em São Luís, no Maranhão, no dia 17 de dezembro de 1843. Filho de Olivia de Souza Lemos e do capitão-mor da antiga milícia, também chamado Antônio José de Lemos. Teve uma infância e adolescência humilde. No Liceu do Maranhão realizou o curso de Humanidades e, aos 17 anos de idade, inscreveu-se na Marinha de Guerra.

Rocque (1977) diz que em 1860 Lemos foi incluído como escrevente na canhoeira<sup>31</sup> Ypiranga, navio que na época o transportou para o Rio de Janeiro, por sua habilidade com a escrita. Ficou no quartel general, em seguida foi para a Contadoria da Marinha e, finalmente, o engajaram na guarnição do Corveta Paraense, que foi a Montevideú ajudar no bloqueio daquela cidade.

Segundo Sarges (2002), por volta de 1864 o Brasil entrou em conflito com a “República Oriental do Uruguai”. Após esse conflito, estabelecida a paz, Lemos, em 1866, novamente foi listado para participar de outra operação militar, desta vez na conhecida guerra do Paraguai, chefiada por Solano Lopez. Antes de terminar o conflito, o corveta Paraense dirigiu-se para Belém, pois levava o almirante Joaquim Raimundo de Lamare, que foi

---

<sup>30</sup> A maior parte da abordagem que faço sobre a biografia de Lemos se baseia na obra de Maria de Nazaré Sarges intitulada *Memórias do “Velho Intendente”* (2002).

<sup>31</sup> Como eram denominados alguns dos barcos, ou navios de guerra que faziam parte das forças armadas e geralmente possuíam canhões do Brasil no período republicano. Rocque (1977).

nomeado para chefiar o 3º Distrito Naval em Belém. Assim, no dia 2 de fevereiro 1867, aos 24 anos, Lemos pisa pela primeira vez em solo paraense na condição de secretário particular do almirante e, em seguida, torna-se oficial da quarta classe do Corpo da Fazenda.

Voltou ao Rio de Janeiro em 1869, mas, no mesmo ano, retornou a Belém para servir a Companhia de Aprendizes de Marinheiro do Pará. De acordo com Sarges (2002), Lemos firmou-se definitivamente em Belém no momento em que foi convidado a assumir o cargo de Secretário do Arsenal de Marinha pelo capitão-de-mar-e-guerra Manuel Carneiro da Rocha. Concomitante a este cargo, assumiu o cargo de secretário da Capitania do Porto do Pará.

Assim, Lemos constituiu família em Belém, casando-se com Ignez Maria de Lemos. Esse casamento gerou as filhas Maria Guajarina, Olivia Moema e Cecília Iêrece e os filhos Antônio Pindobussú e Manoel Tibiriçá (SARGES, 2002).

No entendimento de Rocque (1977), a carreira política de Lemos iniciou-se quando este fez amizade com José Joaquim de Assis, mais conhecido por Dr. Assis, que na sociedade paraense era chefe político de prestígio, além de ser fazendeiro e latifundiário do município de Chaves, na Ilha do Marajó.

Toda a vida e trajetória política de Lemos são narradas por Maria de Nazaré Sarges (2002), na obra *Memórias do Velho Intendente*. De acordo com esta estudiosa, Lemos estreou como jornalista na redação de *O Pelicano*, o qual veio a falir. A tipografia deste jornal foi comprada por Francisco de Sousa Cerqueira, que mais tarde se juntou a Dr. Joaquim José de Assis, chefe do Partido Liberal<sup>32</sup> e a Antônio Lemos, dando origem em 1876 ao jornal diário “A Província do Pará”. Assim, Lemos assume a redação do jornal junto com Dr. Assis. Ao conseguir dinamizar o jornal destacou-se como jornalista, chegando a ensinar aos gazeteiros da época sobre as notícias interessantes que deveriam ser selecionadas e veiculadas nos jornais.

A carreira política de Antônio Lemos se inicia em 1885, quando o Partido Liberal do qual era membro, o elegeu deputado Provincial pelo 1º e 5º distrito. Mesmo sendo do Partido Liberal, ele não se juntava aos radicais que levantavam vozes contra a monarquia instituída. Como deputado, Lemos já era visto como perigoso opositor político pelo Partido Conservador (SARGES, 2002).

---

<sup>32</sup> Partido político brasileiro criado em 1837, defendia os interesses dos senhores rurais e da classe média urbana, sem ligação direta com o movimento antiescravista, sendo extinto com a proclamação da República. A implantação do Projeto Liberal no Brasil significou a organização da oligarquia para uma nova ordenação política sem ideias revolucionárias, sem exclusões, mas sim com agregações e redistribuições. (MANOEL, 1996).

No ano de 1889, Lemos passou a ser o único proprietário de “A Província do Pará”, pois Dr. Assis faleceu em junho deste ano e Francisco Cerqueira havia morrido nove anos antes. Assim, a viúva de Assis passou as cotas dos jornais para Lemos (ROCQUE, 1977). Nesse mesmo ano ocorreu a proclamação da República.

Parafraseando Sarges (2002), quando ocorreu a proclamação da República Lemos exercia o cargo de Presidente da Câmara Municipal, pois tinha sido eleito vereador em 1889. Dessa forma, foi Lemos que empossou a primeira junta constituída por Justo Chermont, José Maria do Nascimento e José Fernando Junior, que passaram a governar o Pará nos primeiros momentos do regime republicano.

Ao ser instalada a República, os partido monarquistas foram extintos, sendo fundado assim o Partido Republicano que tinha ideias tanto dos Liberais quanto dos Conservadores<sup>33</sup>, que depois, por medo do socialismo, uniram-se aos republicanos históricos fundando, em 1896, o Partido Republicano Paraense. Sarges (2002, p. 48), baseada na ata do conselho municipal de 1896, diz que “persistia a mesma estrutura econômica, pois o poder continuava nas mãos das velhas oligarquias”, que no Pará continuava sendo comandada por Justo Chermont.

Lemos, que tinha como companheiro de partido o médico José Paes de Carvalho e os irmãos Pedro e Justos Chermont, assume a presidência do Partido Republicano, no momento em que Paes de Carvalho, que era presidente, precisou ausentar-se do Pará. No entendimento de Sarges (2002), Lemos foi ganhando prestígio e um dos fatores que contribuiu foi a atenção que este dispensava aos intendentess do interior, o que também era reportado em seu jornal.

Na descrição de Sarges (2002), Paes de Carvalho foi eleito governador no ano de 1897, substituindo Lauro Sodré. Nesse momento, Sodré e Justo Chermont deixam o Partido Republicano e passam a ser seus opositores políticos. Nesse mesmo ano, no dia 22 de julho, Lemos é eleito pela primeira vez intendente de Belém. Lauro Sodré, que já havia rompido com o Partido Liberal, passa a ser o principal opositor político do novo intendente. Começa a surgir em Belém um embate político, que passou a dividir a opinião da própria população. De um lado estavam os que simpatizavam com Lemos, popularmente vieram a ser chamados de Lemistas, e de outro estavam os que eram a favor das causas de Lauro Sodré, denominados de Lauristas.

Contudo, a força política de Lemos o levou a ser eleito duas vezes senador do Estado e, por cinco vezes intendente do município de Belém, permanecendo por 14 anos no poder.

---

<sup>33</sup> Partido político brasileiro que tinha como objetivo manter o domínio político das elites escravocratas rurais (MANOEL, 1996).

Nesse sentido, o intendente tinha todo um contexto histórico a favor da manutenção de suas políticas, bem como de seu poder, sendo que duas das características marcantes de seu governo se voltavam para o melhoramento da infraestrutura urbanística e a higienização da cidade.

De acordo com Sarges (2010, p. 158), ocorreram vários melhoramentos no espaço urbano de Belém, como “pavimentação de ruas, construção de praças e jardins, usinas de incineração de lixo, limpeza urbana, tudo isso controlado por um código de postura, baseado em ideias liberais”. Essas políticas em sua maioria eram dirigidas às áreas centrais da cidade.

Para Sarges (2010), essa necessidade de Lemos em manter a cidade limpa e em ordem, utilizando a estratégia de ordenação dos bons costumes e de uma moral educadora, pode ser vista como uma forma de ordenar e controlar a população. Lemos adotou uma política saneadora preventiva, que deu conta do saneamento urbano, saúde pública, estética da cidade, tudo em prol do bem estar social. Atuando dessa forma, Lemos prepararia Belém para viver a *Belle Époque*, já citada anteriormente.

Na visão de Sarges (2010), Lemos via a necessidade e a urgência em colocar em prática sua política sanitaria e o seu projeto de reurbanização, pois, para ele, as leis municipais estavam em desacordo com as leis federais. Assim, a fiscalização passou a ser realizada por agentes fiscais municipais, que podiam agir em ambientes particulares e comerciais. Além disso, Lemos formou a Polícia Municipal, para controle e vigilância dos maus hábitos e da indisciplina. Assim, aos cidadãos que habitavam em Belém era exigido que seguissem os padrões de higiene elencados pelas autoridades sanitárias.

Segundo Sarges (2010, p. 163), para dar legalidade as fiscalizações de ordem e saneamento, foram estabelecidas Leis e “Códigos de Posturas Municipais”, que passaram a regular uma diversidade de aspectos citadinos, que incluíam “a higienização de estabelecimentos públicos, habitações coletivas, hotéis, pensões, hospitais, barbearias, mercados, asilos, fábricas, até o controle de alimentos a serem vendidos à população.”

Nem todos eram a favor dessas políticas públicas, o que pode ser constatado no trecho, abaixo citado, do *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902, p. 20) apresentado ao Conselho Municipal de Belém em Março de 1902.

Muitas das medidas de prevenção sanitária adotadas pelo poder municipal encontraram, no início de sua execução, certa hostilidade por parte dos cidadãos colhidos sob a alçada da lei, para a respectiva observância. Como exemplo do acerto, citarei as visitas domiciliares e as inspeções obrigatórias para os empregados em hotéis, botequins, mercearias,

açougues, padarias e estabelecimentos congêneres. Houve, ao princípio, um verdadeiro clamor, que á primeira vista espíritos menos refletidos consideraram justificável. Bem depressa, porém, prevaleceu o bom senso e, aos poucos meses, a opinião pública era unanime em acatar a lei municipal.

Essas medidas adotadas por Antônio Lemos podem estar vinculadas à criação de várias instituições de caridade para abrigar pessoas desvalidas e órfãs. Pode se configurar como um dos possíveis fatores que contribuiu para que o intendente atuasse diretamente em prol do Orphelinato Paraense, que passava por dificuldades financeiras, no ano de 1900, com possibilidade de fechamento da instituição, e, mais tarde, transferi-lo para a esfera municipal, para que se tornasse responsabilidade do município, e logo, Orfanato Antônio Lemos.

## **2.2 De Orphelinato Paraense a Orfanato Antônio Lemos**

No ano 1900, a economia paraense, baseada na exportação do látex, alcançou seu auge. No entanto, de maneira contraditória, o Orphelinato passava por dificuldades financeiras, devido à redução do número de sócios, bem como a quantidade de doações. Para não fechar o Orphelinato por falta de recurso, a diretoria da instituição recorreu à Intendência do Município, com o intuito de conseguir ajuda financeira.

Pressuponho que sócios da Associação Protetora dos Órfãos evadiram-se devido ao embate político que se instalou entre Lauro Sodré, o fundador da Associação, e Antônio Lemos que estava tomando à frente das ações em relação ao Orphelinato. Tudo leva a crer que os sócios membros dessa instituição filantrópica, que apoiavam Sodré, recusaram-se a ficar ao lado de Lemos apoiando a instituição.

Nesse mesmo ano, 1900, os diretores do Orphelinato conseguiram ajuda financeira para a instituição junto à Intendência Municipal de Belém. E logo, a referida instituição passou para o âmbito municipal, ficando inteiramente sobre a responsabilidade do município. Antônio Lemos, que estava à frente das políticas de Belém, contribuiu para que esse fato ocorresse. Essa atuação pode ter contribuído para que Lemos permanecesse na Intendência.

Ao pedir ajuda ao Conselho Municipal de Belém, Lemos descreve:

Para o Orphelinato Municipal peço o esclarecido apoio do Conselho. Prestes a deixar o mandato eletivo, pois apenas um ano de exercício me

resta, ousou solicitar do ilustrado Conselho Municipal o seu mais franco apoio ao piedoso e benemérito instituto. Ali, naquela mansão de calmas virtudes, um punhado de abnegadas religiosas faceta as almas juvenis das órfãs, inspirando-as em meigos sentimentos delicados e ornando-lhes o espírito de apreciáveis dons familiares (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1902, p. 247).

Na descrição de Rocque (1996), o Orphelinato Paraense foi transferido em 17 de janeiro de 1901 para o âmbito da administração municipal. Entretanto, continuava a ser gerenciado internamente pela *Filhas de Sant'Anna*, e os recursos financeiros passaram a vir da intendência.

O *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902) demonstra a satisfação que o intendente Antônio Lemos teve em relação à decisão do Conselho, de passar definitivamente o Orphelinato para o âmbito municipal, o que pode ser observado no excerto do relatório a seguir:

Abençoada a hora em que, por inspiração de sublime enternecimento, o Conselho deliberou tomar para a alçada municipal o Orphelinato. Nesse dia, praticou o poder legislativo do município de Belém um grande, um formoso ato de caridade, credor de veementes aplausos dos contemporâneos e da consagração definitiva da posteridade (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1902, p. 248).

O *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902) explica que, na ocasião da transferência do Orphelinato, o Sr. Cordeiro de Castro, um dos diretores da Associação Protetora dos Órfãos, entregou ao Intendente Municipal um relatório datado de 17 de abril de 1900. Nesse relatório, havia a descrição dos títulos patrimoniais pertencentes ao Orphelinato, o que é demonstrado no trecho citado abaixo:

Atingiu o algarismo de 39:867\$487, sendo: um terreno à Praça Pedro I, 12:000\$, outro à Estrada de Bragança, 10:000\$; 13 apólices federais, 13:000\$; uma do Estado 1:000\$; 27 ações da companhia urbana, 2:7000; uma da Sociedade Jockey Club, 1:000\$; juros em mão do dr. Pedro de Almeida Godinho, 575\$; importância depositada na caixa econômica, 184\$478; saldo em dinheiro de 308\$009 (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1902, p. 245).

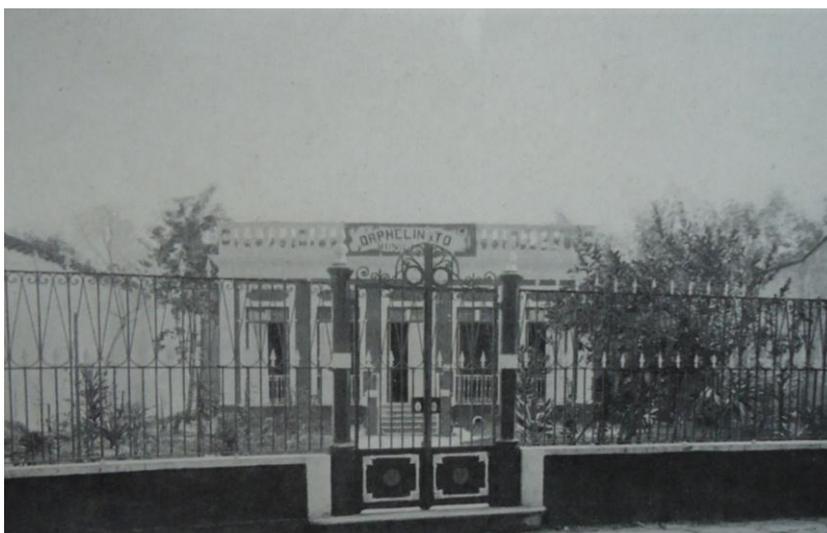
Porém, esse patrimônio adquirido pelo Orphelinato não era suficiente para cobrir as despesas. Era necessário obter recursos para a compra dos mantimentos básicos, dinheiro para

pagar o ordenado da direção interna, o capelão para rezar as missas. Além disso, esta instituição não possuía prédio próprio havendo ainda as despesas com aluguel. E para agravar a situação, apesar do prédio ser alugado, estava em péssimas condições habitacionais, precisando de reparos, porém a “Associação Protetora dos Órfãos” não possuía recursos para realizar esses serviços.

Nesse momento, Antônio Lemos passa a atuar diretamente em favor do Orfanato Municipal, inicia a procura por um prédio para acomodá-lo, de forma que conseguiu um novo endereço para o Orphelinato.

Para instalação decente e com moda do Orphelinato Municipal, tomei por arrendamento o vasto prédio do dr. Antônio Joaquim de Oliveira Campos, á avenida S. Jerônimo, entre Generalíssimo Deodoro e Quatorze de Março. (LE MOS *in* RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1902, p. 12).

O que é reafirmado por Rocque (1996), pois devido às condições do prédio serem precárias, Antônio Lemos arrendou outro prédio na Avenida São Jerônimo, hoje Avenida Governador José Malcher, entre Generalíssimo Deodoro e 14 de Março, tentando oferecer melhores condições de vida às internas. Segundo A Província do Pará, de 26 de junho de 1906, (p. 1), foram “dois prédios ocupados pelo Orfanato à Avenida São Jerônimo”, os quais acomodavam dormitório, cozinha, refeitório, salas de aula, sala de prendas, jardim, enfermaria e gabinete dentário. O *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902) reitera que foram feitas várias modificações no prédio arrendado, para que as Órfãs pudessem ser transferidas. E assim, dia 26 de Julho do ano de 1901 reinstalou-se o Orfanato. A fotografia abaixo mostra o novo prédio do Orphelinato Municipal na São Jerônimo.



**Figura 11:** Prédio do Orphelinato Municipal na São Jerônimo, 1902.

No excerto a seguir é possível saber como era distribuído o espaço físico do Orphelinato Municipal da São Jerônimo.

um estreito corredor aberto na sala dá ingresso em um pequeno gabinete, onde se acha um ateliê de costura, dirigido por uma das religiosas que cuidam das eclusas. Passa-se daí a duas salas laterais que ficam fronteiras e onde funcionam as aulas elementares, que compõem o curso. O corredor prolongando-se dessa linha forma um alpendre, que abre para uma área quadrangular. Ao lado esquerdo dessa área, sob o telheiro estão as rouparias, a dispensa e a cozinha. Ao lado direito fica o dormitório, num cumprido salão que forma todo o flanco do prédio. São 53 leitos de ferro, arrumados com pelotão por pequenos intervalos, por onde mal se passa de lado. Quatro janelas abertas ao alto de uma das paredes laterais deixam passar macias faixas de luz, que dão um brilho quase metálico aos alvíssimos lençóis lisos e frescos sobre os colchões de paina, que nivelados pela pachorra educada daquelas alegres e sisudas crianças. (...). Na extremidade anterior desse compartimento encontra-se um pequeno gabinete, que é o ateliê de pintura de uma das religiosas, que compõe o corpo docente e administrativo do Orphelinato. (ÁLBUM DE BELÉM, 15 de janeiro de 1902, p. 60).

No *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1903), referente aos acontecimentos de 1902, Lemos descreve o sucesso que o Orfanato teve, a partir do momento em que passou para o âmbito municipal, em 25 de novembro de 1902.

Dirigido pelas dedicadas religiosas filhas de Sant'Anna, o Orphanato municipal frutifica em benefícios e os seus credits firmaram-se tão simpaticamente no conceito público, que já no 1º semestre de 1903 o vasto edifício, onde se acha ele agora instalado, ia-se tornado insuficiente para acomodar convenientemente o numero de educandas, então superior a 80, e

que seria muito mais avultado se esta Intendência tivesse ensanchas para atender a quantos pedidos de admissão de menores tem lhe sido presente (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1903, p. 253)

Nesse trecho do relatório, é possível perceber o aumento na procura pelo Orfanato, pois no ano de 1900 haviam 9 órfãs abrigadas pela instituição, aumentando para mais de 80 educandas no ano de 1903. Essa procura demonstra a aprovação que teve essa ação de Lemos perante a sociedade paraense, o que pode ter contribuído para sua permanência na Intendência.

Com o aumento da procura pelo Orphelinato, Antônio Lemos propõe transformar o Orfanato Paraense em “Instituto Técnico Profissionalizante”, para trabalhos agrícolas. Dessa forma, as órfãs, além de serem boas mães e esposas amorosas, também aprenderiam um ofício. O novo contexto para colocar em prática o plano de Antônio Lemos seria a vila de Santa Isabel.

### **2.3 De Belém à Vila de Santa Isabel: o projeto ideal**

Com um contexto econômico, político e social favorável, Antônio Lemos decide construir um prédio para o Orfanato no percurso da estrada de Bragança, com a justificativa de proporcionar uma melhor educação para as órfãs. Para este fim, o Intendente continua sua articulação política junto ao Conselho Municipal até conseguir dar início à construção do novo prédio.

Antes é preciso dizer que, no ano de 1895, a Associação Protetora dos Órfãos pretendia “levantar o seu primeiro albergue no lugar denominado ‘pão da paciência’, no popular bairro do Umarizal e centro humilde de classe desfavorecida e pobre”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ 06 de junho de 1895, p. 2). Para este fim, havia um terreno, onde iria ser realizada a construção do albergue, o que pode ser observado na carta assinada por 68 moradores do bairro do Umarizal, enviada para o jornal *A Província do Pará*, do dia 01 de junho de 1895, depois de saberem que a Associação Protetora dos Órfãos pretendia construir um albergue lá.

Na quinta-feira, (...) percorremos todo o âmbito desse pretendido terreno, onde penetramos descalços, como se fosse sagrado, para desbravá-lo dos espinhos e das urzes, abrir carinhosamente as entranhas e, por estas, tecer (bem fundo) os primeiros alicerces, que serão cimentados com o suor dos nossos rostos e o fervor de nossas preces e a robustez inabalável da fé, que Deus bondosamente implantou em nossos corações. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 06 de junho de 1895, p. 2).

Os moradores do bairro estavam se dispondo, por meio da caridade, a ajudar construir no local um albergue para abrigar as órfãs da Associação. No entanto, nessa data o terreno ainda estava por ser negociado, de forma que

a compra do referido terreno, ajustado por vinte contos de reis, depende apenas de fazer-nos o seu digno proprietário esse simples concessão – de receber a metade do preço a vista e a outra em duas prestações dentro do curto prazo de um ano. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 07 de junho de 1895, p. 3).

Entretanto, nas fontes pesquisadas até então não há informações sobre o andamento dessas obras, nem sobre o destino do terreno do Umarizal. Mas podemos inferir que a compra do terreno deu certo, pois *A Província do Pará*, de 22 de julho de 1895 (p. 2), relata que o Conselho administrativo da Associação Protetora dos Órfãos

deliberou por unanimidade de votos, fazer aquisição de um terreno com frente ao nascente do largo denominado D. Pedro I (...), para ser erguido aí o primeiro albergue do Orphelinato Paraense, cujo assentamento da primeira pedra será no dia 15 de agosto próximo, que marca o segundo aniversário da fundação desse estabelecimento, mantido exclusivamente, até agora, pela caridade pública.

E assim, no dia 15 de agosto de 1895, “apesar da chuva torrencial, que caía como lágrimas do céu, manifestadora de verdadeiras alegrias, efetuou-se a colocação da pedra fundamental do primeiro albergue do Orphelinato.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 18 de agosto de 1895, p. 2). Não encontrei, durante a investigação, nenhuma fonte que pudesse me dar indícios do que ocorreu com este terreno. Há um silenciamento sobre esse assunto, o que me leva a considerar que tal projeto foi abandonado.

Outro projeto pensado para o Orphelinato ocorreu em dezembro de 1897, sobre este as páginas de *A Província do Para* de 24 de dezembro de 1897 (p. 1) anunciavam,

amanhã as 8:30 da manhã em ponto, terá lugar, na formosíssima estrada de Bragança, a modesta cerimônia da iniciativa das obras de um galpão *challet*, onde a Associação Protetora dos Órfãos estabelecerá um pequeno asilo de caridade, inteiramente dependente do que já se acha fundado pelo cidadão paraense Lauro Sodré.

Segundo a referida fonte, tal *challet* seria denominado de *Asylido Dona Amélia* em homenagem a esposa de Estevão Costa Gomes, o doador do terreno. Um dos motivos para a mudança seria o elevado aluguel, de 450:000 (contos de reis), que estava sendo pago pela casa em que estava alocado o Orphelinato. Para o diretor da instituição, José Henrique Cordeiro de Castro, de janeiro em diante as órfãs teriam que abrigar-se ali definitivamente, mesmo porque lá gozariam de melhor saúde e de uma das mais aprazíveis localidades de Belém. Essa decisão já contava com o parecer clínico de vários médicos, dentre eles Ó de Almeida, médico que atendia o Orphelinato. A nova instituição abrigaria as órfãs, além de possuir “escolas para todas as crianças pobres”.

E assim, no dia 25 de dezembro houve uma “Esplêndida festa de colocação da primeira pedra do Asilo da Dona Amélia”. A cerimônia contou com a presença de distintos cavalheiros e damas, os quais chegaram até o local no trem que possuía “carro-salão” e que, gratuitamente, estava realizando o transporte dos que participariam do grande evento à estrada de Bragança. Segundo *A Província do Pará*, de 29 de dezembro de 1897 (p. 2), participaram do evento cerca de dez mil pessoas.

Apesar dessas iniciativas de construir um novo prédio para o Orphelinato Paraense, foi somente durante a gestão de Lemos que essa ideia passou a se concretizar. Lemos, em 1902, expressou ao Conselho Municipal sua intenção de construir um prédio próprio para o Orfanato.

Penso que a Municipalidade deve dotar o Orphanato com um edifício próprio, o mais afastado possível da capital e seus subúrbios, em local vasto e disposto a dar às órfãs uma educação apropriada às suas condições, preparando-as para vários gêneros de trabalho, proporcionando-lhes desenvolvimento físico, fortificando-as com os elementos da sã higiene e garantindo-lhes, finalmente, o futuro de modo mais e eficaz e proveitoso. (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1903, p. 253).

Mas porque Lemos decide por um lugar mais afastado? Que lugar ideal seria esse? O intendente descreve no *Relatório Municipal* suas articulações para conseguir o local ideal para a construção do prédio do Orfanato, sempre justificando a escolha por um lugar distante.

No discurso de Lemos pode-se perceber o que Sarges (2002) vem chamar de ‘remédio social’, pois, no seu entendimento, era assim que o intendente via a filantropia. Nesse sentido, seria mais cômodo que as órfãs ficassem abrigadas longe do centro urbano, ou seja, o melhor seria deixar as mazelas sociais afastadas da área urbana da capital, que queria viver a *Belle Époque*.

Nessa filantropia, pode estar implícita os objetivos de controle, ordem e formação das meninas abrigadas nesse Orfanato. O que pode se fundamentar no pensamento de Foucault (2010, p.132), quando o filósofo afirma que “o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações”. Desse modo, o Orfanato seria um mecanismo de controle do estado em relação às meninas desvalidas, visto que este de maneira “dócil” lhes imporia disciplina.

No Orphelinato prezava-se muito pela disciplina. Todos que o visitavam ressaltavam as qualidades pedagógicas de organização, de disciplina e de higiene. Para Antônio Lemos “toda a casa apresentava à sua habitual modéstia, notável asseio, ordem e disciplina que lhe são peculiares.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 05 de maio de 1906, p.1).

O pensamento higienista predominante na época devia dar a preferência para as habitações no campo, já que estas “oferecem imensa vantagem, impossível de gozar nas grandes cidades como; serenidade do ar, aspectos risonhos da paisagem, passeios fáceis, liberdade, etc”, ou seja os orfanatos deviam preferencialmente localizar-se fora das cidades.

Como vemos, a nota hoje dominante na higiene dos internatos é a localização distante dos centros populosos, onde o educando longe dos bulícios da vida ativa do trabalho, encontre um sossego ameno para as meditações em seus livros; onde embora afastado do grande convívio social, tenha, no entanto, os deleites de uma vida livre nos domínios do colégio; onde posto que retirado das diversões da cidade, ache todavia distração nos encantos da natureza. (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, fevereiro de 1893, p. 18).

Assim, contando com os benefícios à saúde de se construir uma casa no campo, Lemos decide por construir um prédio para abrigar as órfãs às margens da estrada de Bragança. Além do mais, segundo o intendente, com um espaço maior seria possível atender a uma maior demanda de órfãs. [...] ficaria bem localizado o Orphanato em ficar situado à margem da estrada de Bragança, com serviço para extensa área de terra, provida de água em abundância e participando ao mesmo tempo de fáceis meios de transporte e de comunicação com a cidade (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1903, p. 253).

Nesse mesmo relatório, Lemos explica,

mantendo a ideia de transferir para um local afastado da cidade o Orphanato Municipal, ampliando-o e modificando-o de maneira a poder abrigar maior numero de meninas do que o atualmente ali recolhido à casa, à custa e sob os auspícios da Municipalidade, – trato de negociar a aquisição de uma propriedade com ampla área de terreno e abundante água potável, situada na zona servida pela ferrovia de Bragança (LEMOS *in* RELATÓRIO MUNICIPAL, 1903, p. 253).

Lemos estava de acordo com a ótica da concepção higienista de educação, e, nesse sentido, Santa Isabel era o lugar ideal para ser construído o prédio do Orfanato, visto que, “quanto maiores os estabelecimentos, mais eles não devem estabelecer-se nos centros populosos da cidade”. Mesmo porque “um internato, encravado em uma rua entre muitas edificações de uma cidade, não somente respira uma atmosfera impura, como torna-se por seu turno, um foco de aumento a essas impurezas. Assim sendo, não será de admirar que se venha a constituir, mais cedo ou mais tarde uma fonte perene de qualquer endemia local (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, fevereiro de 1893, p. 18). Também, uma das principais justificativas era dar uma melhor educação às órfãs. Mas que educação era essa, a qual Lemos se referia? Que menina o Orfanato formaria na visão de Lemos?

Como mencionado anteriormente, Lemos idealizava formar uma mulher para o lar que pudesse ser a esposa e a mãe amorosa, que primasse pelo cultivo da mente e que soubesse viver de acordo com os preceitos da sociedade e da religiosidade. No entanto, a partir da ideia de construir um novo prédio em Santa Isabel para acomodar o Orfanato, surge também um novo projeto educativo na concepção de Lemos, que passa a idealizar uma educação para as Órfãs, que vai além da que era concebida por ele anteriormente.

Diante de um contexto econômico, político e social favorável, ele conseguiu um local para colocar em prática seu desejo de construir um novo prédio para o Orfanato, visto que, no *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1902), estava sendo negociada uma vasta área na zona que circundava a estrada de ferro Belém – Bragança e explica ao Conselho Municipal, que o tenente-coronel Antônio Pontes Tavares, sabendo do seu desejo de construir um orfanato, ofereceu uma grade área de sua propriedade situada na Vila de Santa Isabel, estrada de ferro de Bragança, à Praça Tibiriça de Lemos com a travessa de Aratanha.

O lugar ideal seria a Vila de Santa Isabel, atualmente Santa Isabel do Pará. Esse município fica distante trinta e oito quilômetros de Belém/PA. Esta localidade se interligava à

capital por meio do chamado varadouro dos índios Tupinambá<sup>34</sup>. É importante mencionar, que Lemos possuía uma relação proximal com a referida Vila, pois lá possuía um sítio chamado Moema, no qual costumava repousar, como ocorreu no dia em que “o nosso prezado chefe e amigo senador Antônio Lemos, em via de um pronto reestabelecimento, seguiu ontem para a Moema, onde regressará segunda-feira”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 12 de junho de 1900, p. 2).

Em 1903, iniciou-se a construção do “Orfanato Municipal Antônio Lemos”, nesse período já estava sendo construída a estrada de ferro Belém – Bragança. Tal estrada ligaria o Norte do Pará ao Nordeste do estado, seguindo até o Maranhão, trajeto esse que passava pela Vila de Santa Isabel.

Para ter maior autonomia em relação ao Orfanato, o referido Intendente publicou a Lei nº 370 de 28 de Dezembro de 1903. De acordo com essa lei, o Orphelinato passa a denominar-se “Orphanato Municipal de Belém”. Além disso, tal lei autoriza o intendente a reorganizar o espaço do Orfanato e a dar novos moldes à educação das órfãs.

Nesse sentido, Lemos propõe um novo formato para o Orfanato, o de transformá-lo em um “Instituto Técnico e Profissional” para trabalhos agrícolas. Tal afirmação pode ser constada abaixo no trecho do relatório referente a 1903.

[...] me parecia conveniente dar ao espírito e fins do antigo Orphelinato, propondo a sua transformação num instituto técnico profissional, para trabalhos agrícolas compatíveis com as aptidões e força das asiladas sem prejuízo do razoável cultivo de sua inteligência e do ensino dos mestéres domésticos (RELATÓRIO MUNICIPAL, 1904, p. 255).

Nesse excerto estão algumas transformações que ocorreram na concepção de Lemos, no que tange à educação para as educandas do Orfanato, pois essas, além de serem boas mães e esposas amorosas, também aprenderiam um ofício. Mas de onde surgiu essa ideia de Lemos? Onde se fundamentava esse seu pensamento?

A fundamentação do pensamento de Lemos surgiu no Relatório de 1906, quando este mencionou o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo diretor geral de agricultura na Bélgica, Sr. Proost, em relação às escolas, principalmente, o ensino agrícola feminino praticado naquele país.

---

<sup>34</sup> Grupo indígena que habitava no Pará dizimado com a chegada dos colonizadores, por meio de confrontos, ao serem forçados ao trabalho escravo, e por doenças que eram comuns aos colonizadores. Tal grupo faz parte da formação étnica do estado do Pará (PINTO, 2004).

O Intendente descreve que o governo Belga organizou o curso de economia doméstica, em 15 lições, para o uso das mulheres, e autorizou que os locais agrícolas pudessem permitir mulheres em suas dependências. Fala ainda, do crescimento da indústria de laticínios naquele país e do pleno êxito dessas escolas, dizendo que deveria servir de modelo para os demais países.

Assim, o intendente almeja implantar no Orfanato os princípios dessa educação presente na Bélgica, pois dizia estar de acordo com a participação da mulher no trabalho do campo. Dessa forma, a órfã que não conseguisse casar não ficaria no ócio, visto que saberia um ofício.

Portanto, a educação para as órfãs, que Lemos passa a conceber, apresenta características que vão além da educação que se idealiza para as mulheres no Brasil naquele período. Entretanto, para ele essas novas características não causariam prejuízo ao cultivo da inteligência e ao ensino das prendas do lar, ou seja, a mulher não deixaria de ser uma mãe amorosa preparada para assumir o lar, visto que, afirmava que as órfãs aprenderiam a mexer com a terra, sem interferir nas prendas domésticas.

As obras do novo Orfanato na Vila de Santa Izabel foram iniciadas no ano de 1903 cujo projeto ficou ao encargo dos engenheiros Joaquim Lalor e Palma Muniz, que apresentaram a planta do futuro Orfanato, a qual pode ser observada nas fotografias abaixo.



**Figura 12:** Planta da fachada do prédio do Orphelinato, que estava sendo construído na Vila de Santa Izabel.



**Figura 13:** Planta da lateral direita do prédio do Orphelinato, que estava sendo construído na Vila de Santa Izabel.

*A Província do Pará*, de 16 de março de 1906 (p. 1), descreve que,

com o intuito de melhorar o Orfanato Municipal, quer na parte administrativa, quer na econômica, assim como prestar merecido preito a quem impediu o seu desaparecimento, foi apresentado ontem na seção do conselho municipal o seguinte projeto: Art. 1º - Fica o Intendente autorizado a reformar o Orfanato Municipal de Belém, no sentido de ampliar a instrução profissional nele ministrada, aumentar o pessoal dirigente e subalterno, de acordo com a nova organização; Art. 2º - O Intendente organizará e expedirá o regulamento necessário à execução desta resolução, devendo esse regulamento entrar em vigor logo que for transferido o estabelecimento para o seu novo edifício da Vila de Santa Izabel; Art. 3º - O estabelecimento – Orfanato Municipal – a que se refere a presente lei passará desde já a denominar-se Orfanato Antônio Lemos.

De acordo com os indícios apontados nos *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* (1910), até o ano de 1910, as órfãs não haviam sido transferidas para o novo prédio, que estava com o seu primeiro pavilhão por ser terminado. *A Província do Pará* (1910) publica as visitas que Lemos fazia ao Orfanato Antônio Lemos em Belém, bem como às obras do prédio que estava sendo construído em Santa Izabel. A demora na conclusão do prédio decorre da falta de recursos que estava se instalando em Belém, devido à queda na exportação da borracha.

Ao mesmo tempo em que se instalava uma decadência econômica em Belém, que levou grandes empresas à falência, Lemos foi deposto do cargo por seus opositores políticos e expulso de Belém, tendo sua casa e o prédio de seu jornal *A Província do Pará* incendiados.

As educandas continuavam em Belém morando no prédio alugado pela intendência, até o ano de 1930, segundo Nestor (1986), quando o educandário, como também era conhecido o Orfanato, passou para o prédio da Vila de Santa Izabel. Nesse ano, ocorreu a revolução de 1930 e o Orfanato passou para o âmbito estadual, quando teve sua construção finalizada pelo governador Magalhães Barata<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Joaquim de Magalhães Cardoso Barata foi nomeado por Getúlio Vargas como Interventor do Pará no ano de 1930 a 1935, bem como no ano de 1940 para ocupar o cargo pela segunda vez no Estado. (COSTA, 2011, p. 3).

### 3 O ENSINO PRIMÁRIO EM BELÉM E A EDUCAÇÃO DAS FILHAS DO ORPHELINATO PARAENSE

Em Belém, no período de criação do Orphelinato Paraense havia todo um contexto educativo, no entanto, nessa seção trago características apenas do ensino primário que havia, no período de 1893 a 1910, visto que uma das finalidades do Orphelinato era educar meninas órfãs ensinando-lhes as primeiras letras. Dessa forma, não é possível fazer a análise da educação de meninas nessa instituição sem perceber como se dava o Ensino Primário em Belém.

Início assim, pelo jornal *A Província do Pará*, do dia 10 de maio de 1893, que anunciava que haveria “a criação de um Orphelinato Paraense, onde encontre agasalho tantas crianças, que entre nós, fenecem a minguia da proteção ou pervertem-se por carência de educação e ensino”. No trecho do referido jornal pude perceber a preocupação com a educação e o ensino das órfãs que seriam abrigadas pelo Orphelinato.

Além disso, ao fazer as análises dos documentos elencados para essa pesquisa, verifiquei que a educação proposta para as mulheres era uma educação voltada para o lar, porém não era qualquer educação, visto que essa mulher tinha que aprender, também, a ler e a escrever, aprender música e ainda teria instrução literária. Ora, mas que ensinamentos musicais eram esses? Que tipo de música? Que literaturas eram essas? Como organizava-se o ensino primário em Belém no ano de 1893? E no Orphanato como eram educadas as órfãs? Que literaturas eram utilizadas pelas órfãs? A partir desses questionamentos, disserto sobre algumas características do ensino primário que havia em Belém no período de criação do Orphelinato, bem como sobre algumas características da cultura escolar que havia no Orphelinato.

Ao falar de cultura escolar fundamento-me em Dominique Julia (2001, p. 10), ao afirmar que é “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”, o que pode ser pensado de forma mais ampla ultrapassando o contexto escolar como “modos de pensar e de agir largamente difundidos em nossa sociedade”. E em Antonio Viñao (2006, p. 37), que ao analisar os conceitos e usos de cultura escolar pressupõe que é constituída por um

conjunto de teorias, ideias, princípios, normas pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e

comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogos.

Na perspectiva de Julia (2001), por muito tempo analisou-se a cultura escolar como um bloco separado do mundo exterior à escola. Seguindo essa linha de pensamento, não podemos pensar a cultura escolar como dona de um poder ideológico, que influencia a sociedade, sem receber um retorno, assim como, não podemos pensar os acontecimentos recorrentes na sociedade como uma via de mão única adentrando a cultura escolar. Percebo aí uma relação de troca, uma via dupla, em que a cultura escolar está em constante diálogo com o que há além da escola. Nesse sentido, a cultura escolar exerce forte influência nas decisões e nos demais âmbitos sociais, que por sua vez influenciam a cultura escolar podendo vir a constituí-la.

Compreender a cultura escolar de um período é buscar compreender o que ocorria nesses espaços. Julia referencia Jean Hérbrad (1988), quando faz uma metáfora aeronáutica sobre a “caixa preta” para tentar compreender através das práticas de ensino, dos objetivos e da constituição das disciplinas, o que ocorria no espaço escolar. Utilizando tal metáfora posso dizer que pesquisar documentos para compreender o contexto educativo de uma época e a história de uma instituição educativa que estava imersa nesse contexto, é como estar diante de várias “caixas preta”, compostas por informações e indícios, que se complementam e ao mesmo tempo, se contradizem, que aos poucos vão se reconstituindo por meio do olhar do pesquisador, a fim de compreendê-la.

De acordo Julia (2001), podemos pensar que o que é evidente em um dado momento não tem necessidade de ser dito ou escrito e, com as produções escolares não é diferente, sabemos que são raras as instituições educativas que possuem arquivos, mais raro ainda é o fato de tais instituições guardarem cadernos e exercícios de seus alunos. Isso sem falar que quando o fazem primam por guardar os mais bem organizados, caprichados, feitos com esmero, de forma que os cadernos de alunos que não tiveram sucesso escolar dificilmente foram guardados.

Por outro lado, os arquivos escolares muitas vezes não são valorizados, visto que ainda há a concepção de arquivo “morto” arraigada no imaginário de muitas pessoas que tratam esses arquivos, o que leva os documentos a serem depositados em salas desativadas, úmidas, com pouca ventilação, locais propícios à proliferação de fungos, causando a morte dos acervos. No entanto, compreendo que tais arquivos são arquivos “vivos”, que guardam a memória da própria instituição e dos sujeitos que por ali passaram, sem falar que estes documentos trazem indícios do local, do contexto, da época em que foi produzido.

Compartilho da ideia de Mogarro (2006), quando esta diz que os arquivos escolares são fundamentais na construção de memória escolar, da identidade histórica de uma escola e contribui de forma significativa para a pesquisa em História da Educação, visto que a desvalorização do arquivo escolar acaba, de certa forma, limitando, ou melhor dizendo, dificultando o acesso a fontes documentais não formais, ou não oficiais. Dessa forma, nos resta reconstituir a história da educação, a cultura escolar de uma instituição em determinada época, por meio de documentos ditos “oficiais”, tais como revistas pedagógicas, programas oficiais, regulamentações, relatórios governamentais e jornais, principalmente de épocas em que não há mais testemunhas narradoras dos fatos.

Nesse sentido, para trazer características do contexto educacional do ensino primário que havia em Belém, no período de criação do Orfelinato, recorri à *Revista de Educação e Ensino* dos anos de 1892 e 1893, ao jornal *A província do Pará* do anos de 1893 a 1910 e aos *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* de 1900 a 1910.

Na opinião de Schueler e Magaldi (2008), “a escola primária brasileira não foi uma invenção republicana, muito menos uma novidade de fim do século”. Para as autoras, o período republicano tentou apagar o significado do império, tentando sobrepor um sistema ao outro, ou até fundi-los. No entanto, alguns estudiosos entendem esse período como se fossem marcos zerados, momento em que tudo estivesse começando. Tal compreensão leva a pensar o período republicano como se fosse o marco zero da educação, como se tudo tivesse iniciado lá.

Conforme Faria Filho e Vidal (2005), no Império houve um notável desenvolvimento do serviço de instrução e de escolas diversas, como públicas, particulares, domésticas, criadas conforme as particularidades de cada província. Além disso, houve a criação de várias leis que regulamentavam a instrução primária e secundária a partir do Ato adicional de 1834.

Na opinião de Schueler e Magaldi (2008, p. 40), nesse período, ocorreu um processo de descentralização na gestão da instrução pública, dando certa autonomia às províncias, levando cada uma a criar singularidades e distinções nos sistemas de ensino primário e secundário. Nesse sentido, a Constituição de 1891 não trouxe grandes mudanças, visto que o princípio federativo dizia que “cabia aos estados e municípios a tarefa de criar e desenvolver o ensino primário e secundário e à União cabia a responsabilidade pelo ensino superior”.

No Pará, o início do período republicano teve como governo provisório Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes, sendo em seguida assumido pelo governador Lauro Sodré, eleito em 1891, cujo governo tinha o intuito de colocar em prática o projeto republicano. Com esse

propósito realizou várias mudanças no estado, muitas delas com intuito de apagar a memória deixada pelo império. Moura (2008, p. 14) nos diz que ocorreu “a preocupação imediata com as mudanças dos nomes de algumas ruas, praças, escolas e prédios públicos, para nomenclaturas que homenageassem acontecimentos ou sujeitos que prestigiassem o novo regime, deixando para trás as lembranças da Monarquia.” Ocorreram, ainda, reformas em órgãos e no sistema educacional.

Ao pensar em reforma não podemos pensar em uma total ruptura do sistema educativo imperial em prol de um novo sistema republicano, mas podemos pensar em um campo de disputas no qual os sistemas tentam se sobrepor um ao outro, na tentativa de apagar a memória daquele que lhe antecedeu e construir uma nova marca.

Sobre esse campo de disputas cito Bourdieu (2011, p. 1), quando afirma que

as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas em uma luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e impõe o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressões arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social.

Essas disputas também ocorrem com a proposta de reforma na Instrução Pública do Estado do Pará, em relação ao ensino primário, em 1893, mesmo ano em que o Orphelinato foi fundado. As mudanças seriam principalmente nos conteúdos a serem ministrados. De acordo com a *Revista de Ensino e Educação*, de fevereiro de 1893, estava em tramitação no Congresso do Estado o projeto de número 177, que tinha por fim autorizar o governador a reformar o ensino primário. Tal projeto foi aprovado no dia 25 de fevereiro do recorrente ano.

De acordo com o art. 1º podemos observar, no trecho a seguir quem, comandava as ações das reformas:

Fica o poder Executivo autorizado a mandar reformar o Regulamento da Instrução Pública do Estado, na parte relativa ao ensino primário, por uma comissão composta de seis professores públicos do ensino primário da capital, a escolha do Governador, sob a presidência do diretor de Instrução

Pública (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, fevereiro de 1983, p. 32).

Nesse excerto podemos perceber que o governador tinha grande poder de decisão sob a regulamentação do ensino primário, visto que era ele quem decidia quais professores participariam da reformulação do ensino primário. Em relação à criação das escolas, o regulamento vigente determinava que só deveriam ser criadas escolas elementares nos lugares onde pudessem reunir vinte e cinco crianças em idade escolar.

Segundo a *Revista de Educação e Ensino*, de dezembro de 1891 (p.171), as escolas primárias classificavam-se em escolas de 1ª, 2ª e 3ª entrância. As escolas de primeira entrância eram as que estavam localizadas em vilas e freguesias, já as de segunda entrância encontravam-se localizadas em cidades e as de terceira entrância referiam-se as localizadas na capital, ou seja, em Belém.

De acordo com o regulamento, para ser professor público da Escola Primária era preciso ser titulado pela Escola Normal do Estado, ter moralidade e bom comportamento, comprovados diante de folha corrida ou outros documentos, não sofrer de doença contagiosa, repulsiva, ou que impeça o exercício do magistério, como a cegueira e a surdez. Além disso, para o exercício do magistério o homem necessitava ter idade mínima de 21 anos e a mulher de 18 anos.

Os livros para serem utilizados pelos professores nas classes escolares deveriam, a partir de então, passar por uma seleção e autorização. Podemos compreender tal medida com uma tentativa de controlar e uniformizar o conteúdo a ser ministrado, de forma que era dada grande importância à escolha desse recurso didático, visto que era realizada de forma minuciosa. Essas informações levaram-me a querer saber: que livros didáticos eram utilizados no ensino primário? Como eram selecionados? Sobre esses questionamentos tratarei na subseção a seguir.

### **3.1 Os livros utilizados no ensino primário**

No ano de 1893, o livro escolar a ser adotado nas classes de ensino começaram a passar por uma seleção minuciosa. Nesse período, o professor era visto como elemento

principal e vital no sistema escolar paraense, porém, o livro também tinha seu lugar e importância em sala de aula, e mais importante que este, somente o professor. A *Revista de Ensino e Educação*, de dezembro de 1893, (p. 47), informa que “o melhor livro é o bom mestre, mas também fora de dúvida que aquele é o melhor auxiliar deste.”<sup>36</sup>

Na *Revista de Educação e Ensino*, de Março de 1893 (p. 2), saiu o parecer com os livros selecionados para serem utilizados no ensino primário. Os livros foram examinados e aprovados pelo Conselho Superior da Instrução Pública, que tinha como diretor geral interino Hildebrando Barjona de Miranda. Durante a seleção foi analisado não só seu valor didático e a sua utilidade para o ensino, mas também o seu ponto de vista legal, visto que era necessário que houvesse o controle do que era ensinado nas escolas públicas, de forma que o livro didático tinha que ser avaliado.

A própria fala do Governado da época Lauro Sodré, demonstra que o sistema republicano que acabara de ser implantado necessitava controlar as esferas educacionais, o que pode ser observado a seguir:

Nas nações regidas pelo sistema publico republicano, que dá ao povo o direito de governar-se, é de necessidade primordial inculcar nos espíritos as grandes verdades das ciências, os sagrados princípios da moral, sob cujo benéfico influxo podem formar-se sólidos caracteres cidadãos capazes de compreender e defender os direitos inamissíveis que a Constituição e as leis lhe asseguram (A PROVINCIA DO PARÁ, 10 de maio de 1893, p 2).

Ainda de acordo com o parecer do Conselho, mesmo ocorrendo a escolha de livros e a exclusão de outros, o *Regulamento do Ensino Público*, de 13 de junho de 1891, art. 194, determinava que o professor era livre para escolher o livro que lhe parecesse melhor. Nesse sentido, tornava-se facultativa a utilização do livro escolar aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública.

Por outro lado, o Conselho afirmava que o professor era livre para escolher o livro entre os já selecionados pelo conselho, ou dentre os que já estavam sendo adotados em outras escolas, até que se fizesse a aquisição de outro de acordo com a escola, sem prejuízos ao ensino.

---

<sup>36</sup> Esse trecho retirado da Revista de Educação e Ensino faz parte da ata da sessão do Conselho Superior da Instrução Pública, realizada em 25 de fevereiro de 1893, publicada parcialmente pela revista. Tal ata foi redigida pelo secretário geral Manoel Antônio Ferreira de Moraes.

Aos professores dava-se o direito de escolher o livro, porém, este necessitava ser aprovado pelo conselho, ou seja, essa era uma das formas de controlar a educação que deveria ser ensinada nas escolas públicas primárias. Logo, saiu a resolução que dava ao Conselho o total poder de decidir sobre o livro a ser adotado pelo professor em sala, e, mesmo que este não concordasse com a escolha do livro, teria que ser adotado.

Em 1893, o então ex-diretor geral da Instrução Pública do Estado do Pará, José Veríssimo<sup>37</sup>, também expunha os motivos pelos quais havia essa seleção de livros. Para ele, havia uma desordem na escola, visto que cada menino tinha um livro diferente, tornando-se quase impossível o ensino coletivo. Conceder mais de um livro para a mesma disciplina já seria dificultoso, causando confusão no espírito dos alunos e dificuldades ao professor. Dessa forma, Veríssimo justificava a importância da adoção dos livros selecionados pelo conselho nas escolas.

Assim, dentre os livros utilizados no ensino primário estavam: “As gramáticas” de João Ribeiro, o qual abolia as classificações antigas; de “Aritmética” eram os de Jardim, Lacerda e Trajano, que tinham clara exposição, impressão nítida, ilustrações intercaladas no texto, dentre outras qualidades; “A geografia primária” de Dr. Novaes, que trazia as nomenclaturas de acidentes físicos, os países sob o ponto de vista econômico, enfatizando a América. Para leitura expressiva foi escolhido o livro do Dr. Freitas, o qual possuía lições que versavam sobre assuntos brasileiros, principalmente, paraense. Para a leitura amena e exemplo de educação doméstica, o livro indicado era o de *Amicis*, intitulado “Coração<sup>38</sup>”, utilizado na disciplina Cultura moral, a qual tratava do ensino sobre o lar.

Sobre este último *A Província do Pará* de 27 de junho de 1895 (p. 27), na matéria denominada Orphelinato Paraense, afirma:

não há talvez, entre nós, quem não conheça o encantador livro de Edmundo de Amicis – coração, do qual uma das glórias brasileiras – José Veríssimo, prefaciando-o diz: O coração é realmente um livro singelo, verdadeiro, sóbrio e eloquente, porque sem artifício de nenhuma sorte, fala ao sentimento e toca o órgão que lhe deu o título e que segundo a ingênua

---

<sup>37</sup> José Veríssimo Dias de Mattos criou o colégio americano (1884-1890), do qual foi diretor e professor. Em 1890, assumiu a Diretoria da Instrução Pública, tendo permanecido no cargo até 1891. Nesse mesmo ano, deixou a sua terra natal para residir no Rio de Janeiro, tendo lá permanecido até a sua morte. Esse pensador possui uma vasta literatura sobre a região Amazônica, a literatura brasileira, a educação, dentre outros temas. (FRANÇA, 2004, p. 21).

<sup>38</sup> Na primeira edição brasileira, a obra foi apresentada como um notável livro de educação moral e cívica - obra-prima dos livros de leitura. Esta obra influenciou nossos autores de literatura infanto-juvenil e ainda é recomendada como livro de leitura para crianças/meninos de 9 a 13 anos - evangelho de muitas gerações, presenteado como prêmio aos alunos destacados na Escola. (BASTOS, 2008, p. 2).

filosofia popular, que é a de nós todos, é a sede de todas as nossas emoções morais.

Pressuponho assim, que este livro além de ser utilizado nas escolas elementares da época, também era utilizado na educação das órfãs. Ainda segundo a referida fonte, o próprio Amicis no prefácio afirma que “este é particularmente dedicado a infância das escolas elementares, às crianças entre nove e treze anos.”

Bastos (2004, p. 3) entende *Coração* (1886) como um romance de formação ou aprendizagem,

pois procura educar e moldar seus leitores, na perspectiva de *ensinabilidade da moral ou das virtudes*, como apresenta uma dimensão biográfica, na forma narrativa *confessional*, em que são relatadas as vivências e sofrimentos, as circunstâncias de vida e as experiências-chave da vida do autor narrador isto é, a representação de mundo dada pelo autor. É um *livro de leitura* com função moralizadora e intenção educativa, cívica, patriótica e social.

Segundo a referida autora, essa obra apresentava certa representatividade em relação aos ideais do projeto pedagógico republicano, que buscava formar o novo homem para o regime que estava se instalando.

Apesar de ter sido muito utilizado, *O coração* não foi o primeiro livro a ser utilizado na Escola Primária em Belém. A *Revista de Ensino e Educação*, de março de 1893 (p. 45), informa que o primeiro a ser utilizado na escola foi organizado pelo professor paraense Augusto Ramos Pinheiro, o livro “Por excelência do menino na escola”, o qual era um verdadeiro mimo da infância.

Pinheiro, no ano de 1897, doou para o Orphelinato 20 volumes do seu segundo livro de leitura, o mesmo que estava sendo utilizados nas escolas do estado.

Tendo chegado já a 1ª edição do segundo livro de leitura que organizei para uso das escolas do Estado, tomo a liberdade de enviar-lhe vinte volumes para que se digne a distribuir às filhas do Orphelinato Paraense, como fez por ocasião da idêntica remessa do meu primeiro livro. (PINHEIRO in A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19 de janeiro de 1897, p. 2).

Ao fazer uma comparação entre os conteúdos a serem ministrados e os livros selecionados para o ensino primário das escolas elementares, é possível conjecturar que os livros estavam de acordo com o programa de disciplinas do ensino primário, os quais

descreverei a seguir. Esses livros e essas disciplinas são características da cultura escolar que se tinha em Belém nesse período.

Para Viñao (2006), as disciplinas, matérias ou assinaturas constituem-se como criações genuínas da cultura escolar possuindo um poder criativo e sua própria história, não sendo abstratas nem estáticas. Elas nascem, transformam-se, desaparecem, mudam suas denominações, hierarquizam-se, unem-se. Nesse sentido, podem ser consideradas organismos vivos que compõem a cultura escolar.

As disciplinas e conteúdos escolares pensados dessa forma podem nos remeter a características das práticas educativas que ocorriam no ano 1893, durante a criação do Orphelinato. Dessa forma, traço a seguir um quadro com as disciplinas e os conteúdos que existiam no ensino primário das escolas elementares em Belém no referido ano.

Quadro I – Ensino Primário: disciplinas e conteúdos

| <b>1º ANO</b>      |   |
|--------------------|---|
| <b>Disciplinas</b> | <b>Conteúdos</b>  |
| Lição de cousas    | Ensino concreto das formas, cores, números, dimensões, tempo, som, qualidade dos objetos, medidas, seu uso e aplicação.   |
| Leitura e escrita  | Primeiros exercícios no livro e no quadro preto ou em mapas murais para o ensino de leitura. Leitura sem soletração. Escrita progressiva: bastardinho, cursivo e bastardo.  |
| Cálculo            | Contagem de 1 a 1000. Representação gráfica dos números. A contagem será feita sobre o contador mecânico, esperas, riscos no quadro preto, etc. Primeiros exercícios de adição e subtração feitos sempre concretamente. |
| Língua materna     | Formação prática da linguagem. Pequenas frases com as palavras já explicadas e conhecidas das lições de leitura. Reprodução dessas frases no quadro preto e no papel.   |
| Cultura moral      | Apreciação sobre o assunto das lições de leitura e dos fatos da vida escolar.   |

Fonte de dados: Revista de Educação e Ensino, Abril, 1983, p.61.

| <b>2º ANO</b>      |   |
|--------------------|---|
| <b>Disciplinas</b> | <b>Conteúdos</b>  |
| Lições de cousas   | Os três reinos da natureza, sua distinção. Usos gerais que o homem faz de diversos elementos que compõe cada um dos três reinos da natureza.  |
| Leitura e escrita  | Continuação de exercício de leitura. Leitura corrente com explicação do sentido da frases do período. Ditado no quadro preto ou no papel de trechos de lições e leituras já explicadas. Ditado dos trechos não lidos. |
| Língua materna     | Lexiologia (fonologia, taximonia e morfologia). Análises lexicologica.  |
| Cálculo            | Formação dos números de quatro a sete algarismos. Multiplicação e divisão. Problema sobre as quatro operações com aplicação aos fatos da vida comum. Frações ordinárias e decimais.                                   |
| Geografia pátria   | Estado do Pará  |
| Geometria prática  | Representação gráfica das linhas, ângulos e triângulos. Círculos e seus elementos.  |
| História Pátria    | Descoberta do Brasil. Povos que o habitavam nessa época. Primeiras explicações. Fundação das capitanias. Os três primeiros governadores gerais.   |
| Cultura cívica     | Leitura e explicação da constituição estadual   |
| Cultura moral      | Apreciação sobre fatos da vida escolar, da vida comum e da história pátria.   |

Fonte : Revista de Educação e Ensino, Abril, 1983, p.61.

| <b>3º ANO</b>      |   |
|--------------------|---|
| <b>Disciplinas</b> | <b>Conteúdos</b>  |
| Lições de cousas   | Matérias primas e indústrias. Cultura do solo: café, cacau, milho, arroz, tabaco, feijão, mandioca. |
| Leitura e escrita  | Continuação do programa anterior  |
| Língua materna     | Revisão do programa dos anos anteriores. Sintaxe. Análise lógica pelo sistema de relações.          |
| Cálculo            | Revisão do programa antecedente. Sistema métrico decimal  |

|                   |   |
|-------------------|---|
|                   | (metro, aro, litro e grama). Problemas da vida prática sobre o mesmo sistema. Conversão das antigas medidas nas modernas e vice-versa. Proposições. Regra de três e de juros simples. |
| Geografia         | Geografia física, política e econômica do Brasil e da América. Noções gerais sobre as outras partes do mundo. Terra sua forma e seus principais movimentos.                           |
| Geometria prática | Polígonos. Medição das áreas dos triângulos e dos quadriláteros.  |
| História Pátria   | Fatos principais da guerra Holandesa. Conspiração do Tiradentes. Independência do Brasil. Fatos principais da guerra do Paraguai. Proclamação da República.                           |
| Cultura cívica    | Leitura comentada da constituição do Estado.  |
| Cultura moral     | Revisão do programa do ano anterior, deduzindo consequências morais, afim de inspirar nos meninos ideias de virtudes, de amor à pátria e à família.                                   |

Fonte : Revista de Educação e Ensino, Abril, 1983, p.61.

Por meio desse quadro é possível perceber como se estruturava o ensino primário em relação à organização dos conhecimentos e dos níveis de ensino. Segundo França (2004, p. 76), José Veríssimo

criticava veementemente a instrução ministrada pelas escolas brasileiras, visto que dizia que vinham desenvolvendo suas ações desvinculadas da pátria. Considerava então, que o sistema existente não se constituía em um meio de educação cívica e nacional, não podendo assim ser chamado de educação nacional.

Nesse sentido, era necessário uma reforma na educação de forma que esta voltasse sua atenção para as questões brasileiras. De acordo com a referida autora, as críticas de Veríssimo eram, também, em relação aos livros utilizados pelas escolas brasileiras e aos conteúdos escolares ministrados, principalmente, dos relacionados à História e à Geografia, visto que os via como alheios a realidade nacional. E mesmo que alguns raros conteúdos, ou disciplina incluísse o Brasil, esses ensinamentos não ocorriam na prática, já que muitas das literaturas adotadas pelo sistema educacional eram estrangeiras, bem como os conteúdos

tratavam de assuntos de outros países, alheios a pátria brasileira. Assim, também podemos pensar os conteúdos e as disciplinas do ensino primário no Pará.

Para França (2004, p.77), Veríssimo

julgava que, numa República, o conhecimento da pátria, assim como o de suas instituições, eram indispensáveis para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da sociedade, devendo a educação cívica ser a generalização de todo o saber ensinado nas escolas, a fim de que pudesse cumprir o seu papel, que era, com a cultura moral e intelectual, servir à nacionalidade. (FRANÇA, 2004, p. 77).

Em relação à organização escolar, havia nesse período um novo modelo que vinha sendo difundido no Brasil, que eram os Grupos. Para Souza (2004), no ano de 1893 já existiam Grupos Escolares formados no estado de São Paulo. Esse modelo de organização escolar reuniria várias escolas isoladas, de acordo com sua proximidade, formando grupos escolares. Ainda de acordo com essa autora, esse projeto de educação instalou-se no Rio de Janeiro em 1897, no Pará em 1899, no Paraná em 1903, em Minas Gerais em 1906, no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo em 1908, no Mato Grosso em 1910, em Santa Catarina e em Sergipe em 1911, na Paraíba em 1916, no Piauí em 1920, etc.

A instalação dos grupos escolares no Brasil não ocorreu de forma homogênea e padronizada, visto que cada local possuía suas especificidades sociais, culturais, políticos, econômicas e educacionais. De acordo com Saviani (2004), os modelos de Grupos Escolares eram típicos de áreas urbanizadas, já que no meio rural predominavam as escolas isoladas.

Na compreensão de Costa e Correa (2010, p. 9), os Grupos Escolares foram criados com o intuito de substituir as Escolas Isoladas que funcionavam nas casas dos professores, as quais passariam a funcionar em dependências mantidas pelo Estado.

Maricilde Coelho (2008, p. 82), em sua tese intitulada “A escola primária no Pará (1920 – 1940)”, pressupõe que “a implantação dos grupos escolares no Brasil materializou um espaço para a ordem, a moral e a formação cultural idealizada pelos republicanos”, visto que, havia um modelo de aparelhamento administrativo e pedagógico baseado na graduação escolar, no estabelecimento de programas educacionais e jornadas de aulas, nos critérios de racionalidade, uniformidade e padronização do ensino. A implantação desse sistema de

organização levou as escolas que até então eram chamadas de escolas reunidas,<sup>39</sup> e as escolas isoladas<sup>40</sup> a serem gradativamente substituídas.

Ainda conforme esta autora, o primeiro grupo escolar a ser instalado em Belém, no Pará, foi o Grupo Escolar José Veríssimo, no ano 1900, constituindo-se um das primeiras obras escolares assumida pelo poder público. O segundo grupo da capital foi o Grupo Escolar Nazaré, que em seguida passou a ser chamado de Barão do Rio Branco.

*A Província do Pará*, de 08 de setembro de 1898 (p. 2), relatou que “as sete horas da manhã, ontem, realizou-se a cerimônia de colocação da pedra fundamental, onde seria instalado o grupo escolar Justo Chermont, em terreno que fica atrás do palacete municipal.” Após a cerimônia, na mesma data, “estava a disposição das pessoas que quisessem ir assistir a colocação da primeira pedra fundamental do edifício destinado ao Grupo Escolar José Veríssimo, em Batista campos três Bondes da terceira linha”.

Paes de Carvalho afirmou que “não foi por mera coincidência que escolheu os nomes de Justo Chermont e José Veríssimo para denominação dos dois edifícios destinados aos grupos escolares: como aquele, que deu largo passo na reforma da instrução pública, este tem dedicado toda a sua vida à instrução, sendo uma homenagem merecida e justa.” (CARVALHO *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 08 de setembro de 1898, p. 2). Eram os primeiros grupos escolares previstos para serem construídos em Belém, já que a pedra fundamental, que simbolizava o início da construção, acabara de ser colocada.

Nesse período, já havia outras instituições educativas em Belém, dentre as quais estava o Colégio do Amparo, que destaco aqui porque tratava da educação de meninas. Segundo Socorro França e Samara França (2011, p. 3),

era inicialmente denominado de Recolhimento das Educandas, foi criado em 1804 pelo Bispo do Pará, Manoel de Almeida Carvalho, na cidade de Belém para abrigar meninas índias. Esse estabelecimento foi instalado no dia 10 de junho do mesmo ano em uma casa de aluguel pertencente ao Seminário Episcopal, à Rua do Açogue.

Informam, ainda, que na Primeira República, mais precisamente em 1897, o Colégio recebeu o nome de Gentil Bittencourt. Em 1906, no Governo Augusto Montenegro, instalou-

---

<sup>39</sup> Escolas reunidas funcionavam em um mesmo prédio, porém, com estrutura diferenciada para cada uma (COELHO, 2008, p. 75).

<sup>40</sup> Escolas isoladas eram unidades que possuíam um único professor ministrando instrução para crianças de várias idades e com avanços distintos nos conteúdos. Em geral, o espaço era alugado pelo professor ou em sua própria casa (COELHO, 2008, p. 75).

se definitivamente na Av. Magalhães Barata, nº 137, Bairro de Nazaré, em um suntuoso edifício, construído em um terreno de 20.393 m<sup>2</sup>.

Além dessas instituições haviam escolas elementares em grande parte dos municípios paraenses como Benevides, Mosqueiro, Cotijuba, Tauá, Castanhal, Vizeu, Salvaterra, Barcarena, Óbidos, Portel, São Caetano de Odivelas, Santarém Novo, chamadas escolas de primeira e segunda entrância.

Nesse contexto educacional estava inserido o Orphelinato Paraense com o objetivo de ampara e educar meninas órfãs. Vale ressaltar que em 1906, Lemos realizou a estatística do Ensino Primário, na capital Belém. Constatou que havia “nas escolas do governo estadual - 4.063 matriculados; nas escolas Municipais (inclusive o Orfanato Antonio Lemos) – 742; Instituto Lauro Sodré e Gentil Bittencourt – 500; escolas Particulares -3.564; Total – 8.869.” Lemos dizia orgulhar-se do Estado do Pará por ser um dos estados da União mais adiantado em relação à difusão do Ensino Primário. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09 de setembro de 1906, p. 1).

Destaco, ainda que segundo esse excerto, o Orfanato era considerado também um estabelecimento de ensino primário. Mas o que era ensinado às órfãs?

Para compreender a educação que se dava às meninas do Orphelinato, faz-se necessário compreender primeiro quem eram as Filhas de Sant’Ana, visto que eram elas quem dirigiam o Orphelinato, convivendo a maior parte do tempo com as órfãs educando-as. Como as Filhas de Sant’Ana administravam internamente o Orfanato? E qual a relação do Estado com a Igreja católica nesse período?

### **3.2 As Filhas de Sant’Ana e a educação das meninas do Orphelinato Paraense**

Início pela edição comemorativa da *Revista Jubileu*, que traz o título “*Papiro da memória: 125 anos de presenças das Filhas de Sant’Ana no Brasil (1884 – 2009)*”. A “Ordem das Filhas de Sant’Ana” foi fundada na Itália pela Madre Rosa Gattorno.

Segundo essa revista, foi em outubro de 1884 que chegaram as seis primeiras irmãs Filhas de Sant’Ana no Pará, com o objetivo de cuidar dos enfermos do Hospital do Bom Jesus dos Pobres, que mais tarde tornou-se Santa Casa de Misericórdia do Pará. Liderado pela superiora Ir. Ana Victória Archetti, a vinda dessas primeiras religiosas se concretizou

depois que o bispo de Belém Dom Antônio de Macedo Costa e Dr. Ferreira de Freitas, fundador do Hospital do Bom Jesus, fizeram o pedido a Madre Ana Rosa Gattorno, criadora da Congregação.

A vinda dessas religiosas para o Brasil pode estar atrelada, também, ao movimento da Igreja Católica, chamado *Romanização*. Segundo Miceli (2009), esse movimento foi uma tentativa bem sucedida de organização da Igreja Católica, cujo poder passou, de certa forma, a centralizar-se em Roma. Além disso, a Igreja instalando uma *política de Romanização* decidiu realizar várias ações a fim de expandir-se e fortalecer-se. Uma dessas ações foi engajar Ordens e Congregações religiosas, que estavam de acordo com as ideias do Vaticano. Esses religiosos, apoiados pelo Vaticano, expandiram-se por várias partes do mundo desenvolvendo trabalhos missionários e filantrópicos.

As Filhas de Sant'Ana, ao desembarcarem no Brasil, encontraram um país que vivia o fortalecimento das ideias abolicionistas, a consolidação das ideias republicanas, a divisão e as disputas entre Igreja e Estado, a expansão cafeeira, a chegada de imigrantes, a expansão das indústrias, o crescimento urbano e Belém despontava como principal rota de produção e comercialização do látex de borracha.

Para Miceli (2009, p. 17), o processo de “construção institucional” da Igreja Católica brasileira, ao longo da República Velha (1890-1930), se prendeu, de um lado, às novas diretrizes e empreendimentos da Igreja, e, de outro, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que enfrentou no interior da sociedade brasileira.

Segundo a *Revista Jubileu* (2009, p. 52), “a criação da primeira Constituição Republicana, consolida de fato a separação entre Igreja e Estado, devido às ideias laicas que tendem a reger a estrutura jurídico - política no Brasil”. Assim, a igreja percebe nas ações evangelizadoras como uma forma de continuar sua expansão. Miceli (2009, p. 18) diz que, nesse momento, houve uma separação formal entre Igreja e Estado, no Brasil.

Essa separação entre Estado e Igreja teve forte influência da Europa, mais precisamente da França. De acordo Manoel (1996), na França ocorreu o afastamento da Igreja em relação ao centro de decisões, principalmente em relação à educação, o que culminou com as reformas de Jules Ferry<sup>41</sup> que foram decisivas no laicismo educacional.

No Brasil, de acordo com Manoel (2006), essa consolidação de laicismo educacional foi introduzida com a constituição de 1891, sendo que a República não promoveu

---

<sup>41</sup> Foi primeiro ministro na França no anos de 1880 a 1885, sua gestão foi decisiva para a consolidação do laicismo educacional. Adepto das ideias de Auguste Comte, instituiu as leis que tornaram oficialmente o ensino primário gratuito e obrigatório na França. (Le Coeur, 2003).

perseguição religiosa, nem confiscação dos bens da Igreja. Com isso, os bispos brasileiros publicaram uma carta Pastoral aceitando a República, o que levou Rui Barbosa e D. Antônio Macedo Costa a negociarem seus interesses.

De acordo com Miceli (2009), “o regime republicano e a Igreja Católica tinham objetivos semelhantes de estabelecer influencia por todo o país”. Podemos pensar assim sobre a educação, como veículo de difusão utilizado tanto pela Igreja Católica quanto pelo regime republicano.

Em relação ao pensamento educacional, o Estado e a Igreja também divergiam, pois a educação naquele momento, na concepção do Estado, estava apoiada nas ideias do Projeto Liberal, que, para Manoel (1996, p. 18), previa formar “um homem apto a viver em sociedade sob a tutela da constituição, respeitando os direitos alheios, quaisquer que fossem, e tendo respeitado os seus próprios”. Por outro lado, a Igreja tinha como objetivo a formação do cidadão para habitar o reino dos céus, ou seja, a cidade de Deus.

Assim, a Igreja não aceitava o caráter individualista e laico do liberalismo, pois acreditava que este queria afastá-la do poder do Estado. No entanto, mesmo discordando em vários pontos, Igreja e Estado tinham interesses em comum, o que fazia com que mantivessem relações. Um exemplo dessa convergência era formar uma boa mãe de família, que pudesse educar seus filhos. Na perspectiva de Manoel (1996), mesmo Estado e Igreja divergindo, muitas de suas ideias convergiam, uma vez que, a concepção de sociedade, de poder político e de relações familiares apresentados pela Igreja Católica ajustava-se à vontade da oligarquia que dominava a sociedade daquele período.

Contudo, é perceptível que a Igreja vinha perdendo seu poder de tomar decisões, e seu próprio território em relação à expansão de suas ideias e a diminuição do número de seus seguidores. Pode-se pensar que as congregações religiosas tinham o papel de ajudar a Igreja a retomar as perdas que vinha sofrendo por meio de diferentes estratégias.

Para a *Revista Jubileu* (2009), as congregações religiosas se engajavam pelo mundo com intuito de expandir a fé, fundamentadas no Concílio Vaticano I<sup>42</sup>. Nesse sentido, tentavam aliar o sagrado ao trabalho social ativo atuando em hospitais, orfanatos, asilos de idosos e escolas. Muitas mulheres religiosas que faziam parte de congregações assumiram importantes postos administrativos no Brasil.

---

<sup>42</sup> Ocorreu no período de 1869 a 1870, sendo liderada por Pio IX, reuniu 764 prelados, nesse período ocorreram as principais decisões em relação à constituição dogmática e a fé católica, neste também foram revistas as missões realizadas pela igreja (Carletti, 2010).

Miceli (2009, p. 18) “afirma que o século XIX foi o mais fértil, do que qualquer outro no que concerne à formação de novas ordens e congregações especialmente devotas ao trabalho missionário”, como é o caso das Filhas de Sant’Anna. Esses grupos femininos ajudaram na expansão da igreja e contribuíam para a formação da sociedade brasileira, o que pode ser observado na fala do teólogo, PE. Edênio Valle, publicada na *Revista Jubileu* (2009, p. 52), quando afirma que

as “irmãs de caridade” foram um dos fatores de maior peso na evolução da vida religiosa brasileira, no final do Segundo Império. Elas passaram a ocupar postos dirigentes no campo da saúde, da educação e da assistência social, tornando na Igreja mais visível a sociedade e diante dos governos.

Para este teólogo, o pioneirismo e a iniciativa dessas mulheres, a contribuição que elas deram à sociedade, é muitas vezes esquecida, ou ignorada pelos estudiosos da história brasileira. Ao pensar no contexto paraense, também ocorre o mesmo, visto que as Filhas de Sant’Ana, sem falar nas demais ordens religiosas femininas, desenvolveram importante trabalho administrativo e educativo, em um período em que a educação para a mulher ainda era pensada para que esta fosse a mãe amorosa, a habilidosa e dócil dona do lar. Todavia, muitos estudiosos não levam em consideração a contribuição que deram essas religiosas à sociedade a partir de suas atuações nessas instituições.

O que são as irmãs de Sant’Ana e quais os serviços que essas senhoras tem prestado á sociedade paraense, sabem-no a população pobre e os que trabalham aliviar a miséria! Há mais de 20 anos que elas se acham no Estado do Pará e podemos dizer que são vinte anos de dedicação inextinguíveis. Os enfermos de todas as nacionalidades e regiões, os loucos, os elefantiacos, os bexigosos, os atacados de febre, enfim, todos os que precisam de amparo encontram nessas mulheres inimitáveis a caridade, o amor, a dedicação, o zelo pelo bem do corpo e da alma. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21 de janeiro de 1900, p. 2).

As Filhas de Sant’Ana, por exemplo, atuaram no Pará em inúmeras instituições dentre as quais estão o Hospital do Bom Jesus (1884); o hospital dos Alienados (1887); Leprosário do Tucunduba (1887); início do Primeiro Noviciado (1889); Hospital São Luís (1897); Orfanato Antônio Lemos (1898), objeto deste estudo; Hospital Domingo Freire (1900); Asilo da Mendicidade Dom Macedo Costa (1902); Colégio Gentil Bittencout (1905); Colégio Santa Rosa (1932) e Hospital São Sebastião (1933). Depois de se

instalarem em Belém, foram para Manaus, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, enfim passaram a atuar em todo o território brasileiro.

Segundo Miceli (2009, p. 29), um dos fatores que contribuiu para que esses grupos religiosos conseguissem manter-se a frente dessas instituições, principalmente as educativas, foi o fato dos programas do governo terem como principal item a criação de escolas secundárias femininas e masculinas, pois muitos dos governos “não davam conta de arcar com encargos financeiros e institucionais requeridos pela formação de quadro docente e administrativo”. Além disso, era necessário o “respaldo de políticas públicas adequadas na área educacional”. Nesse caso, tornava-se interessante para “os governantes estaduais e alguns setores de peso dos grupos dirigentes locais dar mãos fortes aos empreendimentos confessionais”.

Para Miceli (2009), o Estado, por meio dos governantes, emprestava ou fazia concessão de terrenos e prédios, bem como concedia ajuda financeira direta ou em forma de bolsas de estudos, convênios, contratos de serviços, e sobretudo, matriculando seus próprios filhos.

O questionamento do Bispo Diocesano D. Antônio Brandão ao proferir seu discurso no dia em que foi colocada a pedra fundamental do Asilo da Dona Amélia, retrata bem o papel das ordens religiosas em relação à educação: “se não fosse a Igreja onde estaria a escola?”. Seguindo essa linha de pensamento, podemos pensar na contribuição da Igreja para a educação, principalmente no Pará, visto que no período da primeira República, grande parte das instituições educacionais era regida por ordens religiosas vinculadas à Igreja Católica. (BRANDÃO *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 25 de dezembro de 1897, p. 1).

A partir desses dados, pode-se ter uma melhor dimensão da atuação que as Filhas de Sant’Ana tiveram no Pará, no tocante à administração de várias instituições, dentre estas se destaca o “Orfanato Antônio Lemos”. Porém, reitero que as Filhas de Sant’Ana começaram a administrar este Orfanato quando este ainda chamava-se “Orphelinato Paraense” e tinha como diretoria a “Associação Protetora do Órfãos”.

O Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos afirmava que “a direção interna de cada estabelecimento ficaria a cargo de um diretor ou diretora e seus auxiliares, os quais serão obrigados a residir e permanecer no estabelecimento de seu cargo” (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 29 de dezembro de 1893, p. 2). No entanto, para *A Província do Pará*, de 17 de agosto de 1893 (p. 4), o Orphelinato ficou “sendo dirigido provisoriamente por duas piedosas religiosas do

serviço da Santa Casa de Misericórdia”, antigo Hospital do Bom Jesus. Tais religiosas faziam parte da Ordem das Filhas de Sant’Ana. Já o *Relatório da Intendência Municipal de Belém*, publicado em 1902, afirma que foram oito religiosas da Ordem que assumiram a administração do Orphelinato Paraense em novembro de 1898.

Entretanto, a *Revista Jubileu* (2009) diz que as Filhas de Sant’Anna assumiram o Orphelinato em dois momentos. O primeiro foi em 1893, no ano de criação dessa instituição, quando duas religiosas, dentre elas, a Ir A. Rosa Sampaio assumiu a direção. No entanto, devido à falta de condições de trabalho, elas deixaram a instituição, e mais tarde, no ano de 1898, comandadas pela Ir. A. Tita Armellini, voltaram a assumir tal instituição, quando atendia 75 órfãs.

No *Relatório* (1902) há indícios de que essas religiosas vieram diretamente da Itália, pois relata que as despesas do deslocamento das religiosas para Belém, bem como as primeiras acomodações foram pagas pela Intendência Municipal. O Segundo a *Revista Jubileu* (2009), o primeiro grupo de noviças formadas no Brasil organizou-se em 1889, ano em que foi criado o primeiro noviciado dessa “Ordem em terras Brasileiras”. Dessa forma, até então, vinham de outros países, provavelmente da Itália, país de origem das Filhas de Sant’Ana.

Elas “transformaram em pouco tempo o Orphelinato de modo a causar espanto aos que visitam de quanto é capaz o amor pelo bem”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, de 21 de janeiro de 1900 p. 2). Após o Orfanato ter passado para a esfera municipal, continuava sendo administrado internamente pelas Filhas de Sant’Anna, formando, de certa forma, uma parceria entre Estado e Igreja, cada um com seus interesses convergentes na ideia de educar as órfãs.

Para Antônio Lemos

a mulher no entanto, não pode ficar circunscrita ao gracioso ornamento do lar. É necessário que ela seja não só a mãe de família, tradicionalmente boa e amorável, qual é a mulher brasileira, - mas também a companheira eficaz, de inteligência culta, que com o esposo compartilhe das lutas quotidianas, tornando menos fadigoso o trabalho d’aqueles (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1903, p. 256).

Podemos perceber que na opinião de Lemos a mulher tinha que ser educada para o lar, aprender os afazeres domésticos, ser mãe de família boa e amorosa, que pudesse cuidar do marido. Sendo que, essa educação não estava dissociada da educação religiosa. Esse pensamento pode ser observado de forma mais explícita na citação a seguir, a qual demonstra

ainda a concepção que o Intendente tinha da educação realizada no Orfanato, de modo que, para ele, essa era a maneira “correta” de educar.

Não se ensina n’essa casa os requintes que constituem a celebridade fugaz das grandes damas, cuja missão, desviada da naturalmente destinada à mulher, é conquistar, por meio de artifícios, triunfos banais e efêmeros, que a primeira ruga destrói implacavelmente. No Orphanato preparam-se mãe de família laboriosa, modestas e dignas, inculcando no animo das educandas, os incomparáveis preceitos ensinados por Jesus Cristo, de par com o ensino das prendas domesticas. (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, 1903, p. 256).

Esse ponto de vista sobre a educação das mulheres em formar a boa mãe, esposa e dona do lar, não era um pensamento exclusivo de Lemos, mas também da maioria da elite política do país. Para Gondra e Schuler (2008, p. 205), no século XIX havia um “discurso hegemônico”, no qual para às mulheres “era suficiente uma educação moral sólida, visando à formação de esposas e mães, em detrimento da instrução escolar propriamente dita”. Baseia-se, ainda, em Oliveira (2008, p. 4) quando afirma que, no século XIX e início do século XX, “na escola se reforçava o papel da vida doméstica e limitava a educação da mulher ao papel de boa mãe e boa esposa, educadora de seus próprios filhos”.

Na concepção de Manoel (1996), educar a mulher para dirigir a casa e comandar os escravos não era mais suficiente, era preciso então ir além, educar e cultivar as jovens, de forma que, estas soubessem ler, escrever e conversar. Tratava-se assim, de uma educação voltada para o polimento sociocultural da mulher. Ora, mas era essa a educação que as órfãs recebiam? Que educação o Orphelinato oferecia às órfãs? Que tipo de curso elas faziam? Como era a rotina dessas meninas? Sobre esses questionamentos tratarei a seguir.

### **3.3 A educação das filhas do Orphelinato Paraense**

Ao longo do texto expus várias características relacionadas ao objetivo do Orphelinato Paraense, que era de educar e amparar meninas órfãs, no entanto nessa subseção trato sobre esse amparo e as formas de educação proporcionada por essa instituição de forma mais específica.

Início, assim, pelo Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos, o qual afirmava que os órfãos receberiam da Associação benefícios como “casa, mesa, luz, vestuário, instrução primária, ensinando-se aos do sexo feminino toda sorte de costura, chá, prendas de agulha, e serviços domésticos.” Nesse excerto, já é possível perceber como era pensada a educação para órfãs e a distinção que se fazia na educação para as meninas, de forma que essas seriam além dos mesmos ensinamentos propostos aos meninos, ensinamentos específicos relacionados às prendas domésticas. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ÓRFÃOS *in* A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de dezembro de 1893, p. 2).

Para saber se as órfãs estavam tendo um bom aproveitamento era realizado um exame com as meninas, o que começou a ocorrer, no dia 15 de dezembro, no mesmo dia em que o Orphelinato completou quatro meses de existência. Para realizar esse exame foi formada uma comissão de três mulheres, as quais iriam inspecionar o Orphelinato, com o objetivo de saber se o trabalho realizado pelas órfãs estava sendo bem desenvolvido.

Além desse tipo de exame em relação ao aprendizado das órfãs, também havia a inspeção em relação ao andamento da instituição. Para esse trabalho também havia uma comissão de senhoras que, mensalmente, inspecionavam o Orphelinato, por decisão do “Conselho Administrativo que resolve organizar, por intermédio da diretoria, a comissão de senhoras encarregadas mensalmente da fiscalização interna do estabelecimento.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 22 de julho 1893, p. 2).

As examinadoras eram as senhoras Amália Rosalina de Faria, Francisca Amaral e Anna Olinda Pereira<sup>43</sup>. O exame consistiu em percorrer o dormitório, inspecionar a dispensa e revistar a cozinha, além de verificar o horário de recolhimento e despertar das órfãs, bem como a

divisão e distribuição do trabalho para cada uma, segundo sua aptidão, e do espaço que mediava d’uma a outra das refeições, enfim dessas infinitas e pequeninas coisas que se constituem a vida inteira de uma perfeita dona de casa e os doces encantos do lar, mostrando-se todas bem satisfeitas a cada uma das respostas dada, com a informação que no estabelecimento não havia criado, de que todo o serviço d’este, asseio e ordem eram exclusivamente confiados sob a fiscalização da diretora, aos cuidados das meninas asiladas. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19 de dezembro de 1893, p. 2).

Abro aqui um parêntese para falar da divisão de tarefas que as órfãs realizavam no Orphelinato. Em relação ao trabalho das órfãs, o *Relatório da Intendência Municipal de*

---

<sup>43</sup> Não obtive nenhum dado sobre quem eram essas mulheres nas fontes consultadas, durante a pesquisa.

*Belém* (1900, p. 243) afirma que “trabalho no estabelecimento é dividido por todas na proporção de suas forças, sendo ainda esse trabalho suavizado constantemente pelo método empregado por suas superiores”.

A comissão examinadora era formada apenas por mulheres. Esse fato demonstra o importante papel exercido por essas mulheres, nesse período, em funções que vão muito além dos cuidados com o lar e a formação da boa mãe de família. Depois de inspecionar boa parte do Orphelinato, a comissão passou para o salão de Letras e Artes, denominado Lauro Sodré, em homenagem ao governador e responsável pela iniciativa de criação do Orphelinato. Esse era o local onde as órfãs aprendiam as primeiras letras. Nesse salão ocorreriam os exames que determinavam o nível de ensino e aprendizagem de cada educanda, para verificar a classe em que deveria ser inserida cada órfã. Assim, as Órfãs foram classificadas da seguinte forma:

**Quadro II<sup>44</sup> – Resultado da classificação das órfãs no exame de 1893.**

| CLASSE    | GRAU            | EDUCANDA            |
|-----------|-----------------|---------------------|
| 3ª CLASSE | 2º Grau         | Antônia Damasceno   |
|           | 1º Grau         | Euphrosina de Souza |
|           |                 | Maria Pinho         |
|           |                 | Izabel Carbornell   |
| 2ª CLASSE | 3º Grau         | Raymunda Araujo     |
|           | 4º Grau         | Leocadia d'Oliveira |
|           |                 | Esther Braga        |
|           |                 | Henriqueta de Lim   |
|           |                 | Raymunda Carbonell  |
|           |                 | Honorina de Castro  |
|           |                 | Dornina do Socorro  |
|           |                 | Francisca de Jesus  |
|           |                 | Maria do Rosário    |
| 3º Grau   | Joana Damasceno |                     |

<sup>44</sup> As cores do quadro possibilitam uma melhor visualização das diferentes classes em que as órfãs encontravam-se. Informo ainda que, os dados apresentados pelas fontes me possibilitaram organizar o resultado da classificação das órfãs, em quadro, apenas do ano de 1893.

|           |         |                      |
|-----------|---------|----------------------|
| 1ª CLASSE | 2º Grau | Maria Dolores        |
|           |         | Adolphina Cabral     |
|           |         | Ursulina Ferreira    |
|           | 1º Grau | Maria de Nazareth    |
|           |         | Josepha da Conceição |
|           |         | Maria Carmelinda     |

Fonte: *A Província do Pará* de 19 de dezembro de 1893, (p. 2).

A partir dessa classificação das educandas podemos pensar sobre como se estruturava o ensino primário, em Belém, na época, já que no Orphelinato, para aprender as primeiras letras, as órfãs eram divididas em classes, que eram subdivididas em graus. O sistema de classes nas Instituições de Ensino não foi uma invenção republicana, visto que esse sistema foi criado pela Escola de Saint-Cyr, no século XVII. De acordo com Magalhães (2009), tal instituição foi fundada em 1684 por Madame de Maintenon, camareira de Luis XIV da França. Essa escola foi criada com o objetivo de educar jovens aristocratas pobres, tornando-se admirada e copiada em toda a Europa.

As fontes consultadas não informam com detalhes os critérios de avaliação utilizados para verificar a classe em que cada órfã deveria ficar. No entanto, sabe-se que havia uma premiação para as alunas que mais se destacavam, tanto que, no exame de 19 de dezembro, como mostrado no quando acima, foram premiadas doze alunas, em meio as vinte que lá viviam, por distinção, aplicação e bom procedimento, dentre elas estavam Antônia Damasceno, Eufrosina de Souza, Henriqueta de Lima, Izabel Carbornell, Maria Pinho, Esther Braga, Ursulina Ferreira, Francisca de Jesus, Maria Dolores, Joanna Damasceno, Raimunda Araujo e Raimunda Carbonnel.

Os exames do ano de 1895 não foram relatados em *A Província do Pará*, porém, na referida fonte o autor dos livros de leitura das escolas do Estado Augusto Ramos Pinheiro, ao doar 20 livros para o Orphelinato, escreve “vão doze volumes com dedicatórias às alunas que, segundo a nota da respectiva professora, podem lê-los com vantagem, o que verifiquei satisfetíssimo e admirado por ocasião de examinar aquelas educandas em dezembro do ano passado.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19 de janeiro de 1897, p. 2).

Esses exames em relação ao aproveitamento das órfãs eram realizados anualmente, geralmente no mês de dezembro. Nesses exames eram cobrados conteúdos em relação à parte literária, a científica e as prendas domésticas. Nas prendas eram avaliados os trabalhos

desenvolvidos pelas órfãs, como bordado a branco e a lã, flores de lã, costura de roupas brancas, vários tecidos em tear, crochê e labirintos.

No exame de 10 de dezembro de 1896,

deu-se o começo aos exames da parte literária e científica nos cursos elementar, primeiro e segundo ano médio e superior. Passando-se em seguida para o exame de prendas domésticas, constando este de diferentes trabalhos das alunas, em bordado a branco e a lã, flores de lã, costura de roupas brancas, vários tecidos em tear, crochê, labirintos, etc. Foram estes julgados ótimos. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 14 de janeiro de 1897, p. 2),

E mais uma vez, depois de realizados os exames, as notas das educandas eram lidas e os prêmios eram distribuídos para as meninas que tinham tido maior aproveitamento.

Os exames da parte literária e científica, do ano de 1897, ocorreram no dia 27 de outubro, um pouco mais cedo dos realizados nos anos anteriores, visto que “realizaram-se ontem pela manhã, os exames das partes literárias e científicas do 1º e 2º ano do curso elementar e médio e 2º ano do curso superior”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de outubro de 1897, p. 2).

É importante explicitar que a data marcada para os exames das órfãs, era um dia solene para o Orphelinato, tanto que “estiveram presentes a essa solenidade como comissão examinadora os professores Bernardino de Senna Pinto Marques, Augusto Ramos Pinheiro e donas Rosalina Minervina de Souza Alvares, Eponina Condurú, Maria Pinto Marques e Mirandolina Damasceno.” Esses eram os professores presentes.

Além dos professores e professoras, estavam presentes dr. Augusto Olimpio de Araujo e Souza, diretor geral da Instrução Pública; dr Antônio Firmo Dias Cardoso, inspetor escolar; José H. Cordeiro de Castro, diretor do Orphelinato; a professora Maria de Faria Damasceno e a diretora Antônia Costa. As educandas que tiveram bom aproveitamento nos exames, sendo “aprovadas com distinção” ou “aprovadas simplesmente”. As aprovadas com distinção mais uma vez foram premiadas. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de outubro de 1897, p. 2).

Chamou a atenção uma premiação que ocorreu para as meninas do Orphelinato, descrita por *A Província do Pará*, de 3 de março de 1895 (p. 2), em que Dona Luiza d’Albuquerque, diretamente de Lisboa (Portugal), enviou um prêmio a uma órfã, devido seu bom desempenho nos estudos. “Então a pequena Maria Pinho recebeu com alegria o prêmio que daqui mandei? Ainda bem! E com máxima satisfação lhe enviarei outra recompensa, se

durante o novo ano letivo ela continuar a merecer a amizade de seus superiores.” Para que as órfãs fossem premiadas deveriam ter boa conduta e bom desempenho nas atividades escolares.

O mesmo ocorreu no dia 10 de janeiro de 1909 (p. 1), quando no salão de estudos do Orfanato Antônio Lemos efetuou-se a distribuição de prêmios às educandas, que mais se distinguiram pela aplicação e conduta durante o ano letivo. Nesse ano o prêmio constituiu-se em uma “medalha de prata dourada com a efígie do Senador Antônio Lemos”.

Já foi possível perceber que as órfãs eram distribuídas em classes para aprender a parte literária e a parte científica e, da mesma forma, eram examinadas em relação ao aproveitamento de classe. Já o exame de aproveitamento das prendas domésticas era realizado de forma individual, de acordo com as produções das órfãs. Nessa exposição era possível verificar “as habilidades das alunas, guiados seus espíritos pelo zelo das religiosas, que ali fazem do ensino o sublime sacerdócio formando perfeitas mães de família do futuro”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 08 de dezembro de 1907).

Essa produção era reunida e exposta em uma festa realizada pelo Orfanato com o intuito de comercializar esses trabalhos, como relata *A Província do Pará*, no dia 08 de dezembro de 1907 (p. 1), “inaugura-se às 8h.30 a exposição de prendas das educandas do Orfanato Antônio Lemos”.

*A Província do Pará*, de 09 de dezembro de 1907 (p. 1), ainda destaca que

são conhecidos e admirados em Belém esse belos certames em que anualmente as alunas daquele estabelecimento exibem ótimos e artísticos trabalhos, superiormente reveladores do apurado gosto das asiladas que executam. O testemunhar de modo positivo e irrefragável, o andamento das educandas nos diferentes misteres da educação doméstica, notadamente nos trabalhos de costura e na exímia perfeição dos serviços de prenda, em que foram patenteados exemplares impecáveis.

O Orfanato ficava aberto três dias para os que estivessem interessados em testemunhar o trabalho das órfãs e adquirir uma prenda. Ressalto que o ato inaugural do evento contou com a presença do Intendente Antônio Lemos e o governador Augusto Montenegro. Dentre os objetos existiam trabalhos no gênero de bordado, costura, pintura e crochê como

um lençol de linho com duas fronhas bordadas a mão, lenço, toalha de linho com guardanapos, uma camisa rendada, porta alfinete forrado com cetim, camisinha e um sapatinhos de crochê, camisões bordados, toucas, baberoiros e

outros artigos para crianças, chapéus de fustão branco bordados com flores de seda, bolsa forrada de seda, capa para cadeiras(...). (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09 de dezembro de 1907, p. 1).

“No Orfanato recebe-se encomendas de qualquer bordado enxovais para noivas, batizado, flores, etc.” Os trabalhos manuais tornaram-se uma fonte de renda para as órfãs. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 02 de fevereiro de 1906, p. 1). As órfãs também realizavam trabalhos domésticos no Orphelinato, visto que “vinte pobres meninas desvalidas dedicam-se gostosamente ao serviço braçal de cada dia, formando uma só família e recebendo com igualdade de direito um ensino metódico, regular e paciente”.

Nesse sentido, a educação das órfãs parecia estar de acordo com a ideia de que a mulher deveria ser formada para viver em sociedade, ou seja, uma mulher culta, polida, que pudesse ser uma boa mãe de família prendada. Assim, o Orphelinato educaria essas órfãs tirando-as do estado de “pobres infelizes”, “marginais”, “ignorantes” e, até mesmo, “selvagens”, para adequá-las de acordo com os princípios sociais vigentes, para que mais tarde pudessem viver em sociedade, sem tornar-se um incômodo social, ou seja, sem ferir os princípios da moral e do bom costume. O que era expresso pelo periódico, ao dizer que “o mais elevado patriotismo e a mais generosa filantropia não consiste tanto em reformar as leis e modificar as instituições, como em ajudar os nossos concidadãos a elevarem-se e aperfeiçoarem-se pela livre e independente ação de sua própria vontade”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 07 de maio de 1894, p 2).

Desde a criação do Orphelinato já havia uma preocupação em dar as órfãs uma educação além daquela que previa os cuidados para com o lar, o polimento cultural e o cultivo da mente, visto que muitas das órfãs amparadas pelo Orphelinato aprendiam um ofício, como no caso em que Dona Anna Magalhães, “ofereceu-se com toda gentileza a receber na sua casa duas meninas para ensinar-lhes prendas domésticas, isto é, a preparar chapéus de senhoras, talhar obras brancas de qualquer qualidade, fazer redes, etc”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de fevereiro de 1894, p. 2); Ou como relatou *A Província do Pará*, de 20 de fevereiro de 1894, (p. 1)

temos na conceituada fábrica de luvas do srs. Germain Gaudin e Cia, a rua Conselheiro João Alfredo, nº 98, duas meninas em aprendizagem desta arte e sob as melhores condições para elas e para o Orphelinato, que desejamos construir um centro de trabalho, no qual possam viver sem acanhamento, as que para lá forem abrigar-se.

Assim, várias meninas amparadas pelo Orphelinato aprendiam um ofício. Além do mais, o excerto acima demonstra que, desde 1894 já se pensava na criação de um local, que melhor abrigasse as órfãs e que além de abrigá-las pudesse ser um centro de trabalho, ou seja, onde as órfãs pudessem aprender um ofício.

Além disso, o próprio Orphelinato aproveitava os trabalhos das órfãs que mais se sobressaíam como “a menina Antônia Damasceno, que completou o curso de primeiras letras e já foi elevada ao cargo de 2ª vice-diretora do estabelecimento.” Damasceno foi uma das meninas que teve melhor aproveitamento no exame de outro de 1897, e tal premiação era uma forma de valorizar a aprendizagem das órfãs em relação ao que era ensinado no Orphelinato, e ao mesmo tempo dar um ofício a elas, aproveitando a mão de obra produzida pela própria instituição. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de outubro de 1979, p. 1).

Além de algumas das órfãs trabalharem como costureiras na fábrica de luvas e com Dona Amália, recebiam os ensinamentos sobre costura no próprio Orphelinato, principalmente a partir do ano de 1895, quando foi “remetido para o Orphelinato, pelo simpático Sr. João Costa, proprietário da popular casa Pekim, o mais precioso dos mimos que se pode atualmente fazer a uma casa de educação de meninas, uma das mais modernas e aperfeiçoadas máquinas de costura”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 17 de março de 1895, p. 2).

Além disso, no mesmo mês foi doado “um pacote bem sortido de variadas amostras das mais lindas chitas, para as meninas do Orphelinato ocuparem-se pacientemente na confecção de pequenos cobertores”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24 de março de 1895, p. 2). E mais tarde “para roupa das asiladas duzentos e trinta e nove metros de percale, proveniente da fábrica que meu honrado sogro possui em Sacavem, Portugal.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 25 de abril de 1895, p. 2).

As órfãs também receberam vários presentes, devido os festejos de ano novo, dentre esses presentes estava a reserva de um bonde, oferecida pela diretoria da *Companhia de Bonde Paraense*, o qual as órfãs poderiam desfrutar no dia 01 de janeiro de 1894, fazer sua primeira visita ao seu patrono Lauro Sodré. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 07 de janeiro de 1894).

Essa fonte também nos dá uma dimensão de como eram feitas as roupas consideradas especiais das órfãs, visto que “Dona Amália Farias em um curto espaço de três dias, somente auxiliada pela diretora e algumas meninas do estabelecimento, aprontou os vestidos com que elas, em número de 20, se apresentaram na visita do dia 1º”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 07 de janeiro de 1894, p. 2). Podemos observar nesse excerto como eram confeccionadas as

vestimentas das órfãs e, ao mesmo tempo, a importância da ocasião que necessitava de trajes novos.

Dona Amália Rosalina Corrêa de Farias era a professora de prendas do Orphelinato, e além dessa instituição, também foi nomeada para ser professora de prendas do Colégio do Amparo, em 1895, pelo governador do Estado Lauro Sodré. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 22 de junho de 1895).

Alguns dos trajes utilizados pelas meninas do Orphelinato eram confeccionados com a ajuda das próprias órfãs, já os sapatos eram comprados, pois no momento em que o Orfanato recebeu uma boa doação em reis foram adquirido para o Orphelinato 50 pares de sapato para as órfãs. Ou ainda no ano de 1900, momento em que o Orphelinato passava por uma desfavorável situação financeira e as órfãs estavam sem o que calçar, foi então que a instituição recebeu outra doação “essa quantia a ofertante destina a compra de sapatos para as meninas do Orphelinato”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ do dia 24 de fevereiro de 1900).

Fazia parte, também da aprendizagem dessas órfãs a ginástica, realizada aos domingos.

Em todos os domingos, do meio dia as 4 horas da tarde, estará o Orphelinato franco à entrada de todas as famílias que quiserem se dignar a visitá-lo. Essas horas são as destinadas, nesses dias ao recreio das meninas e a aprendizagem da ginástica, para o ensino da qual ofereceu-se gratuitamente um cavalheiro. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 31 de janeiro de 1894, p. 2).

O horário estipulado para a visita das órfãs coincidia com o recreio e com a ginástica. Ney França (2012, p. 35) diz que, nesse período, a ginástica tinha a “clara finalidade de moralizar, disciplinar e formar corpos saudáveis e fortes, baseando-se em preceitos científicos”. Para esse autor, “no século XIX, a ginástica foi constituindo-se como a principal forma de educação física, tendo por função formar um corpo forte, moralizado, sadio e obediente, requisitos fundamentais à nova ordem econômica e política”. Dessa forma, era imprescindível para as órfãs a prática da ginástica.

Não ficou evidente nos documentos o local onde era realizada a ginástica, no entanto, o recreio ocorria no quintal, pois “da varanda do edifício o exm. assistiu o recreio das educandas no quintal”. Tal excerto refere-se a uma das visitas surpresa realizada pelo Intendente Lemos ao Orfanato. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de maio de 1909, p. 1).

Ensinava-se também desenho no Orphelinato. *A Província do Pará*, de 19 de junho de 1895 (p. 2) publicou que foram doados às órfãs “cinquenta cadernos de estudo racional e prático de desenho”, pelos editores Pinto Barbosa e Cia. Além do desenho, as órfãs aprendiam

canto, de forma que nos eventos que eram realizados no Orphelinato, demonstravam tais ensinamentos. Em fevereiro de 1906, durante a inauguração da exposição das prendas das órfãs, alunas “acompanhadas a *harmonium* pela irmã Octavilla Tornatura entoaram singelos e tocantes cânticos sacros.” Além disso, a referida irmã,

executou o hino nacional ao piano, depois do que em coro ensaiado, cuidadosamente, as educandas cantaram essas estrofes. Como o calix na alvorada, abre a flor a caridade, tal no seio da alma nobre desabrocha a caridade. Ai que triste fora a sorte da miséria na orfandade, se no sei da nobreza não brilhasse a caridade. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 03 fevereiro de 1906, p. 1).

Em dias festivos no Orfanato também eram apresentados trabalhos relacionados à arte cênica, como ocorreu na festa de Santo Antônio em 13 de junho de 1906, em que as órfãs apresentaram “um monólogo – As bonecas;” declamaram a “Poesia - história de Santo Antônio;” encenaram a “Comédia – mentiroso e preguiçoso;” e o “Monólogo – O Narigão”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 14 de junho de 1906, p. 1).

Na festa de Santo Antônio, do ano de 1908, as órfãs também apresentaram uma programação especial.

Eis o programa: canto coral – por todas as alunas, saudação; Monologo – a procura de um bigode, pela aluna Luiza das Chagas; *Profunir Orientali* – valsa para piano, por G. Bellenghi, executada às mãos pela aluna Judite Gonçalves e Maria de Jesus; Ginástica – saudação à Pátria, composta de 25 alunas médias; La Reine dès Fèes – Galop, di bravura para piano, executada pelas alunas Maria de Jesus e Judith Gonçalves; Canto – comédia em um ato; Ginástica – A prece, composta por 25 alunas; *La Fille du regimant* - executada a 4 mãos pelas alunas Ana Lopes e Maria de Jesus; Canto – La cieca nata, pela aluna Diana Marques; Canto coral – por todas as alunas; (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 17 de junho de 1908).

Esses dois excertos trazem características dos ensinamentos que ocorriam no Orfanato, como teatro, canto coral, piano, bem como as músicas aprendidas pelas órfãs, que incluíam músicas com títulos em idiomas francês e italiano.

Além desses ensinamentos artísticos, as órfãs aprendiam economia doméstica, o que ficou evidente em *A Província do Pará* de 11 de janeiro de 1909 (p. 1), quando várias órfãs receberam medalhas por bom desempenho “foram conferidas sucessivamente à aluna Geralda Vasconcelos a de flores artificiais, economia doméstica e louvor em comportamento”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11 de janeiro de 1909, p. 1).

É importante dizer que havia uma data para o início dos trabalhos escolares que aconteciam no Orphelinato, como no ano de 1895 que “recomeçaram no dia 7 de janeiro os trabalhos escolares desse pio estabelecimento que pretende elevar muito brevemente a cem o número das asiladas, caso continue a ser como tem sido, generosamente auxiliado por todas as classes sociais”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09 de janeiro de 1895, p. 2).

As órfãs tinham ainda um momento estipulado para as orações, pois era “um consolo orar por aqueles que lhes fazem bem, elas que outra coisa não podem dar, senão esses sentimentos puros, que pela manhã durante o santo sacrifício, enviam até o trono do altíssimo”, o que também ocorre quando “o sacerdote penetra nesse santuário de piedade e caridade para ir confortar e animar com a celebração”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09 de janeiro de 1895, p. 2).

No Orphelinato uma sineta indicava os horários das atividades, visto que “foram as meninas despertadas pelo toque da sineta, que as chamava indistintamente a irem tomar lugar na mesa comum dos pobres, que a superiora Tita havia mandado provisoriamente armar”. Nesse dia, as órfãs foram tomar café com senhoras mães de família que estavam visitando o Orphelinato, em comemoração ao dia de Santo Antônio. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de junho de 1899, p. 2).

Socorro França e Samara França (2011), analisando o toque do sino no Colégio do Amparo, no período de 1860 a 1870, observam que “o sino dividia as horas do dia e da noite, do tempo individual do tempo coletivo e cumpria a função de disciplinar o cotidiano das educandas.” Nesse sentido, a sineta era uma forma de controlar o tempo das órfãs, bem como de direcioná-las as diversas atividades diárias.

As órfãs também tinham muitas tarefas para realizar, e tudo indica que só saíam em passeios programados pela própria instituição, ou no dia 24 de dezembro, quando podiam sair e visitar seus familiares. “As educandas durante esse dia poderão sair em visita às suas famílias, ou parentes”. Essas saídas eram regulamentadas e disciplinadas pela Intendência Municipal. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24 de dezembro de 1907, p. 1). Mesmo porque o “Intendente não permite licença às internadas para passeios em casas estranhas ao estabelecimento, longe das vistas das religiosas que o dirigem”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de julho de 1906, p. 1).

É importante dizer que ocorreu o caso de uma órfã que pediu licença do Orfanato para ficar em sua residência e acabou sendo devolvida à mãe. O Intendente Lemos não a considerava órfã, já que tinha sua mãe para lhe dar cuidados. “O sr. Intendente resolveu

entregar à Maria de Jesus dos Santos, sua filha Graciliana Santos, por haver aquela pedido ao juiz de órfãos licença para tratar a menor em sua casa”. Esse pedido deixou evidente que Graciliana ocupava indevidamente um lugar no Orfanato, exclusivamente destinado às órfãs sem recurso algum. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de julho de 1906, p. 1).

E assim as órfãs iam sendo educadas e amparadas, e mais meninas iam chegando para serem amparadas e educadas pelo Orphelinato, como demonstra o quadro a seguir referente ao ano de 1894.

**Quadro III<sup>45</sup> – As órfãs em 1894**

| Nº | NOME DAS ÓRFÃS       | IDADE   | NATURALIDADE |
|----|----------------------|---------|--------------|
| 01 | Maria Pinho          | 12 anos | Paraense     |
| 02 | Esther Curchoud      | 9 anos  | Paraense     |
| 03 | Josepha da Conceição | 8 anos  | Paraense     |
| 04 | Henriqueta Lima      | 12 anos | Cearense     |
| 05 | Euphrozina Souza     | 16 anos | Paraense     |
| 06 | Raymunda Araujo      | 10 anos | Paraense     |
| 07 | Antonia Damasceno    | 13 anos | Paraense     |
| 08 | Joana Damasceno      | 8 anos  | Paraense     |
| 09 | Francisca Ferreira   | 12 anos | Cearense     |
| 10 | Ursulina Ferreira    | 7 anos  | Cearense     |
| 11 | Maria Carmelinda     | 4 anos  | Paraense     |
| 12 | Maria Dolores        | 7 anos  | Paraense     |
| 13 | Honorina de Castro   | 12 anos | Paraense     |
| 14 | Maria Rosa           | 8 anos  | Paraense     |
| 15 | Leocádia de Oliveira | 11 anos | Paraense     |
| 16 | Darvina do Socorro   | 10 anos | Paraense     |
| 17 | Adolphina Cabral     | 6 anos  | Paraense     |
| 18 | Izabel Cabornel      | 12 anos | Paraense     |
| 19 | Raymunda Cabornel    | 11 anos | Paraense     |

<sup>45</sup> As cores desse quadro destacam as diferentes naturalidades das órfãs. Informo que os dados coletados me possibilitaram organizar de forma sistemática, neste quadro, o nome de cada órfã por ordem de entrada no Orphelinato, apenas o ano de 1894.

|    |                       |         |           |
|----|-----------------------|---------|-----------|
| 20 | Anna de Jesus         | 11 anos | Paraense  |
| 21 | Joaquina Pinheiro     | 12 anos | Paraense  |
| 22 | Altina Albuquerque    | 10 anos | Paraibana |
| 23 | Francisca Albuquerque | 11 anos | Paraibana |
| 24 | Inocência do Prado    | 12 anos | Paraense  |
| 25 | Emilia Gonçalves      | 10 anos | Paraense  |
| 26 | Honorata Dias         | 14 anos | Paraense  |
| 27 | Josepha Amaral        | 10 anos | Paraense  |
| 28 | Maria José            | 7 anos  | Paraense  |
| 29 | Juliana do Monte      | 9 anos  | Paraense  |
| 30 | Anna da Trindade      | 10 anos | Paraense  |
| 31 | Maria Ladeira         | 13 anos | Paraense  |
| 32 | Zulmira Dolce         | 12 anos | Paraense  |
| 33 | Adelaide Angélica     | 6 anos  | Paraense  |

Fonte: *A província do Pará* de 30 de maio de 1894 (p. 2).

A tabela acima traz os nomes das meninas órfãs publicados em *A Província do Pará* de 30 de maio de 1894 (p. 1), de acordo com a ordem de entrada no Orphelinato. Verifica-se que o número de órfãs no ano de 1894 havia aumentado em relação a 1893, ano de inauguração do Orphelinato. A idade mínima de uma órfã para adentrar o Orphelinato era de 4 anos.

Foi possível perceber, ainda, que a naturalidade das órfãs era predominantemente paraense, como pode ser observado no quadro III, pois dentre as 33 órfãs, 28 eram paraense, 3 eram cearenses e 2 paraibanas. No entanto, as fontes não afirmam se essas órfãs eram da capital, ou do interior do Estado.

O amparo de órfãs nordestinas, justifica-se pelo fato de que, nesse período, 1894, estava ocorrendo uma grande migração do nordeste para Belém, devido à exportação do látex da borracha na Amazônia.

Alguns anos mais tarde o Orphelinato passa a ter não só órfãs brasileiras, mas também de outros países como demonstra o *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1900, p. 244). A nacionalidade e a naturalidade das 47 órfãs que estavam no Orphelinato no ano de 1900 podem ser assim representadas:

Quadro IV<sup>46</sup> – As filhas do Orphelinato 1900

| NACIONALIDADE             | NATURALIDADE/QUANTIDADE |
|---------------------------|-------------------------|
| <b>Brasileiras</b>        | Paraense 32             |
|                           | Amazonense 2            |
|                           | Cearnense 3             |
|                           | Pernambucana 1          |
|                           | Fluminense 1            |
|                           | Maranhense 1            |
| <b>Portuguesa</b>         | 2                       |
| <b>Espanhola</b>          | 2                       |
| <b>Peruana</b>            | 2                       |
| <b>Americana do Norte</b> | 1                       |
| <b>Total</b>              | <b>47</b>               |

Fonte: *Relatório da Intendência Municipal de Belém* de 1900 (p. 244).

Tudo leva a crer que as duas peruanas eram “Natália e Izabel, filhas de Adelaida Bordales Bal, vindas de Moyobamba, natural do Peru”. Respectivamente com 14 e 7 anos de idade foram acolhidas pelo Orphelinato, por esse motivo o Orphelinato recebeu elogios de um peruano Carlos Lopes, que mantinha residência em Belém, o qual com muita satisfação escreveu uma carta ao ministro do Peru para contar-lhe o fato ocorrido em tão longínqua terra em favor das filhas peruanas. Tratava-se assim de uma instituição universal, que tinha como fundamento a caridade, tornando-se um Orfanato modelo para os demais países. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de fevereiro de 1898, p. 2).

Muitas órfãs foram recebidas pelo Orphelinato, no entanto, houve um momento em que a instituição não tinha mais como abrigá-las, devido ao pouco espaço, como ocorreu no ano de 1897, momento em que o número de órfãs chegou a 150, tanto que o conselho administrativo da instituição decidiu que não aceitaria receber mais órfãs “salvo caso de extrema pobreza, senão órfã de pai e mãe inteiramente desvalida”. O que fazer com tantas meninas que iriam logo se transformar em mulheres? Até que momento essas órfãs poderiam permanecer no Orphelinato? Que destino tinham essas meninas? Sobre essas questões traço as linhas a seguir.

<sup>46</sup> Nesse quadro as cores são utilizadas para proporcionar melhor visualização em relação à nacionalidade das órfãs. Durante a pesquisa só foi possível localizar dados com o número de órfãs e suas respectivas naturalidades no ano de 1900, por esse motivo não apresento quadro com os dados dos demais anos.

### 3.4 O destino das filhas do Orphelinato Paraense

As órfãs adentravam o Orphelinato em busca de amparo e proteção, visto que eram consideradas desvalidas, sem condições de cuidar de si mesmas. Houve um momento em que foi decidido que o Orphelinato não receberia mais órfãs, devido ao grande número de meninas que já estavam nessa instituição. Uma forma de diminuir o número de órfãs era fazer com estas, depois de amparadas e educadas, pudessem encontrar seu próprio caminho, dando lugar a outra órfã desvalida.

Ao ver o Orphelinato lotado, o Conselho Administrativo da instituição decidiu que as órfãs seriam “preparadas nos conhecimentos mais úteis, especialmente nos melhoramentos da indústria e das artes, sob a proteção imediata da Associação e dando lugar a outras órfãs desvalidas, ir prestar seus bons serviços, como auxiliares em respeitáveis casas de família”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ de 21 de maio de 1897, p. 1). Trabalhar em casas de família, esse era um dos caminhos que as órfãs poderiam seguir, porém havia outro caminho que era sempre noticiado pelos jornais locais - o casamento.

De acordo com Michelle Perrot (2012), por volta de 1900, o casamento arranjado pelas famílias para atender seus interesses era uma aliança antes de ser amor, de forma que este era desejável, mas não indispensável. O casamento também era indispensável para as educandas do Orphelinato, pois não podiam ficar moças solteiras vivendo para sempre naquela instituição. Quando ocorria o casamento de alguma órfã o fato era amplamente noticiado no jornal.

Como ocorreu com a órfã Zulmira Dulce que se casou, no dia 23 de janeiro de 1897, com sr. João Cardoso, moço ativo e artista conceituado. Na descrição de *A Província do Pará*, de 26 de janeiro de 1897 (p. 2), casava-se “uma das mais inteligentes e submissas filhas do Orphelinato”. A celebração civil ocorreu no próprio Orphelinato e contou com a presença do Governador Lauro Sodré. Já a celebração religiosa ocorreu às 5 horas da tarde na Sé. Nessa cerimônia, a órfã foi acompanhada dos padrinhos até o altar o Sr. Luis Travassos da Rosa e sua esposa. Os padrinhos presentearam a afilhada com um bracelete de ouro no dia do casamento. À noiva foi doado o vestido de noivado e muitos outros donativos para o dia da festa, como “a quantia de cem mil reis para auxiliar no almoço das meninas no dia do casamento”.

As pessoas que ajudavam as órfãs também colaboravam no sentido de dar um destino para essas meninas, já que se preocupavam em fazer doações para que o casamento se

realizasse. A órfã ao casar-se deixava de ser responsabilidade da sociedade, passando a ser amparada pelo marido, ocupando-se da família e dos afazeres da casa.

Vale lembrar, contudo, que para uma órfã se casar era necessário o esposo ter sido “aprovado” pela sociedade. Nesse sentido, o pretendente precisava ter referências, ser indicado por algum conhecido, ter dinheiro ou, até ser pobre, mas trabalhador. Esse último, foi o caso da órfã Honorata Dias Tavares, de dezessete anos de idade, que “casou-se com o sr. Guilherme Camarão Tavares moço ativo e morigerado uma das mais meigas e obedientes filhas do Orphelinato”, segundo *A Província do Pará* de 17 de abril de 1896 (p. 2). Ou como ocorreu com Maria, que teve seu pedido de casamento feito através de carta, no dia 02 de março de 1897, a qual dizia “Eu, Braz Antônio da Silva venho, por meio desta pedir-lhe em casamento a menina Maria Pinho, filha do Orphelinato”. A carta e o pedido eram endereçados ao diretor da instituição, Henrique Cordeiro de Castro. Na referida carta também era exposta a boa conduta do pretendente, bem como as referências para que tudo fosse constatado. Braz dizia ser maquinista e estar empregado a bordo de um vapor. (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 12 de março de 1897, p. 2).

Depois de tudo pronto para o casamento, no dia 28 de abril de 1898, “começou a majestosa cerimônia pelo casamento religioso” de Izabel Carbonell, que usava um vestido de cetim branco, celebrada pelo Bispo Diocesano, dom Antônio Brandão. Realizava-se, portanto o casamento religioso e o civil, não importando a ordem de ambos. Nesse caso, seguiu-se o casamento civil logo após o religioso. (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 11 de maio 1898, p. 2).

Eram vários os casamentos que ocorriam no Orphelinato, tanto que no ano de 1898, a artista Virginia Block pensou em promover um concerto para ajudar no enxoval de casamento das três filhas do Orphelinato que estavam noivas. Eram elas a já citada Maria Pinho, Eufrozina Souza e Izabel Carbonell. As órfãs já estavam recebendo os presentes para ajudar no casamento como as “três peças de morim de marca especial” que receberam junto com uma carta que dizia “tem entre as suas educandas, três em véspera de serem mãe de família, posto esse que para a mulher é o mais elevado por torná-la um anjo no seio do lar”. (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 30 de janeiro de 1898, p. 2).

Ser mãe de família era mais um dos destinos traçadas para as órfãs desvalidas naquele período, como afirma o *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1900, p. 243) “as alunas que saíram para casar tornaram-se todas verdadeiras mães de família, abonando, por este modo, o reconhecido conceito do estabelecimento”.

Os casamentos eram realizados no Orphelinato, sala da escola e do trabalho, onde havia “ante um altar adrede levantado pelas dedicadas mãos da inteligente e meiga professora normalista, a Senhorita Antonica Tavares”. Esse foi o primeiro indicio de que havia uma professora normalista no Orphelinato. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11 de maio 1898, p. 2).

Já o casamento de Maria Pinho, primeira menina a ser admitida pelo Orphelinato, foi marcado para o dia 15 de agosto de 1898, dia em que o Orphelinato completaria 5 anos de existência. Ressalto que a referida órfã possuía 15 anos de idade incompletos, ou seja, elas se casavam bastante jovem.

A festa de casamento da órfã Maria Bricio, de nacionalidade peruana, com Manoel Xavier da Rocha ocorreu no dia 26 de março de 1898. Tal órfã ganhou o vestido, seu *bouquet*, as roupas brancas do noivado, louças, durante a festa que ocorreu no Orphelinato, a bandeira de seu país de origem ficou na sala de honra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar essa pesquisa foi possível constatar que quem criou o Orphelinato Paraense foi Lauro Sodré por meio da Associação Protetora dos Orphãos. Essa instituição é a origem do Orfanato Antônio Lemos, atual Colégio Antônio Lemos, em Santa Isabel do Pará. Essa constatação desconstrói a visão de que foi Antônio Lemos o grande criador dessa instituição, pois a ideia de criação tanto da associação, como do Orphelinato foi de Sodré. Lemos em um campo de disputas simbólicas recorreu a tentativa de apagar a memória de Sodré, dando seu nome à instituição, mesmo antes desta ter sido transferido para o novo prédio.

Por outro lado, não podemos esquecer o mérito de Antônio Lemos, por ter propiciado subsídios para a continuação dessa instituição, bem como ter conseguido iniciar as obras do novo prédio, visto que foram várias as tentativas de construir um prédio próprio para o Orphelinato, entretanto foi Lemos que a concretizou. Sem essa interseção de Lemos talvez o Orphelinato tivesse fechado.

É preciso levar em consideração, ainda que o Orphelinato Paraense era administrando por mulheres religiosas, as quais fazem parte da história dessa instituição. Eram elas que recebiam da diretoria dinheiro para as necessidades básicas das órfãs, além disso, cuidavam para que fosse mantida a ordem, a disciplina, a limpeza e a higiene no Orfanato. Esses cuidados eram apreciados e elogiados pelos que visitavam a instituição.

O Orphelinato Paraense teve grande repercussão na sociedade paraense, tanto ao ser criado por Sodré, como quando foi municipalizado por Lemos. O fato da referida instituição amparar e educar órfãs de outros estados, bem como de outros países deu maior visibilidade à instituição, que foi concebida como um exemplo a ser seguido, o que pode ter contribuído para que a procura por vagas fosse maior que a capacidade que instituição possuía para receber as órfãs.

Foi possível perceber a relevância do papel social que o Orphelinato desenvolveu na sociedade paraense ao educar e amparar meninas desvalidas, ou seja, meninas que não tinham condições alguma de se manterem. O Orphelinato era um meio de “civilizar” as meninas educando-as com bons modos para que pudessem viver em sociedade, livres da “ignorância” e dos vícios mundanos. Com esse intuito, tal instituição formou mulheres com uma bagagem cultural que englobava vários saberes, como os musicais, literários, cênicos, linguísticos, do lar, das prendas, sem contar na rica troca cultural que devia existir naquele educandário,

decorrente das diferentes origens das órfãs e também das religiosas que lá atuavam. O que costumavam conversar no recreio? Como se dava a relação entre as órfãs paraenses, as de outras naturalidades e as estrangeiras? Será que essas diversidades culturais, dentre elas a língua, constituíam-se uma barreira para elas?

Mesmo ensinando a essas órfãs uma gama de conhecimentos, não podemos esquecer que esse modelo de educação era pensado para meninas, pobres e órfãs, que deveriam aprender um ofício e, não para meninas burguesas que se tornariam grandes damas da sociedade, tanto que a questão do trabalho era evidente nos discursos proferidos durante as comemorações que ocorriam no Orphelinato.

As fontes evidenciam as concepções de educação predominantes nas práticas educativas desenvolvida no Orphelinato. Era perceptível a concepção de Lemos em relação ao polimento sócio cultural das órfãs, para formar futuras mães de família e boas esposas que soubessem conviver em sociedade, na qual estava sendo instalado o Projeto Republicano, em que o homem deveria viver a ordem e o progresso. Além do mais, para Lemos as órfãs deveriam aprender um ofício para que viesse a servir a pátria com o fruto de seu trabalho. O Intendente realizava no mínimo duas visitas mensais ao Orphelinato para verificar se o trabalho por ele preterido estava sendo desenvolvido.

As Filhas de Santana por sua vez desenvolveram um trabalho voltado para educá-las, civilizá-las de acordo com os princípios da educação Cristã. Queriam formar mulheres para o reino de Deus, servas que soubessem e praticassem os princípios da Igreja Católica. Eram essas mulheres religiosas que passavam maior parte do tempo com as órfãs educando-as. Convém ressaltar que os professores externos que ensinavam no Orphelinato eram poucos, mas todos deveriam seguir os princípios religiosos. Tais princípios da Igreja Católica, também, eram reforçados pelo capelão que se dedicava às missas no Orphelinato.

Ao construir esse seguimento da história da educação de meninas no Orphelinato Paraense foram surgindo muitas outras inquietações, mas, como afirma Diehl (2007) é humanamente impossível dar conta da totalidade de um objeto, mesmo por que, quanto mais nos debruçamos sobre ele, mais queremos saber. E o interessante de nossas pesquisas é justamente deixar caminhos, vestígios para que outros pesquisadores possam ir além.

## CREDITOS DAS FOTOGRAFIAS

**Figura 01:** Fachada do Colégio Antônio Lemos em Santa Izabel do Pará. Arquivo da pesquisadora, 2010;

**Figura 02:** Corredor do Colégio Antônio Lemos. Arquivo da pesquisadora, 2010;

**Figura 03:** Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905;

**Figura 04:** Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1907;

**Figura 05:** Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908;

**Figura 06:** Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1910;

**Figura 07:** Governo do Estado do Para. Atos e decisões de 1900. Tipografia do Diário Oficial, 1902;

**Figura 08:** Governo do Estado do Para. Atos e decisões de 1900. Tipografia do Diário Oficial, 1902;

**Figura 09:** A Província do Pará. Belém: Typographia do Futuro, em 17 de maio de 1893, p. 3;

**Figura 10:** Caridade. Belém: Corporação Artística do Sr. Tavares Cardoso e Cia, junho de 1893;

**Figura 11:** Belém. Intendência Municipal. Álbum de Belém. 15 de novembro, 1902. Paris: P. Reanouard, 1902.

**Figura 12:** Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1904.

**Figura 13:** *idem* Figura 12.

## FONTES IMPRESSAS

### ÁLBUM

BELÉM, Intendência Municipal. *Álbum de Belém*. 15 de novembro, 1902. Paris: P. Reanouard, 1902.

### RELATÓRIOS DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM

PARÁ. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1900;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém, 1897 a 1902**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1902;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1903;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1904;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1906;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1907;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1909;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1910;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Virgílio Martins Lopes de Mendonça. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1912;

\_\_\_\_\_. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Virgílio Martins Lopes de Mendonça. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1913;

PROVÍNCIA DO GRAM-PARÁ. **Exposição** apresentada pelo exm. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente da Província do Gram-Pará, ao exm. tenente coronel de

engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, no dia 29 de maio de 1856, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província. [n.p.], Typ. de Santos e Filhos, 1856. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 11/08/2012;

## **JORNAIS**

**A PROVÍNCIA DO PARÁ.** Belém: Typographia do Futuro, 1893;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1894;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1895;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1896;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1897;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1898;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1899;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1900;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1901;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1902;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1903;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1904;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1906;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1907;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1908;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1909;

\_\_\_\_\_. Belém: Typographia do Futuro, 1910;

**CARIDADE.** Belém: Corporação Artística do Sr. Tavares Cardoso e Cia, 1893;

## REVISTAS

**REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO.** Vol. I, nº 12. Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública, dezembro de 1891;

\_\_\_\_\_. Vol. I, nº 8. Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública do Estado do Pará, outubro de 1891;

\_\_\_\_\_. Vol. II, nº 2. Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública do Estado do Pará, fevereiro de 1892;

\_\_\_\_\_. Vol. II, nº 05, Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública do Estado do Pará, maio 1892;

\_\_\_\_\_. Vol. III, nº 02, Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública do Estado do Pará, fevereiro 1893;

\_\_\_\_\_. Vol. III, nº 03, Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública do Estado do Pará, março 1893;

\_\_\_\_\_. Vol. III, nº 04, Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública do Estado do Pará, abril 1893;

\_\_\_\_\_. Vol. III, nº 06, Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública do Estado do Pará, junho 1893;

\_\_\_\_\_. Vol. III, nº 12, Pará-Brasil: Direção Geração da Instrução Pública do Estado do Pará, dezembro 1893;

## LEIS

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm). Acesso em: 25/04/ 2012;

\_\_\_\_\_. Constituição (1891). **Legislação da Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Constituição Federal.** Pelotas e Porto Alegre, RS: Techenique & irmão editores - livraria universal, 1896;

\_\_\_\_\_. Lei de nº 173 de 10 de setembro de 1893. **Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científico, artísticos, políticos ou de simples recreio.** Capital Federal, 10 de setembro de 1893, 5º da Republica. Disponível em: [arisp.files.wordpress.com/.../lei-173-de-10-de-setembro-de-1893.pdf](http://arisp.files.wordpress.com/.../lei-173-de-10-de-setembro-de-1893.pdf). Acesso em: 05/03/2012;

## SITES CONSULTADOS

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior. **Banco de teses e dissertações**. Disponível em: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br). Acesso em: 03/11/12;

PORTAL SÃO FRANCISCO. **O Círio de Nazaré em Belém do Pará**. Disponível em: [www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/belem/belem-19.php](http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/belem/belem-19.php). Acesso: 08/11/12;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Alexandre Souza. **Vamos à vacina?** Doenças, saúde e práticas médico - sanitárias em Belém (1904 A 1911). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – UFPA: Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006;

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos – In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2005;

BARROS, Marilene Maria de. **O farol que guia:** a educação de mulheres no colégio São José de Óbidos. Dissertação de Mestrado. Belém, PA: UEPA, 2010;

BASTOS, Maria Helena Camara. **Cuore, de Edmundo De Amicis (1886)**. Um sucesso editorial. Trabalho apresentado no NP04 – Produção Editorial, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2008. Disponível em: [www.portcom.intercom.org.br/pdfs](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs). Acesso em: 11/11/2012;

BORGES, Ricardo. **Vultos notáveis do Pará**. 2ª ed. Pará: Cejup, 1986;

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011;

BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. **Instituições educativas:** Porque e como pesquisá-las. Campinas, SP: Editora Alínea, (2009);

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992;

CARLETTI, Anna. **Ascensão e queda dos estados pontifícios**. NERINT, 2010. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo1082.pdf>. Acesso em 30/11/2011;

CASTANHO, Sérgio. **Institucionalização escolar no Brasil: 1879-1930**. 2005. Disponível em: [http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho .pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho.pdf); Acesso em: 18/10/2011;

CASTRO, Fábio. **A Cidade Sebastiana:** era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Belém: Labor / Edições do Autor, 2010;

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Maria Manuela Galhardo (trad.). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA, 2006;

COELHO, Maricilde Oliveira. **A Escola Primária no Estado Pará (1920 -1940)**. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2008;

COSTA, Renato Pinheiro da. **O Grupo Escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar no Estado do Pará: institucionalização, organização curricular e trabalho docente (1968-2008)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Belém, UFPA, 2011;

\_\_\_\_\_, Paulo Sérgio de Almeida. **A institucionalização do ensino no Estado do Pará e as reformas educativas materilizada nos grupos escolares**. 2010. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/.../KkjZXdD.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../KkjZXdD.doc);

CRUZ, Marcio. **A mídia e os formadores de opinião no processo democrático**, 2011. Disponível em: [www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n9/artigos/.../pv9-04-marciocruz.pdf](http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n9/artigos/.../pv9-04-marciocruz.pdf);

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. (Descobrimos o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000;

DELOBBE, Karine. **Des enfants du XVI au XVIIIe siècle**. Mouans-Sartoux, FR: PEMF, 2000;

DIEHL, Astor Antônio. Clio e seus artífices: repensando o fazer histórico. In: OPSIS - Curso de História. **Dossiê Teoria da História**. Universidade Federal de Goiás – Campus: Catalão - GO, v. 7, n. 9, jul-dez. 2007. p. 380. ISSN: 1519-3276. Disponível em: [http://www.catalao.ufg.br/historia/revistaopsis/arqpdf/OPSIS2007\\_2.pdf](http://www.catalao.ufg.br/historia/revistaopsis/arqpdf/OPSIS2007_2.pdf); Acesso em: 24/01/12;

FARIA FILHO, Luciano e VIDAL, Diana, **As lentes da história**. Estudos de história e historiografia da educação no Brasil, Campinas, Autores Associados, 2005;

FERREIRA, Nestor. **A história do município de Santa Izabel do Pará**, 1984;

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves – 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010;

\_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramalhete. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010;

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. **José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora** / Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França. – Campinas, SP: [s.n.], 2004;

\_\_\_\_\_, Samara A. de S. A educação de meninas órfãs e desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo (1860-1870). In: **VI Congresso Nacional de História da Educação: Invenções, Tradições e Escrita da História da Educação no Brasil**. Vitória, ES, 2011;

FRANÇA, Ney Ferreira. **História da Educação Física no Ensino Primário no Estado do Pará (1889 -1900)**. (Dissertação de mestrado). UEPA: Belém, 2012;

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, LOPES, Eliane Marta Santos. **Território plural: a pesquisa em História da Educação**. São Paulo: Ática, 2010;

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza, GATTI JUNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores associados, 2002;

GIL, Antônio Carlos. Utilização de documentos. In: GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008;

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**: São Paulo, Companhia das letras, 2006;

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004;

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cyntia Greive Veiga. **500 anos de educação no Brasil** (org.). 4 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010;

GONDRA, José Gonçalves e SCHULER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008;

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Tão longe, tão perto – As meninas do seminário. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol II: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005;

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Ed. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia: RJ, 2009;

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Trad. Gizele de Souza. Rev. Bras. de História da Educação. Editora Autores Associados. Campinas, SP, 2001;

LE COEUR, Marc. **Os liceus na cidade: o exemplo parisiense (1802-1914)**. Educar em Revista [en línea] 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=155017964018>. ISSN 0104-060;

MAGALHÃES, Justino. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In SAFELICE, José Luís, SAVIANI, Demerval & LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP. Autores Associados, 1999;

\_\_\_\_\_. **Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho: Portugal, 1996;

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação Feminina (1859 – 1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996;

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998;

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890 -1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009;

MOGARRO, Maria João. **Arquivo e Educação: A construção da memória educativa**. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, p. 71-84. Lisboa, set/dez. 2006. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>; Acesso em: 06/09/2011.

MOURA, Daniella de Almeida. **A República Paraense em festa (1890-1911)**. Dissertação de mestrado. Belém: UFPA, 2008;

OLIVEIRA, Emerson Dionisio G. de. **Últimos dias de Carlos Gomes: do mito “gomesiano” ao “nascimento” de um acervo**. Revista CPC, São Paulo, n.4, p.87-113, maio/out. 2007;

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX**, Cad. Pesq. N.104, p. 144 a 161, 1998. Disponível em: [www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/168.pdf](http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/168.pdf); Acesso em: 17/01/2012;

PANTOJA, Vanda. **Amazônia: terra de missão bispos ultramontanos e missionários protestantes na Belém do século XIX**. Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 21 p. 95-122, jan./jun. 2012. Disponível em: [seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/viewFile /25677/19868](http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/viewFile/25677/19868); 18/06/2012;

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (Trad. Ângela M. S. Correa), 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012;

REZENDE, Danielle Abrantes, LOPES, Léa. **A extraordinária história da borracha: Charles Goodyear, inventor do processo de vulcanização da borracha**. Disponível em [http://146.164.6.5/uploads/2010/01/30/borracha\\_2.pdf](http://146.164.6.5/uploads/2010/01/30/borracha_2.pdf); Acesso em: 17/01/12;

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003;

ROCQUE, Carlos. **Historia de A Província do Pará**. Belém: Mitograph, 1977;

\_\_\_\_\_. **História geral de Belém e do Grão Pará**. Atualização do texto Antônio José Soares. Belém: DistribeL, 2001;

RODRIGUES, Denise, FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A pesquisa documental sócio-histórica. In: **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. MARCONDES, Maria Inês, TEIXEIRA, Elizabeth, APOLUCENO, Ivanilde. Belém: EDUEPA, 2010;

ROSÁRIO, José Ubiratan. **Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Grão-Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1986;

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura... [et al.]. **Instituições Escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 2007;

SANJAD, Nelson, OREN, David Conway, SILVA JUNIOR, José de Sousa *at all*. **Documentos para a história do mais antigo jardim zoológico do Brasil: o Parque**

Zoobotânico do Museu Goeldi. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, p. 197-258, jan.-abr. 2012;

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Lazareto da Ilha Grande**: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942). Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos. vol.14 n°. 4. Rio de Janeiro, Oct./Dec de 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702007000400005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000400005); Acesso em: 17/01/12;

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912).3 ed. Belém: Paka-tatu, 2010;

\_\_\_\_\_. **Memórias do “velho intendente**. Belém: Paka-Tatu, 2002;

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: Nascimento, Maria Isabel Moura et all (Orgs). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores associados, 2007;

\_\_\_\_\_. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: \_\_\_\_\_ (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004;

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de, MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na Primeira República**: memória, história e perspectivas de pesquisa. 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf); Acesso em: 23/02/12;

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval ( et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004;

STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara. História, Memória e História de Educação. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara. **História e memórias da educação no Brasil**, Vol. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005;

TRINDADE, J.M.B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. In: **Revista Brasileira de História**: Dossiê infância e adolescência. São Paulo: ANPHU/HUMANITAS PUBLICAÇÕES, vol.19, número 37, 1999;

VASCONCELOS, Ir A. Rita M. de et all (Orgs). **Papiro da Memória**: 1884 . 2009 – 125 anos de Presença das Filhas de Sant’Ana no Brasil. Revista Jubileu edição comemorativa. Fortaleza, CE: Sobral Gráfica, 2009;

VIÑAO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas** – Continuidades y câmbios. Colección: Pedagogía. Madrid: Ediciones Morata, S.L, 2006.



Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Sociais e Educação  
Curso de Pós-Graduação em Educação Mestrado  
Tv: Djalma Dutra s/n – Telegrafo  
[WWW.UEPA.COM](http://WWW.UEPA.COM)